

# DIÁRIO

## DO PODER JUDICIÁRIO



Boa Vista-RR, 07 de Agosto de 2007

ANO X - EDIÇÃO 3661

R\$ 1,60

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

**Bel. ITAMAR LAMOUNIER**  
Secretário do Tribunal Pleno

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 07 007423-1**

**EMBARGANTE: ALESSANDRA ESTIVALET ARAÚJO DA SILVA**

**ADVOGADO: DR. FRANCISCO EVANGELISTA DOS SANTOS DE ARAUJO**

**EMBARGADO: SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DE RORAIMA**

**PROCURADOR DO ESTADO: MIVANILDO DA SILVA MATOS**

**RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES**

#### DESPACHO:

Ante ao efeito infringente que se pretende atribuir aos embargos de declaração, dê-se vista dos autos ao Estado, por cinco dias, e, em seguida, ao Douto órgão ministerial para, querendo, se manifestar sobre aqueles.

Boa Vista, 31 de julho de 2007.

**Juiz Convocado César Alves**  
Relator

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 06 DE AGOSTO DE 2007.

**Bel. ITAMAR LAMOUNIER**  
Secretário do Tribunal Pleno

#### SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

**ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR**  
Secretário da Câmara Única

#### PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Henriques, Presidente da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia **14 de agosto** do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subseqüentes, serão julgados os processos a seguir:

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.04.002819-2 – BOA VISTA/RR**  
1º APELANTE / 2º APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

2º APELANTE / 1º APELADO: RODSON BILSON DA SILVA MENEZES

DEFENSOR PÚBLICO: DR. SÍLVIO ABBADE MACIAS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. LUPERCINO NOGUEIRA  
REVISOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007705-1 – BOA VISTA/RR**  
APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S.A.  
ADVOGADO: DR. SIVIRINO PAULI  
APELADO: OLANO INÁCIO DE MATOS  
ADVOGADO: DR. GLENER DOS SANTOS OLIVA  
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007678-0 – BOA VISTA/RR**  
APELANTE: SEBASTIÃO LIMA SIQUEIRA.  
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. ALESSANDRA ANDRÉA MIGLIORANZA  
APELADO: JOCKEY CLUB DE RORAIMA  
ADVOGADO: DR. JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA  
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007905-7 – BOA VISTA/RR**  
APELANTE: RENATO MATOS DA SILVA  
ADVOGADO: DR. PÚBLIO REGO IMBIRIBA FILHO  
APELADA: BOA VISTA ENERGIA S.A.  
ADVOGADOS: DR. FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA E OUTROS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007558-4 – BOA VISTA/RR**  
APELANTE: OERDRAS ALVES DA SILVA  
ADVOGADOS: DR. ALYSSON BATALHA FRANCO E OUTRO  
APELADO: ENOQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA  
ADVOGADO: DR. HELDER GONÇALVES DE ALMEIDA  
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007621-0 – BOA VISTA/RR**  
APELANTE: E. P. F. DA S.  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. ROGENILTON FERREIRA GOMES  
APELADO: O. DA S. DE S.  
ADVOGADO: DR. NILTER DA SILVA PINHO  
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.007563-4 – BOA VISTA/RR**  
AGRAVANTE: GETÚLIO ALBERTO DE SOUZA CRUZ  
ADVOGADOS: DR. PAULO CAMILO E OUTRO  
AGRAVADA: BOA VISTA ENERGIA S/A  
ADVOGADOS: DR. ALEXANDRE DANTAS E OUTRO  
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.007582-4 – BOA VISTA/RR**  
AGRAVANTE: RAIMUNDO MAIA FILHO  
ADVOGADO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO  
AGRAVADO: RONAN MARINHO SOARES  
ADVOGADO: DR. JOSUÉ DOS SANTOS FILHO  
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.007459-5 – BOA VISTA/RR**  
AGRAVANTE: BOA VISTA ENERGIA S/A  
ADVOGADOS: DR. HENRIQUE EDUARDO F. DE FIGUEIREDO E OUTROS  
AGRAVADO: EMERSON LUCIANO DE OLIVEIRA CRUZ  
ADVOGADOS: DR. MARCELO AMARAL DA SILVA E OUTROS  
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**EMBARGOS DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007422-3 – BOA VISTA/RR**  
EMBARGANTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS DO ESTADO DE RORAIMA  
ADVOGADO: DR. ÍTALO DIDEROT PESSOA REBOUÇAS  
EMBARGADA: INTERNATIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION  
ADVOGADO: DR. MAMEDE ABRÃO NETTO

RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES

**EMENTA** – EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NÃO CARACTERIZADAS. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. Mesmo nos embargos com fim de prequestionamento deve-se observar os limites traçados no art. 535 do CPC.

2. Não restou demonstrada qualquer contradição ou omissão no julgado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da colenda Câmara Única do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por sua Turma Cível, à unanimidade de votos, em não conhecer os embargos, nos termos do voto do Relator.

Boa Vista, 31 de julho de 2007.

Des. CARLOS HENRIQUES – Presidente

CÉSAR ALVES – Juiz Convocado

Des. ALMIRO PADILHA – Julgador

Esteve presente o Dr. Procurador de Justiça

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.07.007940-4 – BOA VISTA/RR**

IMPETRANTE: JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA  
PACIENTE: LEÔNIDAS NASCIMENTO DE SOUZA  
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

**EMENTA**

HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ART. 155, § 4º, I E IV, DP CP. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. ORDEM PÚBLICA. INDÍCIOS DA PRÁTICA DE OUTROS FURTOS. ORDEM DENEGADA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de HABEAS CORPUS Nº 010 07 007940-4, Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Câmara Única, Turma Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, em denegar a ordem, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e sete (31.07.07)

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Relator

Juiz Convocado Erick Linhares  
Julgador

Juiz Convocado Cristóvão Suter  
Julgador

Esteve presente: Dr.  
Procurador de Justiça

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.05.004133-3 – BOA VISTA/RR**

1º APELANTE / 2º APELADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES  
ADVOGADO: DR. CARLOS CAVALCANTE  
2ª APELANTE / 1ª APELADA: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA  
ADVOGADOS: DR. ANDRÉ LUIS VILLÓRIA BRANDÃO E OUTRO  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

**ACÓRDÃO**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO – EC Nº 45/05 – CF, ART. 114, VI – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações indenizatórias, por danos morais e patrimoniais, se elas decorrerem de acidente de trabalho. Alteração introduzida pela EC nº 45/05, de 08/12/2004, que alterou o teor do art. 114 da Constituição Federal.  
2. Anulação dos atos decisórios, inclusive a sentença, praticados após a vigência da Emenda.

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em declinar da competência para a Justiça do trabalho, anulando todos os atos decisórios praticados a partir de 08 de dezembro de 2004, nos termos do voto do Relator.

BOA VISTA, SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, aos 24 de julho de 2007.

Des. Robério Nunes  
Presidente e Relator

Des. José Pedro  
Revisor

Des. Carlos Henriques  
Julgador

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.07.007781-2 – PACARAIMA/RR**

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA  
APELADO: MÁRCIO PEREIRA DE CARVALHO  
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. TEREZINHA MUNIZ  
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CRISTÓVÃO SUTER  
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

**EMENTA**

APELAÇÃO CRIMINAL – RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA, ANTECIPADA OU VIRTUAL – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – CASSAÇÃO DA SENTENÇA.

1. Nos termos do inequívoco entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, “Não é possível a declaração da prescrição da pretensão punitiva com base na pena em perspectiva, isto é, a que, em tese, será imposta na sentença, caso condenatória, porquanto não é admitido pela legislação e pela jurisprudência”. (STJ, HC 23.772/SP, Sexta Turma, Rel. Ministro Paulo Gallotti – publicação: DJ 05.03.2007 p. 318);  
2. Recurso provido. Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos  
Acordam os membros da Câmara Única, Turma Criminal, do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer Ministerial, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Sala das sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, aos trinta e um dias do mês de julho de 2007.

Des. Carlos Henriques – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Juiz Convocado Erick Linhares – Julgador

Ministério Público Estadual

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.07.007367-0 – BOA VISTA/RR**

1º APELANTE: PAULO SILVA DE SOUSA  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. WILSON ROY LEITE DA SILVA  
2º APELANTE: MARK ALVES RODRIGUES DOS SANTOS  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. WILSON ROY LEITE DA SILVA  
3º APELANTE: JOHN ERLAN SANCHES GASKIN

ADVOGADO: DR. GERSON COELHO GUIMARÃES  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES  
REVISOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO ERICK LINHARES

#### **EMENTA**

APELAÇÃO CRIME – DENÚNCIA ART. 157, § 3º, SEGUNDA PARTE, ART. 73, SÚMULA STF 610 – MORTE DE COMPARSA – CONDENAÇÃO POR LATROCÍNIO TENTADO – CO-AUTORIA – CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL – CONJUNTO PROBATÓRIO – ABSOLVIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – DESCLASSIFICAÇÃO PARA ROUBO TENTADO – IMPOSSIBILIDADE. RECURSOS CONHECIDOS, MAS IMPROVIDOS.

1. De acordo com o art. 383 do CPP, pode o Juiz “dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave”. Tal procedimento, evidentemente, não causa qualquer prejuízo ao acusado, vez que ele se defende dos fatos narrados, e não da capitulação jurídica apresentada na denúncia.
2. Não obstante a retratação na fase judicial, a confissão extrajudicial feita com riqueza de detalhes encontra-se em perfeita harmonia com o conjunto probatório, não deixando margem para dúvidas quanto à participação dos acusados.
3. A reclamada desclassificação para o crime de roubo tentado não tem o menor fundamento, pois para a caracterização do crime, não há necessidade de que o evento disparo de arma esteja nos planos do agente, se da violência empregada para a subtração a vítima é atingida e só não morre por circunstâncias alheias à vontade dos agentes.
4. Ainda que se não tenha com certeza de quem foi o autor do disparo que atingiu a vítima, essa assertiva não os isenta de responder pelo delito de latrocínio tentado porque, agiram em concurso de agentes, cientes de que o co-réu estava armado, assumiram o risco de provocar o resultado. Impossível a absolvição.
5. Ao aderir ao cometimento do crime, utilizando-se de arma ou sabendo que o comparsa também se encontrava armado, os agentes agiram com dolo eventual, ou, ao menos culposamente, na expressão da Lei, não havendo violação ao art. 19, do CP.

#### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CRIME Nº 010 07 007367-0, da Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Câmara Única, Turma Criminal, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer da Procuradoria de Justiça, em conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo a condenação fixada na sentença, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DA EGRÉGIA CÂMARA ÚNICA,  
TURMA CRIMINAL, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE RORAIMA, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO  
MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE (24.07.2007)

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Relator

Juiz Convocado Erick Linhares  
Julgador

Juiz Convocado Cristóvão Suter  
Julgador

Dr. Sales Eurico Melgarejo Freitas  
Procurador de Justiça

#### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

EMBARGOS DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0010.06.006760-9 – BOA VISTA/RR  
EMBARGANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS  
COELHO  
EMBARGADO: ORLANDO VAGNO DE JESUS SANTOS  
ADVOGADO: DR. JOHNSON ARAÚJO PEREIRA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

#### **ACÓRDÃO**

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – LEI Nº 331/2002 – REVOGAÇÃO PELA LEI Nº 391/2003 – EFEITOS VÁLIDOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DOS ANOS DE 2002 E 2003 – CONDENAÇÃO IMPOSTA À FAZENDA PÚBLICA – JUROS DE MORA DE 6% AO ANO – ART. 1º-F DA LEI Nº 9494/97 – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – COMPENSAÇÃO – ART. 21 DO CPC.

1. A revogação da lei é matéria de ordem pública, conhecida de ofício, impondo a reforma do julgado. A lei, de caráter temporário, esgotou os seus efeitos com o decurso do prazo.
2. A Lei nº 9494/97 firmou o percentual de 0,5 como taxa de juros aplicável nas condenações da Fazenda Pública.
3. Havendo sucumbência recíproca, impõe-se a compensação dos honorários advocatícios, na forma do art. 21 do CPC.

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em acolher parcialmente os embargos, nos termos do voto do relator. Quanto à possibilidade de compensação dos honorários, na forma do 21 do CPC, acordam, por maioria, os Desembargadores da Turma Cível, vencido, no particular, o Relator.

Boa Vista, sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e sete.

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Julgador

Des. Robério Nunes  
Relator

Des. Almiro Padilha  
Julgador

#### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

EMBARGOS DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0010.06.005708-9 – BOA VISTA/RR  
EMBARGANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS  
COELHO  
EMBARGADOS: ANTONIO DOS SANTOS FILHO E OUTROS  
ADVOGADO: DR. JOHNSON ARAÚJO PEREIRA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

#### **ACÓRDÃO**

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – LEI Nº 331/2002 – REVOGAÇÃO PELA LEI Nº 391/2003 – EFEITOS VÁLIDOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DOS ANOS DE 2002 E 2003 – INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI.

1. A revogação da lei é matéria de ordem pública, conhecida de ofício, impondo a reforma do julgado. A lei, de caráter temporário, esgotou os seus efeitos com o decurso do prazo.
2. Embargos parcialmente acolhidos para reformar a sentença e julgar parcialmente procedente a procedente a ação, condenando o Estado a pagar a vantagem aos autores apenas do dia do ingresso no serviço público até o final da vigência da Lei 331/02.

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em acolher parcialmente os embargos, nos termos do voto do relator. Quanto à possibilidade de compensação dos honorários, na forma do 21 do CPC, acordam, por maioria, os Desembargadores da Turma Cível, vencido, no particular o Relator.

Boa Vista, sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e sete.

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Julgador

Des. Robério Nunes  
Relator

Des. Almiro Padilha  
Julgador

### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.07.007410-8 – CARACARAÍ/RR**  
APELANTE: RAIMUNDO FERREIRA GOMES  
ADVOGADOS: DR. CLODOCI FERREIRA DO AMARAL E OUTRO  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

### **DESPACHO**

Após o julgamento desta apelação crime realizado em 05.06.2007, após o julgamento dos embargos de declaração em 10.07.2007 opostos ao acórdão de fls. 694/695, vem às fls. 710 a advogada Telma Maria de Souza Costa requerer, para não causar prejuízo a parte reabertura de prazo sem fins esclarecidos, alegando que estava ausente da comarca no período de 24.05.2007 a 01.07.2007.

Inexiste razão o deferimento do pleito. Consoante se vê do instrumento de procuração acostado às fls. 677, RAIMUNDO FERREIRA GOMES, tem outros advogados constituídos: Ordalino do Nascimento Soares e Clodoci Ferreira do Amaral. Ademais, estes interpuseram inclusive Embargos de Declaração (fls. 699/700) na conhecidos conforme acórdão de fls. 707/708.

Destarte, incabível restituição de prazo.

Por fim, encerrada minha função como relator qualquer outro pedido deve ser dirigido à Presidência.

Publique-se.

Boa Vista(RR), 18 de julho de 2007.

Des. Carlos Henriques  
Relator

### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.008054-3 – BOA VISTA/RR**  
AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS  
AGRAVADO: CRISTIANO DANTAS DE MELO  
ADVOGADO: DR. FRANCISCO EVANGELISTA DOS SANTOS DE ARAÚJO  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

Vistos etc.

O Estado de Roraima, devidamente qualificado e representado (fl. 02), interpõe agravo de instrumento contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, nos autos de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela (processo nº 001007160344-2) aforada por Cristiano Dantas de Oliveira.

Aduz o recorrente que ao Administrador é conferida a liberdade de opção, para indicar, com base em critérios técnicos e principalmente na busca da eficiência da atividade policial, o local adequado para as lotações dos policiais civis aprovados em concurso público (fl. 07).

Requer, o Estado, que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso sob a alegativa da presença dos requisitos assinalados no artigo 558 do Código de Processo Civil (fl. 08).

É o breve relato, decido.

Examinando a pretensão “*initio litis*”, entendo que o Agravante não demonstrou, a contento, os pressupostos estipulados no artigo 527, III, c/c o artigo 558, do CPC.

Outrossim, nem mesmo os requisitos autorizadores das cautelares em geral restaram evidenciados, até mesmo porque, na hipótese de não ser confirmada a tutela em favor do ora Agravado, a remoção poderá ser efetivada a qualquer tempo.

De outro lado, verifica-se que a matéria versada no fundamento do pleito liminar envolve o próprio mérito desta irrisignação. Deferi-lo “*in limine*” implica esvaziamento da própria *causa petendi*, configurando-se, pois, a denominada liminar satisfativa que, no caso, afigura-se temerária ou precipitada.

Denego, por tais fundamentos, a pretensão liminar em epígrafe.

Prossiga o feito em sua tramitação, requisitando-se as informações de estilo e providenciando-se a intimação do agravado, na forma da lei.

Ultimadas as providências retrocitadas ou transcorridos “*in albis*” os respectivos prazos, à nova conclusão.

Publique-se. Comunique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 02 de agosto de 2007.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**CAUTELAR INOMINADA Nº 0010.07.007073-4 – BOA VISTA/RR**  
**REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS DO ESTADO DE RORAIMA**  
**ADVOGADOS: DR. ÍTALO DIDEROT PESSOA REBOUÇAS E OUTRO**  
**REQUERIDA: INTERNATIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION**  
**ADVOGADOS: DR. MAMEDE ABRÃO NETTO E OUTRO**  
**RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CÉSAR ALVES**

### **DECISÃO**

Trata-se de ação cautelar inominada aforada pela Associação Brasileira de Agências de Viagens do Estado de Roraima – ABAV/RR, contra a International Air Transport Association – IATA, visando a manutenção da liminar proferida pelo MM. Juiz da 6ª Vara Cível, na ação cautelar nº 001006005504-2, visando obter efeito suspensivo ao recurso de apelação contra a r. sentença que extinguiu, sem julgamento do mérito, a ação ordinária nº 001006128479-9.

Após a análise das razões expostas na peça inicial, o nobre desembargador Robério Nunes concedeu a liminar às fls. 54/55, suspendendo os efeitos da decisão impugnada, até julgamento do recurso de apelação, ou ulterior decisão em sentido diverso.

À fl. 203, para evitar decisões contraditórias, determinou-se a redistribuição dos autos a este Relator, que está vinculado à relatoria da ação principal (apelação cível nº 001007007422-3).

É o relato, em síntese. Decido.

Conforme disposto no art. 807 do CPC, “as medidas cautelares conservam a sua eficácia no prazo do artigo antecedente e na pendência do processo principal; mas podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas”.

No caso vertente, considerando que foi negado provimento ao recurso de apelação cível nº 001007007422-3, forçoso é concluir que esta demanda acessória perdeu o seu objeto, até mesmo porque naquele “*decisum*” foi cassado o efeito da liminar concedida nestes autos.

Sob o enfoque assim decidira os nossos tribunal, “*verbis*”;

“PROCESSUAL CIVIL – CAUTELAR – AÇÃO PRINCIPAL INPROCEDÊNCIA – REVOGAÇÃO DA CAUTELAR – Com a improcedência do pedido principal, restam desconfigurados os requisitos da cautelar. Reformada a sentença e determinada a inversão dos ônus sucumbenciais.” (TRF 4ª R. – AC 2002.04.01.029425-6 – 1ª T. Supl. – Rel. Des. Fed. Edgard A Lippmann Junior – DJU 20.09.2006 – p. 1027)

“AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA – IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO PRINCIPAL – O julgamento de improcedência da ação principal, com trânsito em julgado, afasta qualquer possibilidade de reconhecimento do direito na ação cautelar preparatória, porquanto desconfigurados os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora.” (TRF 4ª R. – RO 00976-2004-702-04-00-2 – Rel. Juiz Mário Chaves – J. 21.06.2006)

Ante o exposto, e considerando a manifesta perda do objeto desta ação acessória, em face do julgamento da demanda principal, extingo este feito sem julgamento do mérito nos termos do artigo 808, inciso III, c/c o artigo 267, VI, ambos do CPC, ao tempo em que condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa (fl. 27).

Extraia-se e junte-se a estes autos cópia da decisão acostada às fls. 521/522 e 521/537, da apelação cível apensa (ação principal), inclusive, se for o caso, com a cópia do trânsito em julgado da referida decisão.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Boa Vista, 10 de julho de 2007.

César Alves – Juiz Convocado

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

##### **HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.07.007948-7 – BOA VISTA/RR**

IMPETRANTE: ALMIR ROCHA DE CASTRO JÚNIOR  
PACIENTE: MICHAEL MORGAN BRAGA COSTA  
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

#### **DECISÃO**

Trata-se de *HABEAS CORPUS* com pedido de liminar, impetrado pelo causídico ALMIR ROCHA DE CASTRO JÚNIOR em favor de MICHAEL MORGAN BRAGA COSTA, contra ato da MM. Juiz da 5ª Vara Criminal consistente no indeferimento do pedido de liberdade provisória.

O paciente foi preso em flagrante delito pela prática do crime tipificado no art. 155, § 4º, inciso I c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro, no dia 30.JUN.2007.

Aduz que o paciente é militar do Exército Brasileiro, tecnicamente primário, de bons antecedentes e que posto em liberdade não irá prejudicar a ordem pública.

Juntou documentos de fls. 10/40.

Requer a expedição do alvará de soltura por não ser necessária a custódia preventiva.

Em despacho de fls. 46, posterguei a análise do pedido liminar para depois das informações que foram prestadas às fls. 50/51, acompanhadas de documentos (fls. 52/63).

É o breve relato.

DECIDO:

Segundo orientação doutrinária e jurisprudencial dominantes, toda e qualquer espécie de prisão, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, possui natureza cautelar, estando condicionada à comprovação da real necessidade da restrição da liberdade do acusado.

A prisão preventiva é medida excepcional, que só se justifica quando comprovadamente indispensável à proteção do processo e da sociedade.

Na espécie, constata-se que, não se encontram presentes quaisquer das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva, tendo o paciente tentado praticar furto, quando se encontrava alcoolizado.

Constato, assim, inexistir real necessidade da constrição ao exercício do direito de liberdade do acusado, impondo-se ressaltar que as cautelas processuais penais visam, no curso do processo, resguardar o interesse público, somente se justificando sua utilização quando absolutamente necessárias, alicerçando-se em fatos concretos.

Ademais, o autor da persecução penal em primeiro grau é pelo relaxamento da prisão, *verbis*:

“Analisando os autos, verifico que não existem, ao menos até o momento, razões para manter a custódia provisória do requerente.

Com efeito, foram apresentados pelo menos documentos comprobatórios de que o mesmo possui residência fixa, não detém antecedentes criminais e de que é soldado do Exército.

As circunstâncias em que se deu o crime também não indicam a necessidade de manutenção de sua prisão em flagrante, não havendo ainda motivos que indiquem a necessidade da decretação da prisão preventiva do Requerente.”

Além do que a decisão constritiva é de singeleza estreita, para não dizer, não fundamentada, em liminar concede-se o pedido.

Expeça-se, pois, o competente Alvará de Soltura em favor de MICHAEL MORGAN BRAGA COSTA, se por outro motivo não estiver preso.

Publique-se.

Intimem-se.

Boa Vista(RR), 1º de agosto de 2007.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

APELAÇÃO CRIME Nº 0010.07.007782-0 – BOA VISTA/RR  
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA  
1º APELADO: MARCOS GOMES ROSA  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. RONNIE GABRIEL GARCIA  
2º APELADO: VALTERLINS MORAES DA SILVA  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. WILSON ROY LEITE DA SILVA  
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CRISTÓVÃO SUTER

Autos nº 7 7782-0

I – Defiro a cota ministerial de fls. 268;

Encaminhem-se os autos à Defensoria Pública a fim de que, no prazo legal, sejam apresentadas as contra-razões recursais do apelado Marcos Gomes Rosa;

II – Cumprida tal diligência, retornem os autos ao Parquet, a fim de que seu ilustre agente possa manifestar-se na forma da lei.

Boa Vista, 30 de julho de 2007.

Juiz Convocado Cristóvão Suter  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

##### **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.007645-9 – BOA VISTA/RR**

AGRAVANTE: SEBASTIÃO NICÁCIO DE BRITO  
ADVOGADO: DR. JOSÉ OTÁVIO BRITO  
AGRAVADOS: RIBAMAR SANTOS ARAÚJO E OUTRO  
ADVOGADO: DR. SIVIRINO PAULI  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

#### **DECISÃO**

Sebastião Nicácio de Brito interpôs Agravo de Instrumento contra as decisões proferidas pela Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Mucajaí e do Juiz Substituto da mesma Vara, nos autos da Ação de Reintegração de Posse nº 003007008921-1, movida contra RIBAMAR SANTOS ARAÚJO e IDINALDO CARDOSO DA SILVA.

Consta nos autos que o Agravante celebrou um contrato de permuta com um dos Agravados, José Ribamar Santos Araújo e que ficou acordado, verbalmente, que aquele somente sairia da posse da fazenda, quando este regularizasse a situação da sua parte no negócio.

Narra o feito que, quando o Recorrente ainda estava na posse do imóvel que permutou, o primeiro Recorrido o vendera para Idinaldo Cardoso da Silva, segundo Agravado, o qual, ignorando a posse

exercida pelo Recorrente, teria “rompido” o cadeado da porteira e esbulhado sua posse.

O Recorrente propôs, então, Ação de Reintegração de Posse com Pedido de Liminar a fim de retomar a posse da fazenda, tendo sido negada a liminar.

Às fls. 80/86, proferi decisão concedendo a antecipação da tutela recursal a fim de determinar a juntada da degravação de um CD e para conceder a liminar de reintegração de posse.

O Recorrido José Ribamar Santos Araújo apresentou resposta às fls. 123/140.

É o relatório.

Decido.

As partes informam, às fls. 117/122, que celebraram acordo e pleiteiam a extinção do feito sem julgamento de mérito.

Como se vê, os litigantes não têm mais interesse processual na causa, faltando-lhes, pois, uma das condições da ação.

Por essa razão, extingo este agravo de instrumento, sem resolução de mérito, na forma do art. 267, VI, do CPC.

Boa Vista-RR, 31 de julho de 2007.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0010.07.008048-5 – BOA VISTA/RR  
AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA  
AGRAVADO: J. C. SOUZA NETO E OUTROS  
ADVOGADOS: DR. ANTONIO AGAMENON DE ALMEIDA E OUTROS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

#### **DESPACHO**

Analisando o que consta nos autos, percebi que ocorreram diversos equívocos.

Em 21/10/05, o Ministério Público Estadual (Agravante) peticionou na Ação Civil Pública n.º 001003071086-6, registrando o seguinte fato:

“a) O agravo de instrumento (fls. 337/346) interposto por este agente ministerial foi recebido pelo Cartório desse juízo equivocadamente, o qual deveria em função do protocolo integrado existente remeter incontinenti ao Egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, o que não foi feito até a presente data. Além do mais conta em arquivo desse douto juízo cópia integral do mencionado agravo e nos autos encontravam-se soltas cópias dos documentos que instruíriam o mesmo;” (fl. 387 da Apelação Cível n.º 001006006313-7).

O Magistrado encaminhou o recurso a esta Corte, mas ele foi juntado equivocadamente em outro agravo. No momento em que analisei a Apelação Cível n.º 001006006313-7 (interposta na ação civil pública mencionada), percebi o fato e determinei a correção (fls. 19-21).

Um problema, entretanto, ainda restou pendente: as cópias dos documentos, a que o Agravante se referiu, não constam aqui. E também já decorreu muito tempo entre a interposição do recurso e a data de hoje.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que as partes não podem ser prejudicadas por equívocos do Judiciário.

Por essas razões, intime-se o Agravante (representante do Ministério Público Estadual na 1.ª Instância) para que diga se ainda tem interesse neste recurso, bem como para que, em caso positivo, junte os documentos a que se referiu na cota da fl. 387 da Apelação Cível n.º 001006006313-7.

Por fim, faça-se nova conclusão.

Boa Vista, 02 de agosto de 2007.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0010.07.008046-9 – BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADORES DO ESTADO: DR. DIOGO NOVAES FORTES E OUTRO  
AGRAVADO: ROBÉRIO NUNES DOS ANJOS  
ADVOGADOS: DR. FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA E OUTROS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

#### **DECISÃO**

O Estado de Roraima interpôs Agravo de Instrumento em face da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível desta Comarca, na Ação Ordinária de Obrigação de Fazer cumulada com Ação de Cobrança e Pedido de Tutela Antecipada n.º 010.07.163082-5.

A decisão impugnada consiste em deferimento de antecipação de tutela, determinando que o requerido/agravante se abstenha de proceder ao desconto mensal da verba exigida a título de contribuição previdenciária – IPER, até o final da ação originária.

O Agravante alega, como razões de seu inconformismo: que o juízo *a quo* não era competente para o julgamento da ação; que há necessidade do IPER integrar a lide como litisconsórcio necessário; que houve ofensa aos princípios da isonomia e solidariedade; e que inexistente prova inequívoca, verossimelhança da alegação e fundado receio de dano irreparável e de difícil reparação.

Requer por fim, a atribuição de efeito suspensivo alegando que há risco de lesão grave e de difícil reparação para o Estado e, no mérito requer a reforma da decisão agravada.

É o sucinto relato. Decido.

Da análise percutiente do caderno processual, não vislumbro no caso em testilha, risco de lesão grave ou de difícil reparação para o agravante, que motive o processamento por instrumento, já que a regra legal é que o presente recurso mantenha-se retido nos autos, para julgamento antes da possível apelação.

O fato do agravado não ter descontado até a decisão final da Ação originária, os valores referentes à contribuição previdenciária, não significa que o Estado sofrerá lesão grave e que esta seja irreversível. Ademais, não pode o Estado presumir que o risco da referida lesão esteja ligado à hipótese do efeito cascata que a referida decisão poderá causar, até mesmo porque a antecipação da tutela será analisada caso a caso.

Por esta razão, indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso e, nos termos do art. 527 – II do Código de Processo Civil, converto o agravo de instrumento em agravo retido.

Dê-se ciência ao Ministério Público e em seguida remetam-se os autos ao Juízo da 8ª Vara Cível.

Boa Vista-RR, 1º de agosto de 2007.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0010.07.007812-5 – BOA VISTA/RR

APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
APELADO: NEURACI LIMA OLIVEIRA  
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA  
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

**EMENTA**

AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C AÇÃO DE COBRANÇA. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF. REGULAMENTAÇÃO POR LEI ESTADUAL ESPECÍFICA – Nº 331/02. FIXAÇÃO DO ÍNDICE DE 5% AO ANO. LEI 339/02 – MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE 5% PARA O EXERCÍCIO DE 2002. LEI 391/03 – ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO – REVOGAÇÃO PARCIAL DA LEI 331/02. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR RAZOÁVEL E ADEQUADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE PARA DETERMINAR QUE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A REVISÃO GERAL ANUAL NO PERCENTUAL DE 5% INCIDA APENAS NOS ANOS DE 2002 E 2003 E PARA RECONHECER A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e reformar, em parte, a sentença, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista – RR, 31 de julho de 2007.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. José Pedro  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

Esteve presente: \_\_\_\_\_

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007690-5 – BOA VISTA/RR  
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
APELADOS: MARIA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA E OUTROS  
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA  
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

**EMENTA**

AÇÃO ORDINÁRIA. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF. REGULAMENTAÇÃO POR LEI ESTADUAL ESPECÍFICA – Nº 331/02. FIXAÇÃO DO ÍNDICE DE 5% AO ANO. INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PRECEDENTES DESTA CORTE. LEI 339/02 – MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE 5% PARA O EXERCÍCIO DE 2002. LEI 391/03 – ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO – PERCENTUAL QUE DEVE SER FIXADO EM LEI ESPECÍFICA – REVOGAÇÃO PARCIAL DA LEI 331/02. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR RAZOÁVEL E ADEQUADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE PARA DETERMINAR QUE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A REVISÃO GERAL ANUAL NO PERCENTUAL DE 5% INCIDA APENAS NOS ANOS DE 2002 E 2003 PARA OS APELADOS QUE TOMARAM POSSE EM 2002. PARA OS DEMAIS RECORRIDOS, A REVISÃO SERÁ DEVIDA DE ACORDO COM A DATA EM QUE ENTRARAM NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO. RECURSO PROVIDO EM RELAÇÃO AOS APELADOS QUE SOMENTE TENHAM TOMADO POSSE APÓS 2003.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio

Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e reformar, em parte, a sentença, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista – RR, 31 de julho de 2007.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. José Pedro  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

Esteve presente: \_\_\_\_\_

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007753-1 – BOA VISTA/RR  
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
APELADA: SÔNIA MARIA SILVA DA CONCEIÇÃO  
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA  
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

**EMENTA**

AÇÃO ORDINÁRIA. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF. REGULAMENTAÇÃO POR LEI ESTADUAL ESPECÍFICA – Nº 331/02. FIXAÇÃO DO ÍNDICE DE 5% AO ANO. INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PRECEDENTES DESTA CORTE. LEI 339/02 – MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE 5% PARA O EXERCÍCIO DE 2002. LEI 391/03 – ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO – PERCENTUAL QUE DEVE SER FIXADO EM LEI ESPECÍFICA – REVOGAÇÃO PARCIAL DA LEI 331/02. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR RAZOÁVEL E ADEQUADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE PARA DETERMINAR QUE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A REVISÃO GERAL ANUAL NO PERCENTUAL DE 5% INCIDA APENAS NOS ANOS DE 2002 E 2003 E PARA RECONHECER A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e reformar, em parte, a sentença, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista – RR, 31 de julho de 2007.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. José Pedro  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

Esteve presente: \_\_\_\_\_

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007601-2 – BOA VISTA/RR  
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
APELADA: MAURIVÂNIA DUARTE VILLA  
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE

RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA  
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

## EMENTA

AÇÃO ORDINÁRIA. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF. REGULAMENTAÇÃO POR LEI ESTADUAL ESPECÍFICA – Nº 331/02. FIXAÇÃO DO ÍNDICE DE 5% AO ANO. INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PRECEDENTES DESTA CORTE. LEI 339/02 – MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE 5% PARA O EXERCÍCIO DE 2002. LEI 391/03 – ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO – PERCENTUAL QUE DEVE SER FIXADO EM LEI ESPECÍFICA – REVOGAÇÃO PARCIAL DA LEI 331/02. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR RAZOÁVEL E ADEQUADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE PARA DETERMINAR QUE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A REVISÃO GERAL ANUAL NO PERCENTUAL DE 5% INCIDA APENAS NOS ANOS DE 2002 E 2003 E PARA RECONHECER A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e reformar, em parte, a sentença, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista – RR, 31 de julho de 2007.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. José Pedro  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

Esteve presente: \_\_\_\_\_

## PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007860-4 – BOA VISTA/RR  
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
APELADA: ROSA MARIA SILVA DE OLIVEIRA  
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA  
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

## EMENTA

AÇÃO ORDINÁRIA. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF. REGULAMENTAÇÃO POR LEI ESTADUAL ESPECÍFICA – Nº 331/02. FIXAÇÃO DO ÍNDICE DE 5% AO ANO. INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PRECEDENTES DESTA CORTE. LEI 339/02 – MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE 5% PARA O EXERCÍCIO DE 2002. LEI 391/03 – ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO – PERCENTUAL QUE DEVE SER FIXADO EM LEI ESPECÍFICA – REVOGAÇÃO PARCIAL DA LEI 331/02. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR RAZOÁVEL E ADEQUADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE PARA DETERMINAR QUE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A REVISÃO GERAL ANUAL NO PERCENTUAL DE 5% INCIDA APENAS NOS ANOS DE 2002 E 2003 E PARA RECONHECER A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e reformar, em parte, a sentença, nos termos

do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista – RR, 31 de julho de 2007.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. José Pedro  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

Esteve presente: \_\_\_\_\_

## PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007750-7 – BOA VISTA/RR  
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
APELADO: FLÁVIO BEZERRA DA SILVA  
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA  
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

## EMENTA

AÇÃO ORDINÁRIA. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF. REGULAMENTAÇÃO POR LEI ESTADUAL ESPECÍFICA – Nº 331/02. FIXAÇÃO DO ÍNDICE DE 5% AO ANO. INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PRECEDENTES DESTA CORTE. LEI 339/02 – MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DE 5% PARA O EXERCÍCIO DE 2002. LEI 391/03 – ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO – PERCENTUAL QUE DEVE SER FIXADO EM LEI ESPECÍFICA – REVOGAÇÃO PARCIAL DA LEI 331/02. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM VALOR RAZOÁVEL E ADEQUADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE PARA DETERMINAR QUE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A REVISÃO GERAL ANUAL NO PERCENTUAL DE 5% INCIDA APENAS NOS ANOS DE 2002 E 2003 E PARA RECONHECER A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e reformar, em parte, a sentença, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista – RR, 31 de julho de 2007.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. José Pedro  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

Esteve presente: \_\_\_\_\_

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

EMBARGOS DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.007175-7 – BOA VISTA/RR  
EMBARGANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS COELHO  
EMBARGADO: MÁRIO ROBERTO DE LIMA BARBOSA  
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES



## ACÓRDÃO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – APELAÇÃO CÍVEL – LEI Nº 331/2002 – REVOGAÇÃO PELA LEI Nº 391/2003 – EFEITOS VÁLIDOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DOS ANOS DE 2002 E 2003 – INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI.

1. A revogação da lei é matéria de ordem pública, conhecida de ofício, impondo a reforma do julgado. A lei, de caráter temporário, esgotou os seus efeitos com o decurso do prazo.  
2. Embargos parcialmente acolhidos para reformar a sentença e julgar parcialmente procedente a procedente a ação, condenando o Estado a pagar a vantagem aos autores apenas do dia ingresso no serviço público até o final da vigência da Lei 331/02.

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em acolher parcialmente os embargos, nos termos do voto do relator. Quanto à possibilidade de compensação dos honorários, na forma do 21 do CPC, acordam, por maioria, os Desembargadores da Turma Cível, vencido, no particular, o Relator.

Boa Vista, sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e sete.

Des. Carlos Henriques  
Presidente e Julgador

Des. Robério Nunes  
Relator

Des. Almiro Padilha  
Julgador

## PUBLICAÇÃO ATO ORDINATÓRIO

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007689-7 – BOA VISTA/RR  
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. CARLOS ANTONIO SOBREIRA LOPES

APELADA: MARIA ALVES CAMELO  
ADVOGADA: DRA. MARIA EMÍLIA BRITO SILVA LEITE  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

**FINALIDADE:** Intimar a recorrida para apresentar contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 06 de agosto de 2007.

**SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 06 DE AGOSTO DE 2007.**

ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR  
Secretário da Câmara Única

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA

## PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.04.003559-3 – BOA VISTA/RR**  
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADORES DO ESTADO: DRA. THICIANE GUANABARA SOUZA E OUTROS  
RECORRIDO: RENATO ALIAGA  
ADVOGADO: DR. SAMUEL MARTINS DA SILVA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

## DESPACHO

I – Remeta-se ao juízo de origem, com as baixas necessárias.

II – Publique-se.

Boa Vista, 01 de agosto de 2007.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

## PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.006672-6 – BOA VISTA/RR  
RECORRENTE: VIVO S/A  
ADVOGADOS: DRA. LUCIANA ROSA DA SILVA E OUTROS  
RECORRIDO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. DIOGO NOVAES FORTES  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

## DESPACHO

Intime-se o recorrido para apresentar contra-razões, no prazo legal.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 26 de julho de 2007.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

## PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**RECURSO ESPECIAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.007432-2 – BOA VISTA/RR**  
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADORES DO ESTADO: DR. CARLOS ANTONIO SOBREIRA LOPES E OUTROS  
RECORRIDO: CONSEPRO – CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA  
ADVOGADOS: DR. PAULO CEZAR PEREIRA CAMILO E OUTRO  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

## DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Estado de Roraima em face da CONSEPRO Construções e Projetos Ltda, com fulcro no artigo 105, III, alínea “a” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls. 51/55, mantido, após a interposição de embargos de declaração, pelo acórdão às fls. 66/72.

O acórdão às fls. 51/55 manteve a liminar atacada, em razão da falta de provas no agravo sobre os fins de mercancia das mercadorias adquiridas pelo recorrido, que ensejassem, *in casu*, a incidência do ICMS e justificassem a cassação da medida. Já o acórdão às fls. 66/72 deixou de conhecer do recurso, porque ausentes os requisitos indicados no artigo 535 do Código de Processo Civil.

Nas suas razões, alega o recorrente, em síntese (fls. 77/93), que a decisão contrariou os artigos 12, inciso VIII, “b” da Lei Complementar nº 87/96 e artigo 1º, *caput* e § 2º, e item 7.2 do anexo da Lei Complementar nº 116/03. Requer, assim, a reforma do julgado.

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 97/132, arguindo a falta de prequestionamento, não demonstração do cabimento do recurso, intento de reapreciar provas e fatos e inexistência de violação à disposição de lei federal, dentre outras matérias atinentes ao mérito recursal.

É o relatório, DECIDO.

Conforme leciona a Exma. Desembargadora Federal Presidente do TRF da 4ª Região, Dra. Maria Lúcia Luz Leiria, ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso especial. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade e interesse recursal, além da inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 105, III, da Constituição Federal.

O exame prévio do recurso interposto encontra óbice, inicialmente, na falta de prequestionamento. Os dispositivos apontados como violados não encontram referência no acórdão recorrido, nem de modo expresse, nem implicitamente. Tampouco foram apreciados pelo juízo após a interposição dos embargos de declaração.

Incide, assim, a súmula 211 do egrégio Superior Tribunal de Justiça, tornando imperioso o não conhecimento das suas razões.

Ademais, a fundamentação apresentada não serve à pretensão de modificação da decisão, esbarrando no *princípio da dialeticidade recursal*. Segundo esse princípio, para conhecimento do recurso, a parte deverá, necessariamente, atacar de modo direto as razões do julgado, apresentando fundamentação adequada a justificar a sua revisão. Nesses termos:

*Em atenção ao princípio da dialeticidade dos recursos, o recorrente terá de consignar, em suas razões recursais, os motivos pelos quais a decisão impugnada deverá ser reformada ou cassada pelo órgão ad quem. (...)*

*Da mesma forma, não atendem ao princípio em questão as razões recursais genericamente aduzidas, sobretudo aquelas “padronizadas”, que não observam as peculiaridades do caso concreto”.*

(ALVIM, Eduardo Arruda; MARTINS, Cristiano Zanin. “Apontamentos sobre o sistema recursal vigente no direito processual civil brasileiro à luz da lei 10.352/2001”. In: NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coords.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos*, vol. 6. São Paulo: RT, 2002).

As razões de recurso às fls. 77/93, contudo, não refutam especialmente a tese posta no acórdão, deixando de rebater, especificadamente, o seu principal fundamento – a falta de provas hábeis a ensejar a revisão da medida liminar. Nesses termos, manifestou-se reiteradamente o egrégio STJ:

*“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. RELATOR. NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. ART. 557 DO CPC. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182/STJ. (...) Pelo Princípio da Dialeticidade é necessário que os recursos ataquem os fundamentos das decisões contra as quais foram interpostos (...)”.* (STJ - AgRg no REsp 584203 / RJ - T6 - Sexta Turma - Rel. Min. PAULO MEDINA, DJ 10.05.2004 p. 360).

*“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 182/STJ. PRECEDENTE. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. (...)”*

*3. O recurso não garante de condições que ensejem o seu conhecimento, pois não foram demonstradas as razões que induzissem à reforma da decisão agravada. A simples reiteração dos mesmos argumentos já deduzidos na instância originária, sem que se explicitem os fundamentos da irrisignação e o desacerto da decisão recorrida, afronta o princípio da dialeticidade e justifica o seu não-provimento”.*

(STJ - AgRg nos EDv. nos EREsp 507592/RS - S1 - Primeira Seção, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ 20.02.2006 p. 188).

*“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APELO. FUNDAMENTOS. MERA REPRODUÇÃO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. VIOLAÇÃO. IMPROVIMENTO”.*

(STJ - AgRg no Ag 656464/MS, T4 - Quarta turma - Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR - p. DJ 10.10.2005 p. 380).

Além disso, o fundamento atinente à falta de provas no agravo sobre serem as mercadorias adquiridas destinadas à venda ou revenda, suficiente de *per si* para manter o julgado, restou inatado, o que impede o conhecimento do presente recurso, igualmente, pela aplicação da súmula 283 do Supremo Tribunal Federal, aplicável ao recurso especial, nos termos das ementas abaixo transcritas:

*Súmula nº 283/STF – “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.*

*“RECURSO ESPECIAL – REVISÃO DE APOSENTADORIA DE EX-COMBATENTE – DECADÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E ILEGALIDADE DO DECRETO Nº 2.172/97 – RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR FUNDAMENTO ALTERNATIVO DO ACÓRDÃO RECORRIDO – SÚMULA Nº 283/STF – I. Não se*

*conhece de Recurso Especial em que não se impugna, especificamente, o fundamento do acórdão recorrido relativo à decadência, que permaneceu incólume em sua motivação e é suficiente, por si só, para a preservação da decisão impugnada. 2. Recurso não conhecido”.* (STJ – RESP 200400487474 – (652082 RJ) – 6ª T. – Rel. Min. Hamilton Carvalhido – DJU 19.12.2005 – p. 00488)

*“PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ASSOCIAÇÃO – COISA JULGADA – LEGITIMIDADE ATIVA – FUNDAMENTO INATACADO – SÚMULA Nº 283/STF – Inatado o fundamento do acórdão relativo à legitimidade ativa do exequente, definida em ação civil pública transitada em julgado, inviável o conhecimento do Recurso Especial em face do óbice da Súmula nº 283 do C. STF. II. Agravo desprovido”.* (STJ – AGRESP 200400100508 – (639103 PR) – 4ª T. – Rel. Min. Aldir Passarinho Junior – DJU 13.12.2004 – p. 00374)

Assim sendo, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 26 de julho de 2007.

**Des. Robério Nunes**  
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.06.006695-7 – BOA VISTA/RR**

RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS

RECORRIDO: ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCORRO  
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCORRO  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 105, III, “a” da Constituição Federal, contra a decisão monocrática às fls. 105/109, confirmada pelo acórdão proferido em sede de embargos declaratórios às fls. 121/123.

Alega o recorrente (fls. 126/135), em síntese, que a decisão vergastada contrariou os artigos 535, 20, § 4º, 128 e 460 do Código de Processo Civil.

O recorrido apresentou contra-razões às fls. 139/142, alegando inexistência de debate prévio da matéria na instância recursal ordinária.

Vieram-me conclusos.

É o relatório, DECIDO.

Conforme leciona a Exma. Desembargadora Federal Presidente do TRF da 4ª Região, Dra. Maria Lúcia Luz Leiria, ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição dos recursos extraordinários “*lato sensu*”. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade e interesse recursal, além da inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento às fundamentações possíveis previstas no art. 105, III da Constituição Federal.

No que tange ao recurso especial interposto, observa-se que deve ser admitido. A questão está prequestionada e o acórdão aplicou, *in casu*, índice de juros diverso daquele requerido na petição do exequente que deu início à execução.

Destarte, qualquer aprofundamento na análise do tema implicaria na interpretação sobre o mérito recursal, o que é vedado durante o juízo de admissibilidade.

Por esse fundamento, DOU SEGUIMENTO ao Recurso.

Subam os autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

Publique-se.

Boa Vista, 31 de julho de 2007.

Des. Robério Nunes  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0010.06.005900-2 – BOA VISTA/RR  
RECORRENTE: UNIMED BOA VISTA – COOPERATIVA DE  
TRABALHO MÉDICO  
ADVOGADO: DR. ROMMEL LUCENA  
RECORRIDA: NILVA DA SILVA BRAGA  
ADVOGADA: DRA. BEATRIZ ARZA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

#### DESPACHO

Intime-se o recorrido para apresentar contra-razões, no prazo legal.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 26 de julho de 2007.

Des. Robério Nunes  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0010.06.006720-3 – BOA VISTA/RR  
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ALDA CELI ALMEIDA  
BOSON SCHETINE – FISCAL  
RECORRIDO: MARCELINO PEREIRA DA SILVA  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO –  
CURADOR ESPECIAL  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

#### DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Estado de Roraima em face de Marcelino Pereira da Silva e com fulcro no artigo 105, III, alínea “a” da Constituição Federal, contra a decisão monocrática às fls. 133/135, confirmada pelo acórdão proferido no Agravo Interno nº 010.07.007016-3, em apenso, às fls. 09/13.

Alega o recorrente, em síntese (fls.144/149), que a decisão negou vigência ao artigo 40, § 2º do Código Tributário Nacional. Requer, assim, a reforma do julgado.

O recorrido apresentou contra-razões em fls. 159/166.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso especial. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento da fundamentação possível prevista no art. 105, III, da Constituição Federal.

O recurso esbarra, inicialmente, na Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal. Isso porque o fundamento atinente à necessária interpretação harmônica do artigo 40 da Lei nº 6.830/80 com o artigo

174 do Código Tributário Nacional, suficiente *de per si* para manter o julgado, não foi especialmente atacado, o que impede o conhecimento do presente recurso, igualmente, pela aplicação da súmula 283 do Supremo Tribunal Federal, aplicável ao recurso especial, nos termos das ementas abaixo transcritas:

*Súmula nº 283/STF – “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.*

*“RECURSO ESPECIAL – REVISÃO DE APOSENTADORIA DE EX-COMBATENTE – DECADÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E ILEGALIDADE DO DECRETO Nº 2.172/97 – RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR FUNDAMENTO ALTERNATIVO DO ACÓRDÃO RECORRIDO – SÚMULA Nº 283/STF – 1. Não se conhece de Recurso Especial em que não se impugna, especificamente, o fundamento do acórdão recorrido relativo à decadência, que permaneceu incólume em sua motivação e é suficiente, por si só, para a preservação da decisão impugnada. 2. Recurso não conhecido”. (STJ – RESP 200400487474 – (652082 RJ) – 6ª T. – Rel. Min. Hamilton Carvalhido – DJU 19.12.2005 – p. 00488)*

*“PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ASSOCIAÇÃO – COISA JULGADA – LEGITIMIDADE ATIVA – FUNDAMENTO INATACADO – SÚMULA Nº 283/STF – Inatacad o fundamento do acórdão relativo à legitimidade ativa do exequente, definida em ação civil pública transitada em julgado, inviável o conhecimento do Recurso Especial em face do óbice da Súmula nº 283 do C. STF. II. Agravo desprovido”. (STJ – AGRESP 200400100508 – (639103 PR) – 4ª T. – Rel. Min. Aldir Passarinho Junior – DJU 13.12.2004 – p. 00374)*

Ademais, o ordenamento processual vigente autoriza a negativa de seguimento de recurso pelo próprio relator, quando este for manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado, ou estiver em confronto com jurisprudência consolidada no tribunal superior.

Destarte, quanto à legislação infraconstitucional apontada, o Superior Tribunal de Justiça, no mesmo sentido do Supremo Tribunal Federal, interpretou e uniformizou a jurisprudência nacional, reiteradamente, no seguinte sentido:

*“(omissis) 3. O art. 40 da Lei nº 6.830/80, nos termos em que foi admitido no ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação há de sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN. Repugnam os princípios informadores do nosso sistema tributário a prescrição indefinida. Após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada, deve-se estabilizar o conflito, pela via da prescrição, impondo-se segurança jurídica aos litigantes. Os casos de interrupção do prazo prescricional estão previstos no art. 174 do CTN, nele não incluídos os do art. 40 da Lei nº 6.830/80. Há de ser sempre lembrado de que o art. 174 do CTN tem natureza de Lei Complementar. Precedentes desta corte e do colendo STF. (omissis) (STJ – AGRESP 200600750648 – (835465 RJ) – 1ª T. – Rel. Min. José Delgado – DJU 02.10.2006 – p. 238) JCTN.174 JCTN.174.PUN JLEF.40 JLEF.8 JLEF.8.2 JCPC.219 JCPC.219.4*

*“TRIBUTÁRIO – EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – IMPOSSIBILIDADE – DILAÇÃO PROBATÓRIA – 1. A exceção de pré-executividade constitui instrumento idôneo à arguição da prescrição, desde não haja necessidade de dilação probatória. Precedente: ERESP nº 388.000/RS, relator p/ o acórdão Ministro José Delgado. 2. O art. 40 da Lei nº 6.830/80 deve ser aplicado em harmonia com a norma inscrita no art. 174 do Código Tributário Nacional. 3. Recurso Especial improvido”. (STJ – RESP 200301147264 – (554963 SC) – 2ª T. – Rel. Min. João Otávio de Noronha – DJU 06.11.2006 – p. 304) JLEF.40 JCTN.174*

Assim sendo, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 01 de agosto de 2007.

Des. Robério Nunes  
Presidente

#### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Gabinete da Presidência

Procedimento Administrativo nº 706-07  
 Origem: 3ª Vara Criminal  
 Assunto: HORA EXTRA

### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 05 de março de 2007, com informações de prestação de serviços extraordinários pela servidora Sílvia Silva de Souza no mês de Abril de 2007.

O pedido é tempestivo, contando com a autorização do ilustrado Diretor-Geral, autoridade competente para análise e deferimento pleito.

Em que pese o preenchimento dos requisitos necessários à consecução do pagamento das pretendidas horas extras, o referido serviço foi prestado dentro do limite de oito horas diárias de jornada de trabalho previsto no artigo 19 da Lei Complementar nº 053/01, desrespeitando, inclusive, o horário reservado para o almoço, o que é inadmissível. Posto isto, indefiro o pagamento das horas extras requisitadas. Publique-se.

Remetam-se os autos à Diretoria-Geral para ciência; em pós, ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 02 de agosto de 2007.

Des. ROBÉRIO NUNES  
 Presidente TJ/RR

Recurso Administrativo n.º 741-07.  
 Origem: Elias Ribeiro dos Santos  
 Assunto: Pagamento de Horas Extras

### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 06 de março de 2007, com informações sobre serviços extraordinários prestados pelo servidor Elias Ribeiro dos Santos, Assistente Judiciário, no desempenho das funções de Operador de Áudio do Fórum Advogado Sobral Pinto, no mês de fevereiro de 2007, durante a realização dos eventos "Primeiro Encontro da Justiça Cível" e posse da atual Administração deste Tribunal, conforme autorização da Diretoria-Geral (Ofício/DG/221/06, de 12 de maio de 2006).

Os autos foram instruídos com a folha individual de frequência do autor (fl. 04) e com declaração da chefia da Seção de Serviços Gerais do Fórum, informando que o requerente efetivamente trabalhou nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro de 2007.

O Departamento de Recursos Humanos efetuou os cálculos das horas extraordinárias laboradas (fl. 07), chegando ao valor de R\$ 210,11 (duzentos e dez reais e onze centavos).

Às fls. 10/11, a ilustrada Analista Judiciária do Departamento de Recursos Humanos, considerando o disposto nos artigos 70 e 71 da LCE nº 53/01, como também dos artigos 1º e 6º da Portaria nº 349-01 e 1º e 2º da Portaria nº 338/07, sugeriu o deferimento do pedido, sendo acompanhada pelo Diretor do Departamento de Recursos Humanos.

O chefe da Divisão de Planejamento e Finanças informou existir disponibilidade orçamentária para arcar com a mencionada despesa.

À fl. 12, o ilustrado Diretor-Geral deste Tribunal autorizou o pagamento das horas extras trabalhadas, como fulcro no artigo 1º, inciso X, da Portaria Presidencial nº. 590/03.

O chefe da Divisão de Administração de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos deixou de lançar em folha de pagamento as mencionadas horas extras haja vista o disposto no artigo 1º da Portaria 338/07.

Vieram os autos para deliberação.

É o relatório, passo a decidir:

Em que pese a autorização concedida ao requerente, pelo Diretor-Geral desta Corte de Justiça, para desempenhar as funções de Operador de Áudio no Fórum Advogado Sobral Pinto, bem como a publicação, no Diário do Poder Judiciário de 30 de março do corrente ano, da autorização para a efetivação do pagamento das respectivas horas extras, faz-se necessário, adequação dos cálculos ao que dispõe o artigo 19 da Lei Complementar nº 053/01 (Regime Jurídico Único dos Servidores Público do Estado de Roraima) quanto à jornada de trabalho semanal e limites mínimo e máximo de seis e de oito horas diárias, respectivamente, bem como o que dispõe o artigo 71 do mesmo diploma legal.

Nesse sentido, autorizo o pagamento de horas extras ao requerente, considerando o disposto nos artigos 71 da LCE nº 053/01, tão somente no que ultrapassar o limite máximo diário de jornada de trabalho previsto no artigo 19 do mesmo diploma legal.

Publique-se.

Remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para pagamento, após recálculo das horas extras trabalhadas, haja vista a informada existência de disponibilidade orçamentária.

Boa Vista, 31 de julho de 2007.

Des. ROBÉRIO NUNES  
 Presidente TJ/RR

Procedimento Administrativo nº 1645-06.

Origem: Josilene de Andrade Lira  
 Assunto: HORA EXTRA

### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 02 de março de 2007, em que a servidora Josilene de Andrade Lira pleiteia o pagamento de serviços extraordinários do mês de agosto ao mês de novembro de 2002.

O procedimento foi instruído com as folhas de frequência da requerente (fls. 45 a 48).

O chefe da Divisão de Administração de Pessoal em exercício juntou quadro demonstrativo de horas extras referente aos meses de agosto a novembro de 2002, informando o valor da despesa – R\$ 2.016,88 (dois mil, dezesseis reais e oitenta e oito centavos).

O Analista Judiciário do Departamento de Recursos Humanos opinou pelo deferimento do pedido, sugerindo o pagamento à servidora das horas extras trabalhadas.

Remetidos os autos ao Departamento de Planejamento e Finanças, o chefe da Divisão de Planejamento informou a necessidade de reconhecimento de dívida e não haver disponibilidade orçamentária para arcar com a mencionada despesa, sugerindo possibilidades para o atendimento ao pleito. (fl. 55 e 56).

É o relatório, passo a decidir.

O artigo 71 da Lei Complementar nº 053/01 determina que o serviço extraordinário somente será permitido para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de duas horas por jornada.

Visando a regulamentar o serviço extraordinário no âmbito desta egrégia Corte de Justiça, editou-se a Portaria Presidencial nº 349/01 definindo o procedimento a ser adotado relativamente ao pedido de autorização para a prestação das horas extras, estabelecendo que será considerado hora extra aquele serviço que exceder a jornada de trabalho, bem como delegando competência para sua concessão e determinando o encaminhamento do pedido em tempo hábil para a análise, pela autoridade competente, da excepcionalidade informada, para fins de concessão da vantagem pecuniária, nos termos do mencionado dispositivo.

"Art. 71. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitando o limite máximo de duas horas por jornada."

Não houve subsunção do pleito à autoridade competente para deferir o exercício dos serviços extraordinários, não havendo, por conseguinte, a devida autorização para a prestação das referidas horas extras, como determina o artigo 6º da Portaria nº 349/01.

"Art. 6º - O pedido de prestação de serviço extraordinário deverá sempre conter a justificativa de sua necessidade e a relação nominal dos servidores que o executarão e deverá ser encaminhado em tempo hábil a autoridade competente para sua autorização, além da data, horário e da natureza dos serviços a serem desenvolvidos."

Na se vislumbra no caso em tela, como estabelecer o art. 2º da Portaria 349/01, laboração exercendo a jornada de trabalho.

"Art. 2º- Será considerado como serviço extraordinário aquele que exceder jornada de trabalho, estabelecido em ato próprio."

Compreende-se por jornada de trabalho o período de tempo onde o empregado

deverá prestar serviços ou permanecer à disposição do empregador, período este definido em nossa Constituição de no máximo oito horas diárias e 44 horas semanais. Logo, observa-se que a laboração no período de 14h às 18h, como pleiteia a requerente, não poderá ser considerada serviço extraordinário, pois se insere no período da jornada de trabalho.

Por todo o exposto, considerando que o serviço prestado pela requerente não excedeu a jornada de trabalho e tão pouco contou com a autorização para sua realização, indefiro, por estas razões, o pedido.

Publique-se.

Remetam-se os autos à Diretoria-Geral para ciência; em pós, ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 03 de agosto de 2007.

Des. ROBÉRIO NUNES  
Presidente TJ/RR

#### Procedimento Administrativo nº 218-07

Origem: Marcilene Barbosa dos Santos e outros

Assunto: HORA EXTRA

#### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 21 de dezembro de 2006, com informações sobre serviços extraordinários laborados pela servidora Marcilene Barbosa dos Santos e outros no mês de novembro de 2006, em atenção à determinação da MM Juíza de Direito Graciete Soto Mayor Ribeiro, titular da Vara da Infância e Juventude – Portarias nºs, 94, 95, 100, 103, 104 e 105.

É o quanto basta relatar, passo a decidir.

Nos autos do procedimento administrativos nº 763-07, decidi pelo indeferimento do pleito haja vista o descumprimento do 6º da Portaria Presidencial nº 349/01 que determinava a subsunção do pleito à autoridade competente para deferir o exercício dos serviços extraordinários, como também em virtude de não existir delegação de competência aos Magistrados para designarem servidores pêra laborarem extraordinariamente, exceto para os plantões judiciários que não é o caso.

Na presente situação, não foi diferente, também houve desrespeito à aludida orientação normativa presidencial, mormente ao disposto no § 1º do artigo 4º da mencionada Portaria, que determina o encaminhamento do pedido de prestação do serviço extraordinário, inclusive pelo juízo da Vara da Infância e Juventude, esclarecendo-se a situação excepcional e a necessidade das horas extras.

Portaria nº 349/01:

“Art. 4º- serviço extraordinário será autorizado no âmbito da administração do Tribunal de Justiça pelo Diretor-Geral, a quem pode declarar e justificar a necessidade da prestação do serviço excedente, com base no pedido do chefe imediato do servidor.”

§ 1º - O pedido de prestação de serviço extraordinário dos servidores lotados nas Varas da capital, Juizado da Infância e Juventude, Juizados Especiais e Comarcas do Interior deverá ser encaminhado ao Presidente através do Juiz, esclarecendo-se a situação excepcional e a necessidade das horas extras.”

Pelo exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Remetam-se os autos à Diretoria-Geral para tomar ciência; em pós, ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 03 de agosto de 2007.

Des. ROBÉRIO NUNES  
Presidente TJ/RR

Gabinete da Presidência

Procedimento Administrativo nº 381-07

Origem: Comarca de Rorainópolis

Assunto: Pagamento de Horas Extras

#### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 01 de fevereiro de 2007, com informações sobre serviços extraordinários laborados pelo servidor Pablo Raphael dos Santos Igreja e outros no mês de janeiro de 2007, na Comarca

de Rorainópolis, em atenção à determinação da MM Juíza de Direito Maria Aparecida Cury – Portaria nº 01-07.

É o quanto basta relatar, passo a decidir:

Nos autos do procedimento administrativos nº 763-07, decidi pelo indeferimento do pleito haja vista o descumprimento do 6º da Portaria Presidencial nº 349/01 que determinava a subsunção do pleito à autoridade competente para deferir o exercício dos serviços extraordinários, como também em virtude de não existir delegação de competência aos Magistrados para designarem servidores pêra laborarem extraordinariamente, exceto para os plantões judiciários que não é o caso.

Na presente situação, não foi diferente, também houve desrespeito à aludida orientação normativa presidencial, mormente ao disposto no § 1º do artigo 4º da mencionada Portaria, que determina o encaminhamento do pedido de prestação do serviço extraordinário, inclusive pelo juízo da Vara da Infância e Juventude, esclarecendo-se a situação excepcional e a necessidade das horas extras.

Portaria nº 349/01:

“Art. 4º- serviço extraordinário será autorizado no âmbito da administração do Tribunal de Justiça pelo Diretor-Geral, a quem pode declarar e justificar a necessidade da prestação do serviço excedente, com base no pedido do chefe imediato do servidor”.

§ 1º - O pedido de prestação de serviço extraordinário dos servidores lotados nas Varas da capital, Juizado da Infância e Juventude, Juizados Especiais e Comarcas do Interior deverá ser encaminhado ao Presidente através do Juiz, esclarecendo-se a situação excepcional e a necessidade das horas extras.”

Pelo exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Remetam-se os autos à Diretoria-Geral para tomar ciência; em pós, ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 03 de agosto de 2007.

Des. ROBÉRIO NUNES  
Presidente TJ/RR

#### Procedimento Administrativo n.º 4.155-06.

Origem: Martha Alves dos Santos e outros

Assunto: Hora Extra

#### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 21 de dezembro de 2006, com informações sobre serviços extraordinários laborados pela servidora Martha Alves dos Santos e outros no mês de novembro de 2006, em atenção à determinação da MM Juíza de Direito Graciete Soto Mayor Ribeiro, titular da Vara da Infância e da Juventude – Portarias nºs 82, 83, 84, 85, 94 95, 96 e 99.

É o quanto basta relatar, passo a decidir:

Nos autos do procedimento administrativos nº 763-07, decidi pelo indeferimento do pleito haja vista o descumprimento do 6º da Portaria Presidencial nº 349/01 que determinava a subsunção do pleito à autoridade competente para deferir o exercício dos serviços extraordinários, como também em virtude de não existir delegação de competência aos Magistrados para designarem servidores pêra laborarem extraordinariamente, exceto para os plantões judiciários que não é o caso.

Na presente situação, não foi diferente, também houve desrespeito à aludida orientação normativa presidencial, mormente ao disposto no § 1º do artigo 4º da mencionada Portaria, que determina o encaminhamento do pedido de prestação do serviço extraordinário, inclusive pelo juízo da Vara da Infância e Juventude, esclarecendo-se a situação excepcional e a necessidade das horas extras.

Portaria nº 349/01:

“Art. 4º- serviço extraordinário será autorizado no âmbito da administração do Tribunal de Justiça pelo Diretor-Geral, a quem pode declarar e justificar a necessidade da prestação do serviço excedente, com base no pedido do chefe imediato do servidor”.

§ 1º - O pedido de prestação de serviço extraordinário dos servidores lotados nas Varas da capital, Juizado da Infância e Juventude, Juizados Especiais e Comarcas do Interior deverá ser encaminhado ao Presidente através do Juiz, esclarecendo-se a situação excepcional e a necessidade das horas extras.”

Pelo exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Remetam-se os autos à Diretoria-Geral para tomar ciência; em pós, ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 03 de agosto de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

Gabinete da Presidência

Procedimento Administrativo n.º 340-07.

Origem: 2ª Vara Criminal

Assunto: Plantão Judiciário – Pagamento de Horas Extras

### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 30 de janeiro de 2007, com informações sobre serviços extraordinários laborados pelos servidores Dajacir Raimundo de Sousa e outros realizados na Segunda Vara Criminal no mês de fevereiro do corrente ano, por determinação do MM Juiz de Direito Dêlcio Dias Feu, através da Portaria nº 01/07. É o quanto basta relatar, passo a decidir:

Não houve subsunção do pleito à autoridade competente para deferir o exercício dos serviços extraordinários, não havendo, por conseguinte, a devida autorização para a prestação das referidas horas extras, como determina o artigo 6º da Portaria nº 349/01.

Não há delegação de competência dos Magistrados para designarem servidores para prestação de serviços extraordinários, exceto quando se tratar de plantão judiciário que não é o caso.

Por todo o exposto:

Torno sem efeito à decisão de fl. 17 do Ilmo. Sr. Diretor-Geral. Indefiro o pedido, considerando que o serviço extraordinário prestado pelos requerentes foi autorizado sem a anuência do ordenador de despesas, além de ter sido laborado dentro do limite das oito horas diárias de jornada de trabalho prevista no artigo 19 da Lei Complementar nº 053/01.

Publique-se.

Remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 02 de agosto de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

Gabinete da Presidência

Recurso Administrativo n.º 4.067-06.

Origem: 1ª Vara Criminal

Assunto: Pagamento de Horas Extras - Júri

### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 14 de dezembro de 2006, com informações sobre serviços extraordinários prestados pelas servidoras Sandra Margarete Pinheiro da Silva e Dolane Patrícia S. S. Santana, no desempenho de suas funções, durante as Sessões do Tribunal do Júri Popular no período de 01 de setembro a 31 de outubro de 2006, designados pelo MM Juiz Leonardo Pache de Faria Cupello, através da Portaria nº 012/06.

Os autos foram devidamente instruídos com as folhas individuais de frequência dos respectivos servidores, bem como com cópia da mencionada portaria.

O Departamento de Recursos Humanos efetuou os cálculos das horas extraordinárias laboradas (fl. 16), chegando ao valor de R\$ 2.862,27 (dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos) referente ao mês de setembro de 2006.

O Departamento de Planejamento e Finanças informou às fls. 18/19 haver possibilidade de atendimento do pleito, para pagamento pela conta 3.1.90.92 (despesas de exercícios anteriores), contudo ressaltou a necessidade de a despesa ser reconhecida nos termos do artigo 37 da Lei nº. 4.320/64, tendo em vista não ter sido prevista, tampouco incluída em “restos a pagar”.

Vieram os autos para deliberação.

É o relatório, passo a decidir:

Em que pese a designação das requerentes para prestarem serviços extraordinários durante a realização das Sessões do Júri Popular no mês de setembro de 2006 (Portaria nº. 012/06), ressalto que, para a autorização do pagamento das respectivas horas extras, faz-se necessário observar o que dispõe o artigo 19 da Lei Complementar nº 053/01 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado de Roraima) quanto à jornada de trabalho semanal e limites mínimo e máximo de seis e de oito horas diárias, respectivamente, bem como o que dispõe o artigo 71 do mesmo diploma legal.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 053/01:

“Art. 19. O servidor cumprirá jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes ao respectivo cargo, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.”

“Art. 71. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitando o limite máximo de duas horas por jornada.” (sem grifo no original)

Nesse sentido, defiro parcialmente o pedido, autorizando o pagamento das horas extras laboradas pelas requerentes no mês de setembro de 2006, da seguinte forma:

1. nos dias úteis, considerar o disposto no artigo 71 da LCE nº 053/01 (duas horas extras diárias), tão somente no que ultrapassar o limite máximo diário de oito horas de jornada de trabalho previsto no artigo 19 do mesmo diploma legal;
2. nos dias não úteis, considerar o pagamento como indenização por plantão extra; e
3. nas duas hipóteses, deve-se observar o necessário desconto das duas horas reservadas ao almoço.

Publique-se.

Remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para efetuar o recálculo das horas extras devidas e o devido pagamento, após o reconhecimento da despesa pela Diretoria-Geral, em virtude de se tratar de despesa de exercício encerrado não prevista, tampouco incluída em “restos a pagar”.

Boa Vista, 30 de julho de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

Gabinete da Presidência

Procedimento Administrativo nº 289-07

Origem: 3º Juizado Especial

Assunto: Pagamento de Horas Extras

### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 25 de janeiro de 2007, com informações sobre serviços extraordinários prestados pelos servidores José Carlos Gomes de Lima, Aline Feitosa e Humberto Almeida de Souza, no período de 16/02 a 16/03 de 2007.

Os autos foram instruídos com as folhas individuais de frequências dos requerentes (fl. 10/12 e 16/18).

É o relatório, passo a decidir:

Visando a regulamentar o serviço extraordinário no âmbito desta egrégia Corte de Justiça, editou-se a Portaria Presidencial nº 349/01 definindo o procedimento a ser adotado relativamente ao pedido de autorização para a prestação das horas extras, bem como delegando competência para sua concessão e determinando o encaminhamento do pedido em tempo hábil para a análise, pela autoridade competente, da excepcionalidade informada, para fins de concessão da vantagem pecuniária, nos termos do mencionado dispositivo.

“Art. 71. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitando o limite máximo de duas horas por jornada.”

No presente caso, em que pese o pedido ter sido submetido tempestivamente ao ilustrado Diretor-Geral, o serviço extraordinário começou a ser executado antes de ter sido deferido, ou seja, sem a devida autorização para a sua efetivação.

Por outro lado, o serviço foi prestado dentro do limite de oito horas diárias de jornada de trabalho previsto no artigo 19 da Lei Complementar nº 053/01, sem que fosse observado o descanso de duas horas reservado ao almoço.

Por todo o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Remetam-se os autos à Diretoria-Geral para ciência; em pós, ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 30 de julho de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

Gabinete da Presidência  
Procedimentos Administrativos n.º 2056-07  
Origem: Jânio Silva Duó  
Assunto: Solicita Vacância

#### decisão

Acolho o parecer jurídico de fls. 09 e 10, bem como a manifestação dos ilustrados Diretores do Departamento de Recursos Humanos e da Diretoria-Geral desta Corte de Justiça; defiro o pedido de vacância a contar de 1º de agosto de 2007, haja vista que o requerente tomou posse em outro cargo público inacumulável, nos termos do artigo 31, inciso VI, da Lei Complementar nº 053/01. Publique-se.

Em pós, remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 03 de agosto de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

#### **Procedimento Administrativo nº 1.227 e 1.168/07**

Origem: Gerson Rodrigues de Oliveira e outros  
Assunto: Plantão Judiciário – Pagamento de Horas Extras

#### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 24 de abril de 2007, com informações sobre serviços extraordinários prestados pelos servidores Gerson Rodrigues de Oliveira, José Cismormando André Rocha e Jocemir Paiva dos Santos durante o Plantão Judiciário realizado no mês de março do corrente ano na Comarca de Mucajaí, determinado pela Portaria nº 03/07, da lavra da MM Juíza de Direito Lana Leitão Martins. Os autos foram instruídos com as folhas individuais de frequências dos requerentes, bem como com a cópia da mencionada portaria.

O Departamento de Recursos Humanos efetuou os cálculos das horas extraordinárias laboradas (fl. 14), chegando às seguintes quantidades de horas extras: - Gerson Rodrigues – 58; José Cismormando – 80 e Jocemir Paiva – 80.

A ilustrada Analista do Departamento de Recursos Humanos sugeriu o deferimento do pedido, para pagamento dos plantões judiciais.

O Chefe da Divisão de Planejamento e Finanças informou existir disponibilidade orçamentária para responder pelo objeto do presente procedimento (fl. 17).

Vieram os autos para deliberação.

É o relatório, passo a decidir.

Há comprovação nos autos da designação dos requerentes para prestação do informado serviço extraordinário (Portaria nº 03/07), bem como demonstração da efetivação do trabalho.

Conquanto vislumbre preenchidos os requisitos necessários à consecução do pagamento da indenização por plantão extra aos requerentes, devendo-se observar, para o seu deferimento, o que restou definido quanto ao abatimento das horas referentes ao intervalo para o almoço.

Posto isto, defiro parcialmente o pedido, autorizando o pagamento da indenização por plantão extra, excluído-se dos cálculos as duas horas disponibilizadas para o almoço, como restou definido na decisão proferida nos autos do procedimento administrativo nº 773/07.

Publique-se.

Remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para pagamento da vantagem requerida, após adequação dos cálculos ao que restou definido neste *decisum*, haja vista a informada disponibilidade orçamentária.

Boa Vista, 02 de agosto de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

#### **Procedimento Administrativo nº 1.295/07.**

Origem: 1º Juizado Especial

Assunto: Plantão Judiciário – Pagamento de Horas Extras

#### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 02 de maio de 2007, com informações sobre serviços extraordinários prestados pelos servidores Walter dos Santos Araújo e outros realizados nos dias 14 e 15 de abril do corrente ano no Primeiro Juizado Especial, determinado pela Portaria nº 01/07, da lavra da MM Juiz de Direito Alexandre Magno Magalhães Vieira.

Os autos foram instruídos com as folhas individuais de frequência, bem como com a cópia da mencionada portaria. O Departamento de Recursos Humanos efetuou os cálculos das horas extraordinárias laboradas (fl. 18), chegando ao valor de R\$ 1.825,34 (mil,oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos).

A ilustrada Analista do Departamento de Recursos Humanos sugeriu o deferimento do pedido, para pagamento dos plantões judiciais.

O Chefe da Divisão de Planejamento e Finanças informou existir disponibilidade orçamentária para responder pelo objeto do presente procedimento (fl. 23).

Vieram os autos para deliberação.

É o relatório, passo a decidir.

Há comprovação nos autos da designação dos requerentes para prestação do informado serviço extraordinário (Portaria nº 01/07), bem como demonstração da efetivação do trabalho.

Conquanto vislumbre preenchidos os requisitos necessários à consecução do pagamento da indenização por plantão extra aos requerentes, devendo-se observar, para o seu deferimento, o que restou definido quanto ao abatimento das horas referentes ao intervalo para o almoço.

Posto isto, defiro parcialmente o pedido, autorizando o pagamento da indenização por plantão extra, excluído-se dos cálculos as duas horas disponibilizadas para o almoço, como restou definido na decisão proferida nos autos do procedimento administrativo nº 773/07.

Publique-se.

Remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para pagamento da vantagem requerida, após adequação dos cálculos ao que restou definido neste *decisum*, haja vista a informada disponibilidade orçamentária.

Boa Vista, 02 de agosto de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

#### **Procedimento Administrativo nº 1.348/07.**

Origem: Cláudia Luiza Pereira Nattrodt e outros

Assunto: Plantão Judiciário – Pagamento de Horas Extras

#### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 10 de maio de 2007, com informações sobre serviços extraordinários prestados pela servidora Cláudia Luiza Pereira Nattrodt e outros, Durante o Plantão Judiciário realizado no mês de abril do corrente ano na Comarca de Pacaraima, determinado pela Portaria nº 05/07, da lavra da MM Juiz de Direito Luiz Alberto de Moraes Júnior.

Os autos foram devidamente instruídos com as folhas individuais de frequência, bem como com a cópia da mencionada portaria.

O Departamento de Recursos Humanos efetuou os cálculos das horas extraordinárias laboradas (fl. 19).

A ilustrada Analista do Departamento de Recursos Humanos sugeriu o deferimento do pedido, para pagamento dos plantões judiciais.

O Chefe da Divisão de Planejamento e Finanças informou existir disponibilidade orçamentária para responder pelo objeto do presente procedimento (fl. 24).

Vieram os autos para deliberação.

É o relatório, passo a decidir.

Há comprovação nos autos da designação dos requerentes para prestação do informado serviço extraordinário (Portaria nº 06/07), bem como demonstração da efetivação do trabalho, encontrando-se preenchidos os requisitos necessários à consecução do pagamento da indenização por plantão extra.

Posto isto, defiro parcialmente o pedido, autorizando o pagamento da indenização por plantão extra, excluído-se dos cálculos as duas horas disponibilizadas para o almoço, como restou definido na decisão proferida nos autos do procedimento administrativo nº 773/07.

Publique-se.

Remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para pagamento da vantagem requerida, após recálculo do valor devido, diante da informada existência de disponibilidade orçamentária.

Boa Vista, 02 de agosto de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

**Procedimento Administrativo nº 1.186/07.**

Origem: Pablo Raphael dos Santos Igreja e outros

Assunto: Plantão Judiciário – Pagamento de Horas Extras

#### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 16 de abril de 2007, com informações sobre serviços extraordinários prestados pelos servidores Pablo Raphael dos Santos Igreja, Álvaro Antonio Fernandez Marques, Maria Aneiran Carvalho Oliveira, Sandra Maria Conceição dos Santos e Alessandra Maria Rosa da Silva, durante o Plantão Judiciário realizado no mês de março do corrente ano na Comarca de Rorainópolis, determinado pela Portaria nº 03/07, da lavra do MM Juiz de Direito Breno Coutinho.

Os autos foram devidamente instruídos com as folhas individuais de frequência, bem como com a cópia da mencionada portaria.

O Departamento de Recursos Humanos efetuou os cálculos das horas extraordinárias laboradas (fl. 24), chegando às seguintes quantidades de horas extras: - Álvaro Antonio Fernandez – 20; Alessandra Maria Rosa da Silva – 40; Maria Aneiran Carvalho de Oliveira – 20; Pablo Raphael dos Santos Igreja – 20 e Sandra Maria Conceição dos Santos – 42.

A ilustrada Analista do Departamento de Recursos Humanos sugeriu o deferimento do pedido, para pagamento dos plantões judiciais.

O Chefe da Divisão de Planejamento e Finanças informou existir disponibilidade orçamentária para responder pelo objeto do presente procedimento (fl. 22).

Vieram os autos para deliberação.

É o relatório, passo a decidir.

Há comprovação nos autos da designação dos requerentes para prestação do informado serviço extraordinário (Portaria nº 03/07), bem como demonstração da efetivação do trabalho.

No entanto faz-se necessário tecer comentários em relação as HE laboradas pelos servidores Álvaro Antonio Fernandez Marques e Sandra Maria Conceição dos Santos, onde foram indevidamente incluídas horas a mais; relativamente ao primeiro foram contatos os dias 17 foram indevidamente incluídas horas a mais; relativamente ao primeiro foram contatos os dias 17 e 18, quando a Portaria 03/07 previa os dias 03 e 04 de março, e a segunda os dias 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, e 09, quando as datas determinadas pela Portaria supra citada eram 17, 18 e 31, tendo apenas sido laborado este último dia.

Conquanto vislumbre preenchidos os requisitos necessários à consecução do pagamento da indenização Poe plano extra aos demais requerentes, deve-se observar, para o seu deferimento, o que restou definido quanto ao abatimento das horas referentes ao intervalo para o almoço.

Posto isto, defiro parcialmente o pedido, autorizando o pagamento da indenização por plantão extra, excluído-se dos cálculos as duas horas disponibilizadas para o almoço, como restou definido na decisão proferida nos autos do procedimento administrativo nº 773/07, e as horas extras indevidas dos servidores Álvaro Antonio Fernandez Marques e Sandra Maria

Conceição dos Santos por não haver determinação prévia para seu cumprimento.

Publique-se.

Remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para pagamento da vantagem requerida, após adequação dos cálculos ao que restou definido neste *decisum*, haja vista a informada disponibilidade orçamentária.

Boa Vista, 03 de agosto de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

**Procedimento Administrativo nº 2.937/06.**

Origem: Francisco Jamiel Almeida Lira

Assunto: Pagamento de Horas Extras e das Gratificações de Atividade Judiciária e de Produtividade.

#### DECISÃO

Trata-se de procedimento administrativo, datado de 25 de setembro de 2006, em que o servidor Francisco Jamiel Almeida Lira requer o pagamento de serviços extraordinários no período de 10.05.02 a 14.01.03, bem como das Gratificações de Atividade Judiciária e de Produtividade.

A Seção de Registros Funcionais juntou cópias das folhas individuais de frequência do servidor referente aos períodos de janeiro de 2002 a dezembro de 2003.

A fl. 08 foi juntada cópia da Portaria Presidencial nº 062 de 06 de fevereiro de 2002, concedendo ao requerente a gratificação de produtividade no percentual de 30, a partir de 01 de fevereiro de 2002.

Vieram os autos para deliberação.

É o quanto basta relatar, passo a decidir.

Não houve autorização para o requerente prestar serviço extraordinário, sequer pedido formulado e submetido, em tempo hábil, ao crivo da autoridade competente para análise e o deferimento do pleito, como determina o artigo 6º da Portaria nº 349/01, além de ter sido executado dentro do limite diário de oito horas de jornada de trabalho previsto no artigo 19 da Lei Complementar nº 053/01. Verbis:

PORTARIA Nº 349/01:

“Art. 6º- O pedido de prestação de serviço extraordinário deverá sempre conter a justificativa de sua necessidade e a relação nominal dos servidores que o executarão e “deverá ser encaminhado em tempo hábil a autoridade competente para sua autorização, além da data, horário e da natureza dos serviços a serem desenvolvidos.”

LEI COMPLEMENTAR Nº 053/01:

“Art. 19 - O servidor cumprirá jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes ao respectivo cargo, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias respectivamente.”

Quanto ao pedido de pagamento das gratificações de produtividade e de atividade judiciária, há total perda do objeto, em virtude de a primeira vantagem ter-lhe sido concedida desde 01 de fevereiro de 2002 e a segunda durante todo tempo em que permaneceu na Comarca de São Luiz do Anauá.

Pelo exposto, indefiro o pedido de pagamento ao requerente das horas extras pleiteadas.

Publique-se.

À Diretoria-Geral para tomar ciência da decisão; em pós ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 30 de julho de 2007.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA, BOA VISTA, 06 DE AGOSTO DE 2007.**

**JULIANA MINOTTO**  
Chefe de Gabinete



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS DA SEGUNDA INSTÂNCIA**

Expediente de 03/08/2007

**TURMA CÍVEL**

Juiz(iza): Almiro Padilha

**APELAÇÃO CÍVEL**

00001 - 01007008073-3

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Amatur Amazônia Turismo Ltda e outros =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Carlos Antônio Sobreira Lopes.

Juiz(iza): Carlos Henriques

**APELAÇÃO CÍVEL**

00002 - 01007008074-1

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Agromac Ltda e outros =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Carlos Antônio Sobreira Lopes.

Juiz(iza): José Pedro

**APELAÇÃO CÍVEL**

00003 - 01007008075-8

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Ismael Lourival Silva Filho =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Carlos Antônio Sobreira Lopes, Alexander Ladislau Menezes.

00004 - 01007008076-6

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Walker de Oliveira Thomé =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Carlos Antônio Sobreira Lopes, Alexander Ladislau Menezes.

**CONFLITO NEG. COMPET\caNCIA**

00005 - 01007008072-5

Suscitante: Juízo de Direito da 2A Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Suscitado: Juízo de Direito da 4A Vara Cível da Comarca de Boa Vista =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Não consta registro de advogado.

Juiz(iza): Robério Nunes dos Anjos

**AGRAVO DE INSTRUMENTO**

00006 - 01007008071-7

Agravante: Ottomar de Sousa Pinto, Agravado: Otoniel Ferreira de Souza =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Pedro de A. D. Cavalcante, Celso Dias Menezes.

**COMARCA DE BOA VISTA**  
**JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/08/2007

000209AM =&gt;00110

000336AM-A =&gt;00343, 00344, 00345

000446AM-A =&gt;00327, 00328

003351AM =&gt;00338

003664AM =&gt;00336

008674DF =&gt;00110

014982DF =&gt;00078

015978DF =&gt;00176

007818MS =&gt;00331

008535MS-A =&gt;00331

002680MT =&gt;00350

007527MT-B =&gt;00110

010790MT =&gt;00266

002173PA =&gt;00352

006648PA =&gt;00252, 00253

012398PB =&gt;00283

000524PE-A =&gt;00252, 00253

018198PE =&gt;00111

000910RO =&gt;00327

001731RO =&gt;00323

002484RO =&gt;00350

002597RO =&gt;00282

000005RR-A =&gt;00330

000005RR-B =&gt;00329

000008RR =&gt;00107

000010RR-A =&gt;00255

000021RR =&gt;00110, 00330

000042RR-B =&gt;00094, 00107, 00207

000048RR-B =&gt;00354

000052RR =&gt;00147, 00148, 00149, 00155, 00156, 00157, 00158, 00159, 00160, 00161, 00164, 00167, 00168

000055RR =&gt;00132, 00133

000058RR-B =&gt;00088

000060RR =&gt;00019, 00182, 00341

000066RR-A =&gt;00110

000068RR-E =&gt;00272

000070RR-B =&gt;00210

000072RR-B =&gt;00013, 00273

000074RR-B =&gt;00014, 00132, 00133, 00171, 00172, 00178,

00194, 00248, 00249, 00258, 00262, 00263, 00279, 00287

000077RR-A =&gt;00268, 00341

000077RR-E =&gt;00257

000078RR =&gt;00110

000082RR =&gt;00347

000083RR-E =&gt;00091, 00259, 00283, 00284

000084RR-A =&gt;00151, 00162, 00166, 00169, 00170, 00272

000087RR-B =&gt;00242, 00243, 00333, 00357

000087RR-E =&gt;00090, 00093, 00173, 00183, 00297, 00341, 00353

000092RR-B =&gt;00066, 00210

000093RR-E =&gt;00363

000094RR-E =&gt;00181

000096RR-E =&gt;00352

000098RR-A =&gt;00331

000100RR-B =&gt;00254

000101RR-B =&gt;00210, 00339

000104RR-E =&gt;00173

000105RR-B =&gt;00081, 00108, 00291

000108RR =&gt;00362

000111RR-B =&gt;00133

000112RR-B =&gt;00363

000112RR =&gt;00332

000114RR-A =&gt;00090, 00183, 00256, 00341, 00353, 00410

000114RR-B =&gt;00325, 00326

000117RR-B =&gt;00078, 00261, 00334

000118RR-A =&gt;00325, 00326

000118RR =&gt;00391

000120RR-B =&gt;00131, 00245, 00246, 00276

000121RR-E =&gt;00270

000124RR-B =&gt;00110, 00330, 00365

000125RR-E =&gt;00270

000127RR =&gt;00324

000128RR-B =&gt;00357

000130RR-B =&gt;00196, 00197, 00198, 00294, 00295, 00296

000130RR =&gt;00284

000131RR =&gt;00324

000136RR =&gt;00347

000144RR-A =&gt;00110, 00330

000144RR-B =&gt;00348

000146RR-B =&gt;00052, 00059, 00071, 00075, 00086

000147RR-B =&gt;00060

000149RR-A =&gt;00301, 00311, 00312, 00322

000149RR =&gt;00288, 00289, 00290

000154RR-A =&gt;00400

000155RR-B =&gt;00040, 00061, 00366, 00410

000158RR-A =&gt;00095, 00096, 00097, 00098, 00099, 00100,

00101, 00102, 00103, 00104, 00105, 00106, 00112, 00113, 00114,

00115, 00116, 00117, 00118, 00119, 00120, 00121, 00122, 00123,

00124, 00125, 00126, 00127, 00128, 00129, 00130, 00184, 00185,

00189, 00190, 00191, 00192, 00193, 00200, 00201, 00202, 00204,

00205, 00212, 00213, 00215, 00216, 00217, 00218, 00219, 00220,

00221, 00222, 00223, 00224, 00225, 00226, 00227, 00228, 00229,

00230, 00231, 00232, 00233, 00234, 00235, 00237, 00238, 00239,

00240, 00275, 00278, 00280, 00281, 00285, 00286, 00299, 00310

000160RR-B =&gt;00050, 00072, 00084

000163RR-A =&gt;00325, 00326

000167RR-A =&gt;00325, 00326

000171RR-B =&gt;00082, 00109, 00260

000175RR-B =&gt;00349

000177RR-A =&gt;00110

000177RR =&gt;00384

000178RR-B =>00049, 00051, 00058, 00063, 00073, 00083, 00085  
 000178RR =>00203, 00337, 00341, 00356  
 000180RR-A =>00074  
 000184RR =>00110  
 000187RR-B =>00016  
 000187RR =>00340  
 000189RR =>00080, 00244, 00306  
 000197RR-A =>00364, 00367  
 000199RR-B =>00069  
 000201RR-A =>00264  
 000203RR-A =>00110  
 000203RR =>00153, 00321, 00337, 00341  
 000205RR-B =>00176, 00179, 00209, 00247, 00248, 00272, 00283  
 000206RR =>00078, 00324  
 000208RR-B =>00318  
 000209RR =>00015, 00267, 00327, 00328  
 000210RR =>00186, 00187, 00188, 00211, 00270, 00274, 00277  
 000212RR =>00269, 00409  
 000213RR-B =>00244, 00258, 00273  
 000214RR-B =>00111, 00250, 00257  
 000215RR-B =>00134, 00135, 00136, 00138, 00139, 00140, 00141, 00142, 00144, 00145, 00146, 00150, 00152, 00153, 00154, 00200  
 000216RR-B =>00259  
 000218RR-B =>00365  
 000220RR-B =>00255  
 000222RR =>00017, 00091  
 000223RR-A =>00070, 00078, 00090, 00092, 00261, 00334  
 000223RR =>00110  
 000224RR-B =>00171, 00205, 00213, 00258, 00263, 00275  
 000225RR =>00206, 00329  
 000226RR-B =>00143, 00163, 00188  
 000226RR =>00320, 00323, 00327, 00328, 00340, 00346, 00358  
 000227RR-B =>00110  
 000227RR =>00110  
 000229RR-B =>00251, 00336  
 000231RR =>00078, 00090, 00324, 00334  
 000232RR-A =>00335  
 000235RR =>00336  
 000236RR =>00034, 00272  
 000240RR =>00241, 00325, 00326, 00352  
 000248RR-B =>00358, 00371  
 000250RR-B =>00056, 00067, 00077  
 000252RR-B =>00067, 00077  
 000259RR-B =>00180  
 000260RR-A =>00210  
 000260RR-B =>00091, 00283, 00284  
 000263RR =>00339, 00342, 00346, 00353, 00358  
 000264RR-A =>00203, 00337  
 000264RR-B =>00165  
 000264RR =>00090, 00093, 00173, 00174, 00183, 00236, 00256, 00257, 00268, 00269, 00271, 00297, 00341, 00353  
 000266RR-B =>00188  
 000267RR-B =>00180  
 000269RR =>00090, 00183, 00256, 00323, 00327, 00328  
 000270RR-B =>00341  
 000273RR-B =>00216, 00262, 00281  
 000274RR-B =>00257  
 000279RR =>00079, 00087  
 000281RR =>00078, 00324  
 000285RR =>00110, 00214  
 000290RR-A =>00249  
 000290RR =>00338  
 000292RR-A =>00067, 00077  
 000292RR =>00081  
 000293RR-A =>00351, 00359  
 000297RR-A =>00363  
 000298RR =>00307, 00308, 00309  
 000300RR =>00208  
 000311RR =>00065, 00068, 00076  
 000315RR =>00181  
 000316RR =>00323, 00327, 00328  
 000321RR =>00384  
 000337RR =>00053, 00054, 00055, 00057, 00062, 00064  
 000356RR =>00352  
 000358RR =>00394  
 000368RR =>00091, 00195, 00259, 00283, 00284  
 000376RR =>00251  
 000379RR =>00093, 00094, 00095, 00096, 00097, 00098, 00099, 00100, 00101, 00102, 00103, 00104, 00105, 00106, 00107, 00108, 00111, 00112, 00113, 00114, 00115, 00116, 00117, 00118, 00119, 00120, 00121, 00122, 00123, 00124, 00125, 00126, 00127, 00128, 00129, 00130, 00131, 00171, 00172, 00173, 00178, 00183, 00184,

00185, 00186, 00187, 00189, 00190, 00191, 00192, 00193, 00195, 00196, 00197, 00198, 00200, 00202, 00203, 00204, 00206, 00207, 00210, 00211, 00212, 00214, 00215, 00216, 00217, 00218, 00219, 00220, 00221, 00222, 00223, 00224, 00225, 00226, 00227, 00228, 00229, 00230, 00231, 00232, 00233, 00234, 00235, 00236, 00237, 00238, 00239, 00240, 00241, 00242, 00243, 00245, 00246, 00249, 00260, 00262, 00264, 00265, 00273, 00274, 00276, 00277, 00278, 00280, 00281, 00282, 00285, 00286, 00287, 00288, 00289, 00290, 00291, 00292, 00293, 00294, 00295, 00296, 00297, 00298, 00299, 00300, 00301, 00302, 00303, 00304, 00305, 00306, 00307, 00308, 00309, 00310, 00311, 00312, 00313, 00314, 00315, 00316, 00317, 00319, 00320, 00347  
 000385RR =>00244, 00298, 00351, 00359  
 000388RR =>00261  
 000394RR =>00323, 00342, 00353, 00358  
 000410RR =>00209, 00248, 00259, 00272  
 000413RR =>00265, 00272, 00357  
 000424RR =>00217, 00219, 00222, 00224, 00226, 00228, 00231, 00257, 00274  
 000433RR =>00012  
 000444RR =>00175, 00352, 00355  
 000447RR =>00329  
 000469RR =>00089  
 130524SP =>00256  
 146458SP =>00352  
 155962SP =>00354  
 168219SP =>00352  
 172648SP =>00352  
 184284SP =>00325, 00326  
 196403SP =>00137, 00252, 00253, 00255  
 197527SP =>00338  
 203884SP =>00352  
 227637SP =>00352  
 238493SP =>00176  
 000220TO =>00092

## CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

### 1A VARACÍVEL

Juiz(iza): Elvo Pigari Júnior

### DIVÓRCIO LITIGIOSO

00049 - 001007166680-3

Requerente: M.G.S.

Requerido: E.M.S. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007.

Valor da Causa: R 380,00. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

### EXECUÇÃO

00050 - 001007166460-0

Exeqüente: D.L.S.C. e outros

Executado: J.S.C. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007.

Valor da Causa: R 991,09. Adv - Christianne Conzaes Leite.

Juiz(iza): Luiz Fernando Castanheira Mallet

### ALIMENTOS - PEDIDO

00051 - 001007166673-8

Requerente: F.R.R.L.

Requerido: C.B.L. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Valor

da Causa: R 3.648,00. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00052 - 001007166797-5

Requerente: J.M.S.O. e outros

Requerido: M.V.O. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007.

Valor da Causa: R 8.280,00. Adv - Carlos Fabrício Ortmeier Ratacheski.

### EXECUÇÃO

00053 - 001007166386-7

Exeqüente: S.F.C.R. e outros

Executado: W.R.R. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Valor da Causa: R 4.927,69. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00054 - 001007166500-3

Exeqüente: A.T.S.

Executado: C.R.R.S. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Valor da Causa: R 552,95. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00055 - 001007166506-0

Exequente: D.E.S.C.

Executado: I.V.C. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Valor da Causa: R 249,41. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

#### REVISIONAL DE ALIMENTOS

00056 - 001007166247-1

Requerente: G.H.M.C.B.

Requerido: W.J.M.B. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Valor da Causa: R 27.360,00. Adv - Marcelo Amaral da Silva.

#### 2A VARACÍVEL

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

#### MANDADO DE SEGURANÇA

00019 - 001007166802-3

Impetrante: Iveth e da Silva Me

Autor: Coatora: Pregoeira do Município de Boa Vista =>

Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Valor da Causa: R 200,00. Adv - José Luiz Antônio de Camargo.

#### 3A VARACÍVEL

Juiz(iza): Jefferson Fernandes da Silva

#### INDENIZAÇÃO

00017 - 001007166783-5

Autor: Maria Gescimar Diniz

Réu: Glaucinete Florêncio da Cunha => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Valor da Causa: R 241.528,70. Adv - Oleno Inácio de Matos.

#### PRECATÓRIA CÍVEL

00018 - 001007166132-5

Requerente: Jacqueline Antero Ferrari

Requerido: Marta Margareth Braid Melo => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### 4A VARACÍVEL

Juiz(iza): Cristovão José Suter Correia da Silva

#### ORDINÁRIA

00012 - 001007166809-8

Requerente: Marcelo Nascimento de Meireles

Requerido: Guilherme Macedo Level Salomão => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Marcela Medeiros Queiroz Franco.

Juiz(iza): Dêlcio Dias Feu

#### INDENIZAÇÃO

00013 - 001007166803-1

Autor: Josimar Santos Batista

Réu: Norte Brasil Telecom S/A => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Valor da Causa: R 3.000,00. Adv - Josimar Santos Batista.

#### 5A VARACÍVEL

Juiz(iza): Mozarildo Monteiro Cavalcanti

#### EXECUÇÃO

00014 - 001007166683-7

Exequente: Esmeraldo Coelho Sampaio

Executado: A.a. Construções e Serviços Ltda => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Valor da Causa: R 17.931,29. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante.

#### 6A VARACÍVEL

Juiz(iza): Alcir Gursen de Miranda

#### ORDINÁRIA

00015 - 001007166586-2

Requerente: Ramos & Santos Ltda-me

Requerido: Enitel Editora Ltda-me => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Valor da Causa: R 500,00. Adv - Samuel Weber Braz.

Juiz(iza): Angelo Augusto Graça Mendes

#### EMBARGOS DEVEDOR

00016 - 001007166525-0

Embargante: Unimed de Boa Vista Cooperativa de Trabalho Medico

Embargado: O Ministerio Publico do Estado de Roraima =>

Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Valor da Causa: R 192.000,00. Adv - Gutemberg Dantas Licarião.

#### 7A VARACÍVEL

Juiz(iza): Arnon José Coelho Junior

#### EXECUÇÃO

00057 - 001007166407-1

Exequente: D.A.C. e outros

Executado: D.A.S. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Valor da Causa: R 857,14. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

#### EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00058 - 001007166456-8

Autor: R.W.M.R.

Réu: R.W.A.R. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

Juiz(iza): Paulo César Dias Menezes

#### ALIMENTOS - PEDIDO

00059 - 001007166793-4

Requerente: J.M.S.O. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007.

Valor da Causa: R 8.280,00. Adv - Carlos Fabrício Ortmeier Ratacheski.

#### CAUTELAR INOMINADA

00060 - 001007166617-5

Requerente: R.S.L. e outros => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Carina Nóbrega Fey Souza.

#### EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00061 - 001007166530-0

Autor: A.S.

Réu: J.N.S. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Valor da Causa: R 4.200,00. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

#### REVISIONAL DE ALIMENTOS

00062 - 001007166400-6

Requerente: E.C.A.

Requerido: E.C.A.F. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Valor da Causa: R 960,00. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

#### 1A VARACRIMINAL

Juiz(iza): Marcelo Mazur

#### CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00042 - 001007166891-6

Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00043 - 001007166901-3

Indiciado: J.P.O. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### 2A VARACRIMINAL

Juiz(iza): Jarbas Lacerda de Miranda

#### CRIME C/ COSTUMES

00037 - 001007166864-3

Indiciado: F.S.T. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DE TÓXICOS

00038 - 001007166874-2

Indiciado: H.F.S. e outros => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00039 - 001007166881-7

Indiciado: A.S.X. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIMES C/ CRIA/ADOL/IDOSO

00040 - 001007165831-3

Réu: Gilson Ferreira Moraes => Transferência Realizada em 03/08/2007. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

00041 - 001007166844-5

Indiciado: M.P.T. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Transferência Realizada em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### 3A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Euclides Calil Filho

#### PRECATÓRIA CRIME

00044 - 001007166445-1

Réu: Comger-cooperativa dos Garimpeiros => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00045 - 001007166448-5

Réu: Adevanir Félix da Silva => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### EXECUÇÃO PENAL

00046 - 001004079882-8

Sentenciado: João Carlos Silva de Oliveira => Inclusão Automática No Siscom em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00047 - 001005108542-0

Sentenciado: Alex dos Santos Silva => Inclusão Automática No Siscom em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00048 - 001006127372-7

Sentenciado: Edney Fagundes da Silva => Inclusão Automática No Siscom em 03/08/2007. Audiência Justificação: Dia 28/03/2007, às 13:00 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### 4A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

#### CRIME C/ PATRIMÔNIO

00020 - 001007166805-6

Indiciado: H.S.M. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001007166884-1

Indiciado: F.S.N. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DA LEG.COMPLEMENTAR

00022 - 001007166851-0

Indiciado: D.C. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00023 - 001007166824-7

Indiciado: O.C.S. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 001007166831-2

Réu: Joseildo Lima Pereira => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### LIBERDADE PROVISÓRIA

00025 - 001007166861-9

Requerente: Rogerio da Silva Rocha => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### PRISÃO EM FLAGRANTE

00026 - 001007166827-0

Autuado: Williams Aprigio da Silva e outros => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Audiência de Interrogatório: Dia 14/08/2007, às 09:20 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### PRISÃO PREVENTIVA

00027 - 001007166804-9

Autor: Mauricio Nentwig Silva - Delegado de Policia => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### 5A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Leonardo Pache de Faria Cupello

#### CRIME C/ PATRIMÔNIO

00028 - 001007166871-8

Indiciado: A.B.S. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00029 - 001007166814-8

Indiciado: T.P.G. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001007166834-6

Indiciado: A.I.S.S. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00031 - 001007166841-1

Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00032 - 001007166854-4

Indiciado: W.F.C.C. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Marcelo Mazur

#### CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00033 - 001007166821-3

Indiciado: A.J.L. => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### LIBERDADE PROVISÓRIA

00034 - 001007167146-4

Requerente: Geony Nunes Soares => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Josué dos Santos Filho.

00035 - 001007167148-0

Requerente: Gemilson Lima de Almeida => Distribuição por Dependência em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### PRISÃO EM FLAGRANTE

00036 - 001007166807-2

Autuado: Fabio Bezerra de Teixeira => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(iza): Graciete Sotto Mayor Ribeiro

#### RELATÓRIO ATO INFRACIONAL

00001 - 001007153930-7

Indiciado: J.F.M. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 001007153935-6

Indiciado: S.R.P.A.S. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 001007153936-4

Indiciado: R.R.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001007154009-9

Indiciado: D.L.S. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 001007154015-6

Educando: W.C.V. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 001007154016-4

Indiciado: F.J.P.P. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 001007154017-2

Educando: A.C.C. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 001007154026-3

Indiciado: A.F.A. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 001007154028-9

Indiciado: E.F.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 001007154029-7

Indiciado: I.S.N. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 001007162192-3

Indiciado: J.C.S. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

### 1A VARACÍVEL

**Expediente de 03/08/2007**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Luiz Fernando Castanheira Mallet**  
**PROMOTOR(A):**  
**Valdir Aparecido de Oliveira**  
**ESCRIVÃO(Ã):**  
**Liduína Ricarte Beserra Amâncio**

### GUARDA - MODIFICAÇÃO

00063 - 001007161076-9

Requerente: M.P.S.  
Requerido: D.L.T. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 10:10 horas. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

### GUARDA DE MENOR

00064 - 001006146760-0

Requerente: A.J.S.  
Requerido: M.E.R.P. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 10:50 horas. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00065 - 001006147877-1

Requerente: J.V.N.  
Requerido: E.J.S.S. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 10:40 horas. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

00066 - 001006149803-5

Requerente: F.C.S.

Requerido: M.P.S. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 10:30 horas. Adv - Marcos Antonio Jóffily

00067 - 001006150753-8

Requerente: F.F.S.  
Requerido: C.M.S.M. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 11:00 horas. Adv - Emanuel Maciel da Silva, Marcelo Amaral da Silva, Marcos Antônio Zanetini de Castro Rodrigues.

00068 - 001007165439-5

Requerente: C.R.B.  
Requerido: F.P.L. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 11:40 horas. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

00069 - 001007165479-1

Requerente: C.W.S. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 11:20 horas. Adv - Fernando O'grady Cabral Júnior.

### INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE

00070 - 001006129376-6

Requerente: L.G.C.  
Requerido: D.C.S. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 10:20 horas. Adv - Mamede Abrão Netto.

00071 - 001007164366-1

Requerente: R.V.M.C.  
Requerido: D.A.M. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 10:00 horas. Adv - Carlos Fabrício Ortmeier Ratacheski.

00072 - 001007166150-7

Requerente: P.H.S.P.  
Requerido: J.S.N. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 12:40 horas. Adv - Christianne Conzaes Leite.

### INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00073 - 001006146917-6

Requerente: G.K.M.A.  
Requerido: P.J.S.F. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 11:50 horas. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00074 - 001007154727-6

Requerente: E.L.C.  
Requerido: R.F.D. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 11:10 horas. Adv - Euflávio Dionísio Lima.

00075 - 001007165339-7

Requerente: J.M.F.  
Requerido: F.F. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 11:30 horas. Adv - Carlos Fabrício Ortmeier Ratacheski.

00076 - 001007165760-4

Requerente: E.N.M.C.  
Requerido: E.C.C.S. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 12:20 horas. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

### REQUERIMENTO JUDICIAL

00077 - 001006149919-9

Requerente: V.S.A.  
Réu: P.R.O.F. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 12:00 horas. Adv - Emanuel Maciel da Silva, Marcelo Amaral da Silva, Marcos Antônio Zanetini de Castro Rodrigues.

### REVISIONAL DE ALIMENTOS

00078 - 001004085256-7

Requerente: V.R.S.  
Requerido: W.F.R. => Aguarda Preparo do Cartório: .. R.H.01 - Em razão da certidão de fls. 82, designo o dia —30/10/2007 às 10:30h. Expeça-se precatória com urgência.R.H. 01 - Em razão da certidão de fls. 82, designo o dia 30/10/2007 às 10:30h. Expeça-se precatória com urgência. Boa vista, 3/08/2007. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito da 1A Vara Cível. Adv - Paulo Roberto de

Oliveira Junior, Angela Di Manso, Miriam Di Manso, Mamede Abrão Netto, Gerson da Costa Moreno Júnior, Daniel José Santos dos Anjos.

#### SEPARAÇÃO LITIGIOSA

00079 - 001006147975-3

Requerente: R.A.O.

Requerido: K.O.L. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 12:10 horas. Adv - Neusa Silva Oliveira.

00080 - 001007165730-7

Requerente: N.L.G.

Requerido: A.R.C. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 24/08/2007 às 12:30 horas. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira.

#### 2AVARACÍVEL

**Expediente de 03/08/2007**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Elaine Cristina Bianchi**  
**JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:**  
**Délcio Dias Feu**  
**Jésus Rodrigues do Nascimento**  
**PROMOTOR(A):**  
**Luiz Antonio Araújo de Souza**  
**ESCRIVÃO(Ã):**  
**Alexandre Martins Ferreira**

#### AÇÃO DE COBRANÇA

00093 - 001005118958-6

Autor: Hudson Luis Viana Bezerra

Réu: O Estado de Roraima => DESPACHO: "I. Recebo a presente Apelação em seus regulares efeitos

II. Intime-se o Apelado para, em querendo, oferecer contra-razões III. Com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens

IV. Int. Boa Vista - RR, 02/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Mivanildo da Silva Matos, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho.

00094 - 001006141862-9

Autor: Odilio Ferreira Cruz

Réu: O Estado de Roraima => DESPACHO: Intime-se para apresentação de contra-razões do agravo retido. BV-RR, 31.07.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito.

Adv - José Jerônimo Figueiredo da Silva, Mivanildo da Silva Matos.

00095 - 001006147059-6

Autor: Fauzia Paiola Canhete

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente ação, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 03/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00096 - 001006147089-3

Autor: Raimunda Almeida Vieira

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para

recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 03/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00097 - 001006147480-4

Autor: Maria Valdeires de Matos Paiva

Réu: O Estado de Roraima => DESPACHO: "I. A teor da certidão de fl. 119, recebo a Apelação, interposta pelo Autor, em seus regulares efeitos

II. Intime-se o Apelado para, em querendo, oferecer contra-razões III. Com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens

IV. Int. Boa Vista - RR, 02/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00098 - 001006147525-6

Autor: Marieth Colares Rebelo

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda as progressões funcionais da autora (horizontal e vertical), condenando ainda ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de dezembro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para reexame da matéria. P.R.I. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00099 - 001006147989-4

Autor: Ivaneide Silva de Sousa

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda as progressões funcionais da autora (horizontal e vertical), condenando ainda ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de dezembro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para reexame da matéria. P.R.I. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00100 - 001006148015-7

Autor: Onesimo de Lima Silva

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00101 - 001006148275-7

Autor: Francilene da Silva Soares

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para

recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00102 - 001006150449-3

Autor: Lenara do Carmo Rodrigues Braz

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00103 - 001006150770-2

Autor: Marinelde Pereira Sobrinha Alves

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda as progressões funcionais da autora (horizontal e vertical), condenando ainda ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de dezembro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para reexame da matéria. P.R.I. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00104 - 001006151005-2

Autor: Nilde de Araujo Alves Lima

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente ação, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00105 - 001006151010-2

Autor: Laudice Vieira de Lucena

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente ação, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00106 - 001007154429-9

Autor: Monica Tavares Rodrigues

Réu: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/

02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 03/08/2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00107 - 001007156919-7

Autor: João Mendes Duarte

Réu: O Estado de Roraima => Despacho: “01. Anuncio o julgamento antecipado da Lide. 02. Façam-se os autos conclusos para sentença. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - José Jerônimo Figueiredo da Silva, Maria Dizanete de S Matias, Mivanildo da Silva Matos.

00108 - 001007158458-4

Autor: Sidney Fernandes de Araujo e outros

Réu: O Estado de Roraima => Despacho: “I. Intime-se o(a) Requerente para, em querendo, manifestar-se acerca da contestação II. Int. Boa Vista-RR, 02/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Johnson Araújo Pereira, Mivanildo da Silva Matos.

00109 - 001007166454-3

Autor: Leonilda Viana

Réu: Prefeitura de Boa Vista => Despacho: “01. À parte autora para emendar a inicial, tendo em vista ser a parte requerente o Município de Boa Vista. 02. Após a emenda ao cartório distribuidor para retificação da autuação. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Denise Abreu Cavalcanti.

#### AÇÃO POPULAR

00110 - 001001019578-1

Autor: O Ministerio Publico do Estado de Roraima

Réu: O Município de Boa Vista e outros => DESPACHO: 01. façam-se os autos conclusos para sentença. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves-Juiz de Direito. Adv - Maryvaldo Bassal de Freire, Jaeder Natal Ribeiro, Eduardo Bezerra Vieira, Josefa de Lacerda Mangueira, Arquimedes Eloy de Lima, Pedro Xavier Coelho Sobrinho, Antônio Agamenon de Almeida, Antônio Cláudio de Almeida, Jaime Brasil Filho, José Lurene Nunes Avelino Junior, Jorge da Silva Fraxe, Raimundo Correia de Oliveira, Elias Mendes dos Santos, Marcio Ricardo G. Rodrigues, Emerson Luis Delgado Gomes.

#### ANULATÓRIA

00111 - 001005119810-8

Autor: Raimundo Nonato Maciel dos Santos

Réu: O Estado de Roraima => Despacho: “I. Oficie-se a 2A Vara Criminal solicitando a cópia dos autos 05 103980-7 II. Aguarde-se a realização da audiência III. Int. Boa Vista-RR, 01/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Mivanildo da Silva Matos, Andre Elysio Campos Barbosa, Antônio Pereira da Costa.

#### COMINATÓRIA OBRIG. FAZER

00112 - 001006138544-8

Requerente: Margarete Bartniak Tischer

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente ação, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00113 - 001006141505-4

Requerente: Peuris Frank Rodrigues Lau  
 Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente ação, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00114 - 001006147064-6

Requerente: Maria Isabel Viegas Ferreira Pinheiro  
 Requerido: O Estado de Roraima => DESPACHO: "I. Recebo as presentes Apelações em seus regulares efeitos  
 II. Intimem-se os Apelados para, em querendo, oferecer contra-razões  
 III. Com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens  
 IV. Int. Boa Vista - RR, 02/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00115 - 001006148214-6

Requerente: Sebastiao Flausino Rodrigues  
 Requerido: O Estado de Roraima => DESPACHO: "I. A teor da certidão de fl. 105, recebo a Apelação, interposta pelo Autor, em seus regulares efeitos  
 II. Intime-se o Apelado para, em querendo, oferecer contra-razões  
 III. Com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens  
 IV. Int. Boa Vista - RR, 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00116 - 001006150784-3

Requerente: Celi Alves de Souza  
 Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 02/08/2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00117 - 001007152906-8

Requerente: Antonio Batista dos Santos  
 Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente ação, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00118 - 001007152918-3

Requerente: Paulina Emerita Dantas Fernandes de Alencar  
 Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima

ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 02/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00119 - 001007152930-8

Requerente: Nazario Silverio da Silva  
 Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente ação, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00120 - 001007154562-7

Requerente: Francisca Cavalcante Monteiro  
 Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 03/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00121 - 001007154576-7

Requerente: Maria Lucia Silva de Oliveira  
 Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00122 - 001007154581-7

Requerente: Leone Pereira de Souza  
 Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor



de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 03/08/2007. César Henrique Alves *z* Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00123 - 001007154582-5

Requerente: Iracema Barros de Oliveira Nascimento  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 03/08/2007. César Henrique Alves *z* Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00124 - 001007154604-7

Requerente: Mirian da Silva de Almeida  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves *z* Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00125 - 001007154700-3

Requerente: Veronica Sales dos Anjos  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves *z* Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00126 - 001007154875-3

Requerente: Jovilson Almeida da Silva  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves *z* Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00127 - 001007154877-9

Requerente: Francisca Leni da Silva Araujo  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves *z* Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00128 - 001007154878-7

Requerente: Rosa Alexandre da Silva  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 03/08/2007. César Henrique Alves *z* Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00129 - 001007154999-1

Requerente: Ana Cristina Brandao Pedroso  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves *z* Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00130 - 001007159923-6

Requerente: Bruno Eloir Hirt  
Requerido: O Estado de Roraima => Despacho: "I. Intime-se o(a) Requerente para, em querendo, manifestar-se acerca da contestação II. Int. Boa Vista-RR, 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

DECLARATÓRIA

00131 - 001007159488-0

Autor: Francisco Edilson Alves de Souza e outros  
Réu: O Estado de Roraima => Despacho: "I. Intime-se o(a) Requerente para, em querendo, manifestar-se acerca da contestação II. Int. Boa Vista-RR, 01/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Orlando Guedes Rodrigues, Mivanildo da Silva Matos.

EXECUÇÃO

00132 - 001003071396-9

Exeqüente: Dennison Santi Trajano Correa  
Executado: O Estado de Roraima => Despacho: "01. Indefiro o pedido tendo em vista que o Precatório encontra-se em tramitação no Egrégio Tribunal de Justiça, impossibilitando a devida atualização. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Cleusa Lúcia de Souza Lima.

00133 - 001003071397-7

Exequente: José Carlos Barbosa Cavalcante

Executado: O Estado de Roraima => Despacho: “01. Indefero o pedido tendo em vista que o Precatório encontra-se em tramitação no Egrégio Tribunal de Justiça, impossibilitando a devida atualização. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Cleusa Lúcia de Souza Lima, Luciana Olbertz Alves.

## EXECUÇÃO FISCAL

00134 - 001001003057-4

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Francisco Dias Ferreira e outros => Despacho: “I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executado(a), e não tendo indicado bens à penhora, na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução

II. Comunique-se ao DETRAN-RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda, ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud

III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida

IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas

V. Nomeio como Curador Especial o representante da DPE que atua junto a esta Vara. Expeça-se termo de Compromisso. Vistas à DPE

VI. Int. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00135 - 001001003062-4

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: A Nasser Fraxe => Despacho: “I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executado(a), e não tendo indicado bens à penhora, na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução

II. Comunique-se ao DETRAN-RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda, ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud

III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida

IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas

V. Int. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00136 - 001001003374-3

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Francisco Martins da Silva => Despacho: “I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executado(a), e não tendo indicado bens à penhora, na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução

II. Comunique-se ao DETRAN-RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda, ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud

III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida

IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas

V. Nomeio como Curador do executado, o Defensor Público atuante nesta Vara. Expeça-se termo de compromisso e remeta-se à DPE para ciência e assinatura do mesmo. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00137 - 001001003810-6

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Jose Rodrigues Araújo =&gt; DESPACHO

I - Defiro a suspensão a contar do pedido

II - Após, diga o Exequente

III - int. BV-RR, 31.07.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00138 - 001001003860-1

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Elias Cordeiro de Souza => Despacho: “01. Proceda-se com a consulta no sistema BacenJud, nos termos requeridos às fls. 83. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00139 - 001001019265-5

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: D‘diamonds Importação e Exportação Ltda e outros => Despacho: “I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executado(a), e não tendo indicado bens à penhora, na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução

II. Comunique-se ao DETRAN-RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda, ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud

III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida

IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas

V. Vistas à DPE

VI. Int. Boa Vista, 30/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00140 - 001001019267-1

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Business Servicos Comercio e Representacao Ltda e

outros => Despacho: “01. Proceda-se com a consulta no sistema

BacenJud, nos termos requeridos às fls. 90. Boa Vista, 31/07/2007.

(a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00141 - 001001019416-4

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: D Diamonds Importação e Exportação Ltda =&gt;

Despacho: “I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executado(a), e não tendo indicado bens à penhora, na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução

II. Comunique-se ao DETRAN-RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda, ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud

III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida

IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas

V. Nomeio como Curador Especial o representante da DPE que atua junto a esta Vara. Expeça-se termo de Compromisso. Vistas à DPE

VI. Int. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00142 - 001001019427-1

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Ap Pereira Me =&gt; 01. Defiro o pedido de suspensão

pelo prazo requerido. 02. Após, manifeste-se o exequente. Boa

Vista, 03 de agosto de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de

Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00143 - 001004091807-9

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Distribuidora Ceva de Bebidas Ltda e outros =&gt; 01.

Defiro o pedido de suspensão pelo prazo requerido. 02. Após,

manifeste-se o exequente. Boa Vista, 03 de agosto de 2007. (a)

César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Vanessa Alves

Freitas.

00144 - 001004091820-2

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Maria Lucinda da Silva e outros =&gt; DESPACHO

I - Defiro a suspensão a contar do pedido

II - Após, diga o Exequente

III - int. BV-RR, 31.07.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito.

Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00145 - 001004091832-7

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Futura Alinhamento e Balanceamento Ltda e outros =&gt;

Despacho: “I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executado(a), e não tendo indicado bens à penhora, na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução

II. Comunique-se ao DETRAN-RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda, ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud  
III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida  
IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas  
V. Nomeio como Curador do executado, o Defensor Público atuante nesta Vara. Expeça-se termo de compromisso e remeta-se à DPE para ciência e assinatura do mesmo. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00146 - 001004093326-8

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Rp de Souza Cruz e Cia Ltda e outros => I. Defiro a suspensão a contar do pedido  
II. Após, diga o exeqüente  
III. Int. Boa Vista - RR. 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00147 - 001005101212-7

Exeqüente: O Município de Boa Vista  
Executado: Estilo Emp. Imobiliarios Ltda => 01. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo requerido. 02. Após, manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 03 de agosto de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00148 - 001005101228-3

Exeqüente: O Município de Boa Vista  
Executado: Hídene Lima Carvalho do Nascimento => 01. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo requerido  
02. Após, manifeste-se o exeqüente. Boa Vista/RR, 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00149 - 001005101410-7

Exeqüente: O Município de Boa Vista  
Executado: Manoel Omar Pinto Ribeiro => Despacho: “01. Defiro a suspensão pelo prazo requerido. 02. Após, manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00150 - 001005101586-4

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Jose Francisco Carpanini => I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executados(s), e não tendo indicado bens à penhora na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução  
II. Comunique-se ao DETRAN/RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud  
III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida  
IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas  
V. Nomeio como Curador Especial o representante da DPE que atua junto a esta Vara. Expeça-se termo de Compromisso. Vistas à DPE. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00151 - 001005102550-9

Exeqüente: O Município de Boa Vista  
Executado: Clodir de Matos Filgueiras => 01. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo requerido. 02. Após, manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 03 de agosto de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00152 - 001005103751-2

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Reinaldo França de Moraes e outros => Despacho: “I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executado(a), e não tendo indicado bens à penhora, na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução  
II. Comunique-se ao DETRAN-RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda, ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud  
III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida  
IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas

V. Nomeio como Curador Especial o representante da DPE que atua junto a esta Vara. Expeça-se termo de Compromisso. Vistas à DPE VI. Int. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00153 - 001005104846-9

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Importadora e Exportadora Trevo Ltda e outros => DESPACHO  
01- defiro o pedido de fls. 93  
02- Expeça-se, nos termos requeridos. BV-RR, 31.07.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito.  
Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra, Francisco Alves Noronha.

00154 - 001005109593-2

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Jefferson da Silva Viana => Despacho: “I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executado(a), e não tendo indicado bens à penhora, na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução  
II. Comunique-se ao DETRAN-RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda, ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud  
III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida  
IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas  
V. Int. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00155 - 001005116029-8

Exeqüente: O Município de Boa Vista  
Executado: José Alberto Rodrigues de Assis => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Isto posto, e tudo o que no mais consta dos autos, julgo extinta a presente execução fiscal pela satisfação da dívida sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, em face do art. 26 da Lei 6.830/80. Em havendo bloqueio, desbloqueie-se as contas do requerido. Em subsistindo penhora, libere-se. Torno sem efeito o despacho de fl. 27 em face da quitação da dívida. Trânsitada em julgado a presente sentença, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 31 de julho de 2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00156 - 001005119155-8

Exeqüente: O Município de Boa Vista  
Executado: Maria Eliene Marques do Vale => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Isto posto, e tudo o que no mais consta dos autos, julgo extinta a presente execução fiscal pela satisfação da dívida sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, em face do art. 26 da Lei 6.830/80. Em havendo bloqueio, desbloqueie-se as contas do requerido. Em subsistindo penhora, libere-se. Torno sem efeito o despacho de fl. 27 em face da quitação da dívida. Trânsitada em julgado a presente sentença, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 03 de agosto de 2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00157 - 001005119774-6

Exeqüente: O Município de Boa Vista  
Executado: Leonido Kotinski => I. Defiro a suspensão a contar do pedido  
II. Defiro o desbloqueio; III. Após, diga o Exeqüente  
IV. Int. Boa Vista - RR, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00158 - 001005121953-2

Exeqüente: O Município de Boa Vista  
Executado: Francisco Monteiro da Silva => I. Defiro a suspensão a contar do pedido  
II. Após, diga o exeqüente  
III. Int. Boa Vista - RR. 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00159 - 001005122378-1

Exeqüente: O Município de Boa Vista  
Executado: Alto Brilho Comércio e Serviços Ltda => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Isto posto, com base no art. 26 da Lei 6.830/80, extingo a presente execução fiscal, sem ônus (custas e honorários) para ambas as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Em havendo bloqueio, desbloqueie-se as contas do requerido. P.R.I. Boa Vista, 03 de agosto de 2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00160 - 001006128682-8

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria de Nazare dos Santos =&gt; I. Defiro a suspensão a contar do pedido

II. Após, diga o exeqüente

III. Int. Boa Vista - RR. 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00161 - 001006129073-9

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Luiz Regis Barbosa de Melo => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Isto posto, com base no art. 26 da Lei 6.830/80, extingo a presente execução fiscal, sem ônus (custas e honorários) para ambas as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Em havendo bloqueio, desbloqueie-se as contas do requerido. P.R..I. Boa Vista, 03 de agosto de 2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00162 - 001006130757-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Ramiro Daniel de Oliveira =&gt; I. Defiro a suspensão a contar do pedido, pelo período de 12 meses

II. Após, diga o Exeqüente

III. Int. Boa Vista - RR. 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00163 - 001006144188-6

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: C A da Conceição Me e outros =&gt; I. Defiro a suspensão a contar do pedido

II. Após, diga o exeqüente

III. Int. Boa Vista - RR. 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Vanessa Alves Freitas.

00164 - 001007157997-2

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: C. Rodrigues Bezerra =&gt; I. Defiro a suspensão a contar do pedido

II. Após, diga o exeqüente

III. Int. Boa Vista - RR. 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00165 - 001007158306-5

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Madeireira Roraima Woods Ltda e outros => 01. Defiro o pedido de suspensão pelo prazo requerido. 02. Após, manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 03 de agosto de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Marcelo Tadano.

00166 - 001007160089-3

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Joaquim da Silva => DESPACHO: 01- defiro a suspensão pelo prazo requerido. 02 - Após, manifeste-se o exeqüente. BV-RR, 31.07.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00167 - 001007161759-0

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Raquel Fernandes da Cruz =&gt; I. Defiro a suspensão a contar do pedido

II. Após, diga o exeqüente

III. Int. Boa Vista - RR. 03/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00168 - 001007163834-9

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Otoniel Ribeiro Duarte => Despacho: "01. Cumpra-se o despacho de fl. 06. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00169 - 001007163858-8

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Olivânia Moraes Melo => I. Cite-se o(s) executado(s), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora e encargo indicados na Certidão de Dívida Ativa de fls. 04, ou garantir a execução efetuando depósito em dinheiro à ordem do

Juízo, oferecendo fiança bancária, ou nomeando/indicando bens à penhora, sob pena de lhe(s) ser(em) penhorado(s) ou arrestados bens bastantes à garantia da execução ( art 8º da Lei nº 6830/80). Transcorrido o referido prazo Penhore-se e/ou arreste-se tantos bens quanto baste, à garantia da execução e intime-se para embargos

II. Intime-se. Boa Vista-RR, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00170 - 001007163863-8

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Tanilo Antonio Cremonese => I. Cite-se o(s) executado(s), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora e encargo indicados na Certidão de Dívida Ativa de fls. 04, ou garantir a execução efetuando depósito em dinheiro à ordem do Juízo, oferecendo fiança bancária, ou nomeando/indicando bens à penhora, sob pena de lhe(s) ser(em) penhorado(s) ou arrestados bens bastantes à garantia da execução ( art 8º da Lei nº 6830/80). Transcorrido o referido prazo Penhore-se e/ou arreste-se tantos bens quanto baste, à garantia da execução e intime-se para embargos

II. Intime-se. Boa Vista-RR, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

## IMPUGNAÇÃO VALOR DA CAUSA

00171 - 001006127652-2

Impugnante: O Estado de Roraima

Impugnado: Cleodimar de Oliveira Souza => DESPACHO: I- Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos II - Int. BV-RR, 31.07.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito. Adv - Mário José Rodrigues de Moura, José Carlos Barbosa Cavalcante, Mivanildo da Silva Matos.

## INDENIZAÇÃO

00172 - 001003067854-3

Autor: Laura Souza Miranda

Réu: O Estado de Roraima => REPUBLICAÇÃO: Despacho: Fixo o ponto controvertido na efetiva ocorrência de ato ilícito A preliminar levantada de inépcia da inicial, sob a alegação de que da narração dos fatos não decorrem logicamente a conclusão, não merece guarida nesta oportunidade, tendo em vista que se respalda efetivamente na não comprovação das despesas do funeral e da dependência financeira da requerente com relação à vítima. Do que, deixo para analisá-la junto ao mérito. Defiro o depoimento pessoal da parte autora e oitiva das testemunhas tempestivamente arroladas. Digam as partes no prazo de 10 dias se reiteram a instrução já realizada. Após, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. BV, 16.08.2007. Dêlcio Dias Feu - Juiz. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Mivanildo da Silva Matos.

00173 - 001006138140-5

Autor: Francisco Flavio Nogueira da Silva

Réu: O Estado de Roraima => Despacho: "01. Digam as partes as provas que, efetivamente, pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Mivanildo da Silva Matos, Bruno da Silva Mota.

00174 - 001007166266-1

Autor: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

Réu: O Estado de Roraima => Despacho: "01. Cite-se. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro.

00175 - 001007166464-2

Autor: Bernardeth Salustiano Rodrigues

Réu: O Estado de Roraima => DESPACHO: "I. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita

II. Cite-se

III. Int. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Adriana Paola Mendivil Vega.

## MANDADO DE SEGURANÇA

00176 - 001006134638-2

Impetrante: Boa Vista Energia S/A

Autor. Coatora: Prefeita do Município de Boa Vista => DESPACHO: I - Recebo a presente Apelação em seus regulares efeitos II - Intime-se o Apelado para, em querendo, oferecer contra-razões

III - Com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens  
IV - Int. BV-RR, 01.08.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito.  
Adv - Erik Franklin Bezerra, Luciana Portinari de Menezes, Marco Antônio Salviato Fernandes Neves.

00177 - 001006151039-1

Impetrante: Maria da Consolação Duarte de Souza  
Autor. Coatora: Boa Vista Energia S/A => DESPACHO: 01- Ao Cartório, para certificar sobre a juntada das informações pela Autoridade Coatora, devidamente intimada nos termos do mandado acostado aos autos. BV-RR, 01.08.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito.  
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00178 - 001007155754-9

Impetrante: Coema Paisagismo Urbanização e Serviços Ltda  
Autor. Coatora: Edina Cristina Silva Gomes Dir do Dep da Receita Sefaz Rr e outros => Despacho: “01. Diante da Cota Ministerial acostada aos autos, façam-se os autos conclusos para sentença. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Mivanildo da Silva Matos.

00179 - 001007161363-1

Impetrante: O Ministerio Publico do Estado de Roraima  
Autor. Coatora: O Município de Boa Vista => Despacho: “01. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossas homenagens. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Marco Antônio Salviato Fernandes Neves.

00180 - 001007164272-1

Impetrante: Editora Boa Vista Ltda  
Autor. Coatora: Dir do Dep de Receita da Secr Fazenda do Estado de Roraima => Despacho: “01. Mantenho a decisão Agravada por seus próprios fundamentos. 02. Ao MP. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Ernesto Antunes da Cunha Neto, Carlos Antônio Sobreira Lopes.

00181 - 001007164497-4

Impetrante: M P Comércio e Serviços Ltda  
Autor. Coatora: Chefe da Divisão de Fiscalização da Sec da Faz do Est de Rr => DESPACHO: I - Devolva-se o prazo para manifestação do Estado de Roraima  
II - Int. BV-RR, 31.07.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito.  
Adv - Jean Pierre Michetti, Jonh Pablo Souto Silva.

00182 - 001007166802-3

Impetrante: Iveth e da Silva Me  
Autor. Coatora: Pregoeira do Município de Boa Vista => Final de decisão: “Diante do exposto, indefiro a liminar pretendida. Após, notifique-se a autoridade coatora para apresentação de informações, no prazo legal. Intime-se. Por fim, dê-se vista dos autos ao Nobre Representante do Ministério Público Estadual. Boa Vista/RR, 03 de agosto de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito”. Adv - José Luiz Antônio de Camargo.

#### ORDINÁRIA

00183 - 001006127675-3

Requerente: Elton Pacheco Rosa  
Requerido: O Estado de Roraima => Despacho: “01. Os embargos de declaração já foram apreciados. 02. Assim, certifique sobre a publicação e intimação das partes e o possível transcurso do prazo recursal. 03. Defiro ainda, a juntada da habilitação de fls. 98/99. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito”. Adv - Francisco das Chagas Batista, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Mivanildo da Silva Matos.

00184 - 001006141492-5

Requerente: Wiusilene Rufino de Souza  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido

no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00185 - 001006142924-6

Requerente: Luiz Fernando Lima  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente ação, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00186 - 001006144907-9

Requerente: Markes Pena Rodrigues  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 02/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Mauro Silva de Castro, Mivanildo da Silva Matos.

00187 - 001006144933-5

Requerente: Regiane Ferreira Costa Rodrigues  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 02/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Mauro Silva de Castro, Mivanildo da Silva Matos.

00188 - 001006146443-3

Requerente: Anede Antonia Rodrigues  
Requerido: O Estado de Roraima => Despacho: “01. Digam as partes as provas que, efetivamente, pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 31 de julho de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito” Adv - Mauro Silva de Castro, Vanessa Alves Freitas, Claudio Rocha Santos.

00189 - 001006147466-3

Requerente: Dulcimar Costa de Andrade  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido

no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00190 - 001006148216-1

Requerente: Janer da Silva Pinho

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...)

Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00191 - 001006148277-3

Requerente: Lucimar Barreto da Costa

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...)

Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 02/08/2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00192 - 001006150447-7

Requerente: Uilson David de Oliveira

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...)

Posto isso, julgo procedente em parte a presente AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 31/07/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00193 - 001006150462-6

Requerente: Maria Santos Costa

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: Vistos, etc. (...)

Posto isso, julgo procedente em parte a presente ação, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre a renumeração do autor, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário e GID, com juros

e correção monetária, valores estes, a serem calculados em liquidação de sentença e, assim, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido in albis o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 01/08/2007. César Henrique Alves, Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00194 - 001007158140-8

Requerente: Meta Mesquita Transportes Aéreos Ltda

Requerido: O Estado de Roraima => DESPACHO: Intime-se o(a) Requerente para, em querendo, manifestar-se acerca da contestação II - Int. BV-RR, 01.08.07. César Henrique Alves. Juiz de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante.

00195 - 001007158663-9

Requerente: Ana Raquel Duarte de Souza

Requerido: O Estado de Roraima => Despacho: "01. À parte autora para, querendo, manifestar-se sobre a contestação. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - José Gervásio da Cunha, Mivanildo da Silva Matos.

00196 - 001007159742-0

Requerente: Jose Alves de Barros Junior

Requerido: O Estado de Roraima => Despacho: "I. Intime-se o(a) Requerente para, em querendo, manifestar-se acerca da contestação II. Int. Boa Vista-RR, 02/08/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Anderson Cavalcante de Moraes, Mivanildo da Silva Matos.

00197 - 001007159825-3

Requerente: Pollyana Fontinelle Vilela de Jesus

Requerido: O Estado de Roraima => Despacho: "01. À parte autora para, querendo, manifestar-se sobre a contestação. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Anderson Cavalcante de Moraes, Mivanildo da Silva Matos.

00198 - 001007159829-5

Requerente: Francisco da Silva Pimentel

Requerido: O Estado de Roraima => Despacho: "01. À parte autora para, querendo, manifestar-se sobre a contestação. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Anderson Cavalcante de Moraes, Mivanildo da Silva Matos.

00199 - 001007166718-1

Requerente: Thomas Charles Williams

Requerido: O Estado de Roraima => Despacho: "01. Ao autor para adequar a petição inicial ao rito ordinário e às disposições do art. 282 do CPC. Boa Vista, 31/07/2007. (a) César Henrique Alves, Juiz de Direito" Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### 3AVARACÍVEL

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Jefferson Fernandes da Silva**

**PROMOTOR(A):**

**Janaina Carneiro Costa Menezes**

**Zedequias de Oliveira Junior**

**ESCRIVÃO(A):**

**Andréia Souza Marques**

**Josefa Cavalcante de Abreu**

### EMBARGOS DEVEDOR

00323 - 001005100412-4

Embargante: Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda

Embargado: Rosângela Gomes de Oliveira e outros => ATO ORDINATÓRIO: Intimação da parte exequente para o pagamento das custas, conforme planilha de cálculos e sentença. Adv - Fernando Borges de Moraes, Conceição Rodrigues Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Alexander Ladislau Menezes, Luciana Rosa da Silva.

### EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00324 - 001001004552-3

Exequente: José Ivan Rios Vasconcelos

Executado: Iloneide P. da Silva => ATO ORDINATÓRIO: Intimação da parte autora para o pagamento das custas, nos termos da sentença de fl. 268. Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito. Adv - Vicenzo Di Manso, Daniel José Santos dos Anjos, Miriam Di Manso, Angela Di Manso, Ronaldo Mauro Costa Paiva.

00325 - 001002027912-0

Exeqüente: Blune Alves da Silva e outros

Executado: Companhia Energética de Roraima S/A =>

DESPACHO: Intime-se os exequentes, pessoalmente, para receberem o saldo do valor em depósito judicial bem como darem andamento ao feito, manifestando-se sobre o saldo credor remanescente apurado pela contadoria, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito (art. 267, III, e § 3º, CPC). Publique-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 02/08/2007, Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito. Adv - André Paulo dos Santos Pereira, Maria de Fátima D. de Oliveira, Geraldo João da Silva, Antônio O.f.cid, Antônio Fernando A. Pinto, Giselda Salete Tonelli P. de Souza.

00326 - 001002027914-6

Exeqüente: Francisco das Chagas Brandão e outros

Executado: Companhia Energética de Roraima S/A =>

DESPACHO: Intime-se os exequentes, pessoalmente, para receberem o saldo do valor em depósito judicial bem como darem andamento ao feito, manifestando-se sobre o saldo credor remanescente apurado pela contadoria, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito (art. 267, III, e § 3º, CPC). Publique-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 02/08/2007, Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito. Adv - André Paulo dos Santos Pereira, Maria de Fátima D. de Oliveira, Geraldo João da Silva, Giselda Salete Tonelli P. de Souza, Antônio O.f.cid, Antônio Fernando A. Pinto.

00327 - 001002027919-5

Exeqüente: Rosângela Gomes de Oliveira

Executado: Eucatur Empresa União Cascavel Ltda => ATO

ORDINATÓRIO: Intimação da parte executada para o pagamento das custas, na forma da sentença proferida e planilha de cálculos. Adv - Samuel Weber Braz, Alexander Ladislau Menezes, Conceição Rodrigues Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Fernando Borges de Moraes, Geórgida Fabiana M. de Alencar Costa.

00328 - 001002038777-4

Exeqüente: Rosângela Gomes de Oliveira e outros

Executado: Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda => ATO ORDINATÓRIO: Intimação da parte executada para o pagamento das custas, na forma acordada. Adv - Samuel Weber Braz, Conceição Rodrigues Batista, Alexander Ladislau Menezes, Rodolpho César Maia de Moraes, Fernando Borges de Moraes.

## INDENIZAÇÃO

00329 - 001006141913-0

Autor: Renarli Dias Gois

Réu: Fernando Amorim de Mattos e outros => DECISÃO:

Compulsando os autos para decisão, verifico haver necessidade de inspeção judicial do local do acidente, para esclarecimento ao julgador de circunstâncias ventiladas nos autos pelas partes, relevantes ao julgamento da causa, tais como: localização do ponto de retorno na via principal Av. Ville Roy, em relação à intercessão desta com a via secundária Deusmita Mutram Paracat situação do terreno, de onde inicialmente se encontrava o autor, e respectivas vias de saída, lateral e frontal existência de aclave e ou declive na via principal capaz de dificultar a visibilidade dos envolvidos no acidente, e mais dados que se possam colher no local, razão porque, com fulcro nos arts. 130 e 440 a 443, do CPC, converto o julgamento em diligência para realização de inspeção no local do acidente, em dia a ser designado pelo Cartório, em data próxima, com saída do prédio deste fórum, às 09:00 horas, impreterivelmente. A diligência de inspeção será realizada com a assistência de servidor da Vara e de perito do Instituto de Criminalística - Secretaria de Segurança Pública-RR, que deverá lavrar auto circunstanciado da diligência, no prazo de 20 dias, nos termos dos arts. 440 a 443, e com a presença das partes, sob pena de confissão (art. 348, CPC), e dos respectivos patronos. Por tratar-se de diligência do juízo, e sendo o autor beneficiário da assistência judiciária, oficie-se ao tribunal de Justiça para o fornecimento de transporte. Designada data, oficie-se à Secretaria de Segurança Pública e ao Tribunal de Justiça. Intime-se as partes, pessoalmente, e respectivos patronos. Cumpra-se. BV, 30/07/07. Jefferson Fernandes da Silva. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível. ATO ORDINATÓRIO: Intimação das partes para tomarem ciência da

Inspeção Judicial do local do acidente, designada para o dia 27/08/07, com saída do Fórum Advogado Sobral Pinto às 09:00 horas impreterivelmente. Adv - Samuel Moraes da Silva, Alci da Rocha, Daniela da Silva Noal.

## POSSESSÓRIA

00330 - 001004084477-0

Autor: Elena Mieco Fukuda

Réu: Luiz Osmar Carlos => DESPACHO: A execução/cumprimento de sentença nos próprios autos tem sido reservada para os casos em que o exeqüente é o próprio autor da ação de conhecimento, somente promovendo-se nova autuação em caso de execução/cumprimento de sentença para cobrança de honorários de sucumbência, promovida pelo correspondente advogado. Eis que o sistema (SISCOM) não admite substituição no nome das partes do processo originário de conhecimento. Em qualquer caso, entretanto, continuam devidas as custas processuais, por tratar-se de outra ação (execução) cujo término exige sentença. Contudo há no presente caso situação a ser corrigida, ou quanto ao pólo ativo ou quanto ao objeto da execução. Eis que ao advogado não cabe executar em nome próprio o valor correspondentes às custas processuais a que condenado o réu, mas tão somente o valor correspondente aos honorários de sucumbência. Conserte-se, portanto, a inicial, conforme seja o caso. Após, sendo o caso de execução nos próprios autos, realizado o corre spondente preparo, intime-se a executada, por seu patrono, para que efetue o pagamento do valor cobrado, no prazo de 15 dias, sob consequência de multa no percentual de 10% sobre o valor cobrado e expedição de mandado de penhora e avaliação (art. 475-J, CPC), como pedido. Em se tratando de execução de honorários, apenas, autue o cartório em apenso a inicial de fls. 177/181, com a correspondente emenda que for oferecida, e, após o correspondente preparo, intime-se a executada, pessoalmente (por tratar-se de nova autuação), e por seu patrono, para que efetue o pagamento do valor cobrado, no prazo de 15 dias, sob consequência de multa no percentual de 10% sobre o valor cobrado e expedição de mandado de penhora e avaliação (art. 475-J, CPC), como pedido. Intime-se. Cumpra-se. BV, 31/07/07. Jefferson Fernandes da Silva. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível. Adv - Pedro Xavier Coelho Sobrinho, Antônio Agamenon de Almeida, Antônio Cláudio de Almeida, José Iguatemi de Souza Rosa.

## PRECATÓRIA CÍVEL

00331 - 001003058987-2

Requerente: Itá Jóias Ltda

Requerido: Maria do Perpetuo Socorro de Souza Peixoto =>

DESPACHO: À vista da ausência de manifestação do exeqüente, desconstitua a penhora de fls. 40, e determino o retorno dos bens removidos ao poder da executada (fls. 127), bem como a devolução da carta ao juízo deprecante, com nossas homenagens. Intime-se a executada e o Depositário Público, pessoalmente. Intime-se o exeqüente, por seu patrono, via DPJ. Cumpra-se. BV, 02/08/07. Jefferson Fernandes da Silva. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível. Adv - Fernando Cesar Gonçalves, Carlos Alberto Meira, Ademar Ocampos Filho.

## RETIFICAÇÃO REG. CIVIL

00332 - 001006130300-3

Requerente: A.M.R.S. => DESPACHO: Arquite-se. Intime-se. Boa Vista/RR, 30/07/2007. Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito. Adv - Maria Sandelane Moura da Silva.

00333 - 001006134969-1

Requerente: Érica da Silva Sousa e outros => ATO

ORDINATÓRIO: Intimação da parte autora para retirada das certidões devidamente retificadas. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite.

00334 - 001006147557-9

Requerente: Marcos Flávio Pereira de Souza Medeiros =>

DESPACHO: Extraia-se CDA. BV, 30/07/07. Jefferson Fernandes da Silva. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível. Adv - Mamede Abrão Netto, Angela Di Manso, Gerson da Costa Moreno Júnior.

00335 - 001007156917-1

Requerente: Maria das Dores Alves Teixeira => DESPACHO:

Arquite-se. Intime-se. Boa Vista, 30/07/07. Jefferson Fernandes da Silva. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível. Adv - Esmeralda Mariada Silva Nascimento.



**4AVARACÍVEL****Expediente de 03/08/2007**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Cristovão José Suter Correia da Silva**  
**JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:**  
**Délcio Dias Feu**  
**PROMOTOR(A):**  
**Zedequias de Oliveira Junior**

**EMBARGOS DEVEDOR**

00336 - 001006136703-2

Embargante: Sind do Com Varejista de Peças e Ass para Veículos - Rr  
 Embargado: Diocese de Roraima => ATO ORDINATÓRIO: Ao requerido (Port. 02/99) Adv - João Fernandes de Carvalho, Ana Marcell Martins Nogueira de Souza, Vanir César Martins Nogueira.

**EXECUÇÃO**

00337 - 001001004774-3

Exeqüente: Aferr Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A  
 Executado: Alimbrás Alimentos do Brasil Ltda => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor (Port. 02/99). Adv - Francisco Alves Noronha, Bernardino Dias de S. C. Neto, Jorge Luiz de Oliveira Fonseca Barroso.

00338 - 001001005020-0

Exeqüente: Banco Itaú S/A  
 Executado: Maria de Lurdes Mayer e outros => REDESIGNAÇÃO DE PRAÇAS: Intimação das partes para comparecerem às praças designadas para: 1A PRAÇA- 11/09/07 e 2A PRAÇA- 26/09/07, ambas às 09:00 hs. Adv - Israel Ramos de Oliveira, Edmarie de Jesus Cavalcante, Vilma Oliveira dos Santos.

00339 - 001001005072-1

Exeqüente: Banco Real S/A  
 Executado: Dalva Freitas Wanderley => DESIGNAÇÃO DE LEILÃO: Intimação das partes para comparecerem aos leilões designados para: 1º LEILÃO- 11/09/07 e 2º LEILÃO- 26/09/07, ambos às 09:15 hs. Adv - Svirino Pauli, Rárisson Tataira da Silva.

**EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS**

00340 - 001004079363-9

Exequente: José Milton Freitas  
 Executado: Telemar Norte Leste S/A => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor (Port. 02/99). Adv - José Milton Freitas, Alexander Ladislau Menezes .

**5AVARACÍVEL****Expediente de 03/08/2007**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Mozarildo Monteiro Cavalcanti**  
**PROMOTOR(A):**  
**Jeanne Christhine Fonseca Sampaio**  
**Zedequias de Oliveira Junior**  
**ESCRIVÃO(A):**  
**Tyenne Messias de Aquino**  
**Wander do Nascimento Menezes**

**ANULATÓRIA**

00341 - 001006142849-5

Autor: Paulo Cabral de Araujo Franco  
 Réu: Tabelionato Deusdete Coelho e outros => Despacho: 1. Recebo a apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo. 2. Dê-se vista à parte apelada para responder em 15 dias. 3. Findo o prazo com ou sem resposta, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, ressalvada a hipótese do art. 518, § único do Código de Processo Civil. Boa Vista, 02/08/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Roberto Guedes Amorim, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Henrique Edurado Ferreira Figueredo, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Bernardino Dias de S. C. Neto, Francisco Alves Noronha, José Luiz Antônio de Camargo.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00342 - 001006144150-6

Autor: Lira e Cia Ltda  
 Réu: Sueli da Silva Cruz => Intimação da parte AUTORA para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 39, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Rárisson Tataira da Silva, Luciana Rosa da Silva.

00343 - 001007165632-5

Autor: Banco Itaú S/A  
 Réu: Selma Lucia Batista Oliveira => Decisão: (...) Face ao exposto, declino a competência para a Comarca de Mucajaí, devendo os autos serem remetidos ao Juízo competente. Efetuar diligências necessárias. Boa Vista, 02/08/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Elaine Bonfim de Oliveira.

00344 - 001007166106-9

Autor: Banco Finasa S/A  
 Réu: Eunice França Paulino => Decisão: (...) Face ao exposto, declino a competência para a Comarca de Mucajaí, devendo os autos serem remetidos ao Juízo competente. Efetuar diligências necessárias. Boa Vista, 02/08/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Elaine Bonfim de Oliveira.

00345 - 001007166112-7

Autor: Banco Finasa S/A  
 Réu: Jurandir Araujo Sousa => Decisão: (...) Face ao exposto, declino a competência para a Comarca de Mucajaí, devendo os autos serem remetidos ao Juízo competente. Efetuar diligências necessárias. Boa Vista, 02/08/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Elaine Bonfim de Oliveira.

**DEPÓSITO**

00346 - 001007164425-5

Autor: Lira & Cia Ltda - Casa Lira  
 Réu: Raimundo Benicio da Silva => Intimação da parte AUTOR para manifestar-se sobre o(s) certidão(ões) fls. 32/33, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes .

**EXECUÇÃO**

00347 - 001001006459-9

Exeqüente: Agência de Fomento do Estado de Roraima S.a Aferr  
 Executado: Cosmos Contabilidade Ltda e outros => Despacho: Manifeste-se a parte exeqüente em 48h, sob pena de extinção. Int. pessoalmente. Boa Vista, 20/06/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - José João Pereira dos Santos, Ana Luciola Vieira Franco, Mivanildo da Silva Matos.

00348 - 001006130953-9

Exeqüente: Casarin e Ferrari Ltda  
 Executado: Big Brasil Ltda => Intimação da parte EXEQUENTE para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 50, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis.

00349 - 001006147148-7

Exeqüente: Marcio Wagner Mauricio  
 Executado: Samara Cristina Carvalho Monteiro => Intimação da parte EXEQUENTE para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 31, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Márcio Wagner Mauricio.

00350 - 001007166563-1

Exeqüente: Hsbc Bank Brasil S/A  
 Executado: A S Chaves-me => Despacho: 1. Cite-se. 2. Fixo provisoriamente os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. Boa Vista, 02/08/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Joaquim Fábio Mielli Camargo, Juliano Domingues de Oliveira.

**EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS**

00351 - 001007164834-8

Autor: Altemir Fontão Cunha  
 Réu: Sabemi => Intimação da parte AUTOR para manifestar-se sobre o(s) certidão(ões) fls. 19v, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Michael Ruiz Quara, Almir Rocha de Castro Júnior.

**INDENIZAÇÃO**



00352 - 001005105392-3

Autor: Marcos Antonio de Oliveira

Réu: Real Seguros S/A => Intimação da parte AUTOR para pagamento das custas finais no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), de 05(cinco) dias, (Port. Nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Alberto Jorge da Silva, Fernando Augusto Ferreira de Amorim, Márcia dos Santos Ferreira, Marcos Aurélio dos Santos, Daniella Regina Guarnieri de Oliveira, Aldo Yuji Tamaoki, Maria Aparecida Vidigal de Souza, Giselda Salete Tonelli P. de Souza, Marcelo Hirano Junes, Adriana Paola Mendivil Vega.

00353 - 001006132389-4

Autor: Jefferson Gohl

Réu: Imobiliária Potiguar => Intimação da parte AUTOR para manifestar-se sobre o(s) certidão(ões) fls. 172v, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Luciana Rosa da Silva, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Rárisson Tataira da Silva, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Francisco das Chagas Batista.

00354 - 001007163044-5

Autor: M Cecília Dias

Réu: Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Cepera Ltda => Intimação das partes, com prazo de 10(dez) dias, para réplica da autora, especificação de provas e manifestação sobre a possibilidade de conciliação em audiência preliminar, (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Jaildo Peixoto da Silva, José Vicente Cera Junior.

00355 - 001007166378-4

Autor: Mafalda da Costa Paiola

Réu: Carlos Gerdau => Despacho: 1. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. 2. Defiro o pedido de Segredo de Justiça. 3. Cite-se. 4. Após o prazo de resposta, archive-se o CD anexo no cofre do Cartório. Boa Vista, 03/08/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Adriana Paola Mendivil Vega.

**MONITÓRIA**

00356 - 001007166328-9

Autor: Monte Roraima Turismo Ltda

Réu: Rosinaldo Vieira Silva => Decisão: Estão presentes os pressupostos específicos da ação monitória e está devidamente instruída a petição inicial. Por esta razão, defiro liminarmente a expedição de mandado injuntivo, do qual deverão constar as advertências do art. 1.102c, do CPC. Caso sejam opostos embargos, os honorários advocatícios ficam provisoriamente arbitrados em 10% do valor do débito. Boa Vista, 02/08/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto.

**ORDINÁRIA**

00357 - 001006132265-6

Requerente: Sidney Jorge da Silva Perdigão

Requerido: Banco Fiat S.a => Intimação das partes, com prazo de 10(dez) dias, para réplica da autora, especificação de provas e manifestação sobre a possibilidade de conciliação em audiência preliminar, (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Silas Cabral de Araújo Franco, Maria Emilia Brito Silva Leite, José Demontie Soares Leite.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**

00358 - 001006147119-8

Autor: Romilda Scarmannhany da Silva Pimentel

Réu: Osmar de Souza Correa => Despacho: Defiro o pedido de fl. 101. Expeça-se mandado de intimação. Boa Vista, 03/08/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Alexander Ladislau Menezes, Rárisson Tataira da Silva, Luciana Rosa da Silva, Francisco José Pinto de Mécêdo.

**7ª VARA CÍVEL****Expediente de 03/08/2007****JUIZ(A) TITULAR:****Paulo César Dias Menezes****PROMOTOR(A):****Ademar Loiola Mota****ESCRIVÃO(A):****Anderson Ricardo Souza da Silva****Maria das Graças Barroso de Souza****ALVARÁ JUDICIAL**

00081 - 001005101126-9

Requerente: Fernanda Dahas Norberto => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: Cumpra-se, integralmente, o despacho de fls. 54. Boa Vista, 16/07/2007. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Johnson Araújo Pereira, Andréia Margarida André.

**ARROLAMENTO/INVENTÁRIO**

00082 - 001007161736-8

Inventariante: Georgia Moura da Rosa Carramillo

Inventariado: de Cujus: Egon Palma da Rosa => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: Cumpra-se a parte fianl do despacho de fls. 22. Após, intime-se a inventariante para que apresente certidão negativa de débito da Fazenda estadual, bem como, comprovante do recolhimento do ITCD, no prazo de 20 (vinte) dias. Boa Vista, 16/07/2007. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Denise Abreu Cavalcanti.

**CURATELA/INTERDIÇÃO**

00083 - 001004094585-8

Requerente: M.O.R.

Interditado: G.S.R. => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: a) Defiro o pedido retro. b) Oficie(m)-se na forma requerida. Boa Vista, 17/07/2007. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00084 - 001006137100-0

Requerente: E.F.N.

Interditado: W.F.N. => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: Considerando o que nos autos consta, arquivem-se os autos, nos termos da sentença de mérito. Boa Vista, 17/07/2007. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00085 - 001007161180-9

Requerente: A.M.S.

Interditado: O.S.S. => DECISÃO: Perícia designada para o dia 31/08/2007 às 14:00 horas. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

**DIVÓRCIO LITIGIOSO**

00086 - 001006141444-6

Requerente: M.N.S.D.

Requerido: L.R.D. => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: Decreto a revelia do(s) ré(ú)(ê)(s), sem os efeitos do artigo 319, do CPC. Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, indicando os fins a que se prestam. Boa Vista, 17/07/2007. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Carlos Fabrício Ortmeier Ratacheski.

**EXECUÇÃO**

00087 - 001005115487-9

Exequente: K.S.N.

Executado: A.S.N. => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: Intime-se o(a) Exequente, pessoalmente, para, em 48 horas, dar andamento ao feito, sob pena de extinção. Se for o caso, intime-se por edital, caso esteja em local incerto e não sabido para o mesmo fim. Boa Vista, 10/07/2007. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Neusa Silva Oliveira.

00088 - 001007157949-3

Exequente: S.A.C.N.

Executado: M.M.N. => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: a) Concedo ao Sr. Oficial de Justiça os favores contidos no art. 172, §2º, do CPC, renovando-se o(s) mandado(s) de fls. 28 e 30. Boa Vista, 10/07/2007. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Aurideth Salustiano do Nascimento.

00089 - 001007164808-2

Exequente: J.A.C.

Executado: E.L.C. => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: Recebo a emenda de fls. 17/18. Intime-se o executado, via Carta Precatório, nos termos do art. 475-J, do CPC, observando-se os valores contidos na planilha de fls. 08. Oficie-se ao Juízo deprecado, para retificação quanto ao valor da dívida referente ao art. 733, do CPC. Boa Vista, 17/07/2007. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Marcello Guedes Amorim.

## GUARDA DE MENOR

00090 - 001003068399-8

Requerente: D.F.B.F.

Requerido: M.F.G. => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: Diga(m) o(s) (a)(s) Requerente (s) sobre o interesse na continuidade do presente feito, no prazo de 10 (dez) dias. Boa Vista, 10/07/2007. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Angela Di Manso, Mamede Abrão Netto.

## INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE

00091 - 001003068273-5

Requerente: A.F.D.A.

Requerido: R.F.S. e outros => Aguarda Preparo do Cartório: cert. dpj. Despacho: Considerando o que nos autos consta, retornem os autos ao arquivo pertinente. Boa Vista, 10/07/2007. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Oleno Inácio de Matos, José Gervásio da Cunha, Gianne Gomes Ferreira, Winston Regis Valois Júnior.

## INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00092 - 001003072431-3

Requerente: D.S.

Requerido: F.F.M.N. => Aguarda providência cert. dpj. Despacho: Intime(m)-se o(s) a(s) Requerido, pessoalmente, para efetuar(em) o pagamento das custas processuais finais, no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Após, vista à PROGE/RR. Boa Vista, 10/07/2007. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana, Mamede Abrão Netto.

## 8A VARA CÍVEL

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Cesar Henrique Alves**  
**Elvo Pigari Júnior**  
**ESCRIVÃO(A):**  
**Eliana Palermo Guerra**

## AÇÃO DE COBRANÇA

00200 - 001005121135-6

Autor: Neusmar Cirino Vieira

Réu: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Daniella Torres de Melo Bezerra.

00201 - 001006147469-7

Autor: Ana Cláudia Vasconcelos Areb

Réu: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte.

00202 - 001006147479-6

Autor: Vanda Maria de Sousa

Réu: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00203 - 001006148090-0

Autor: Jorge Luiz de Oliveira Fonseca Barroso

Réu: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Jorge Luiz de Oliveira Fonseca Barroso, Mivanildo da Silva Matos, Bernardino Dias de S. C. Neto.

00204 - 001006148280-7

Autor: Antonio Rosa da Silva

Réu: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões.

Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00205 - 001006150570-6

Autor: Antonia Gomes Nascimento

Réu: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões.

Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mário José Rodrigues de Moura.

00206 - 001006151510-1

Autor: Antonio Santos de Oliveira e outros

Réu: O Estado de Roraima => DECISÃO: ...Quanto a tempestividade da contestação, vejamos, juntada do mandado de citação às fls. 30v, devidamente cumprido, contestação recebida em cartório às fls. 33/38 no dia 16/04/07, portanto, dentro do prazo de 60 dias. As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Samuel Moraes da Silva, Mivanildo da Silva Matos.

00207 - 001007156258-0

Autor: Arivelton de Assis Alcântara

Réu: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - José Jerônimo Figueiredo da Silva, Mivanildo da Silva Matos.

00208 - 001007165106-0

Autor: Csi Comercio Suplementos e Informatica Ltda

Réu: O Estado de Roraima => Cite-se. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Maria do Rosário Alves Coelho.

00209 - 001007165880-0

Autor: O Município de Boa Vista

Réu: O Estado de Roraima => 1. Desentranhem-se fls. 81/87, por serem intempestivas e entregue-as ao subscritor  
 2. Aguarde-se prazo de contestação. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Marco Antônio Salviato Fernandes Neves, Gil Vianna Simões Batista.

## ANULATÓRIA ATO JURÍDICO

00210 - 001005105926-8

Autor: Valderli Jose Soares de Almeida e outros

Réu: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Marcos Antonio Joffily, Augusto Dantas Leitão, Svirino Pauli, Mivanildo da Silva Matos, Humberto Lanot Holsbach.

## CAUTELAR INOMINADA

00211 - 001006141591-4

Requerente: Mevis da Silva França

Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mauro Silva de Castro, Mivanildo da Silva Matos.

## COMINATÓRIA OBRIG. FAZER

00212 - 001006147078-6

Requerente: Maria da Silva de Oliveira

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões.

Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00213 - 001006150783-5

Requerente: Celi Alves de Souza

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mário José Rodrigues de Moura.

00214 - 001006151054-0

Requerente: Marcio Moraes Antony

Requerido: O Estado de Roraima => A preliminar argüida pelo réu se confunde com o próprio mérito da causa. Sendo assim, deixo de analisá-la neste momento. As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Emerson Luis Delgado Gomes, Mivanildo da Silva Matos.

00215 - 001007152922-5

Requerente: Paulo Batista Ferreira

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical) condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00216 - 001007154418-2

Requerente: Francisco Fernandes Monteiro

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Enéias dos Santos Coelho.

00217 - 001007154571-8

Requerente: Marlene Alencar Rodrigues

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

00218 - 001007154575-9

Requerente: Maria Lucia Silva de Oliveira

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical) condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00219 - 001007154577-5

Requerente: Maria Iranda Bernardo dos Santos

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

00220 - 001007154580-9

Requerente: Ivone Sobrinho de Sousa

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical) condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de

férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00221 - 001007154586-6

Requerente: Nilda Sales da Silva

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical) condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00222 - 001007154603-9

Requerente: Mirian da Silva de Almeida

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

00223 - 001007154609-6

Requerente: Geralda Pereira da Silva

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical) condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00224 - 001007154868-8

Requerente: Aricelma Lucas Ribeiro

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

00225 - 001007154870-4

Requerente: Maria Francineide Campos da Silva

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical) condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00226 - 001007154879-5

Requerente: Ariadna Loiola de Sousa

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

00227 - 001007154886-0

Requerente: Joao Correia Lima Neto

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical) condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00228 - 001007154957-9

Requerente: Heila Sousa Cavalcante

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos  
02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

00229 - 001007155444-7

Requerente: José Carlos Pachêco de Oliveira

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical) condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00230 - 001007155445-4

Requerente: Ana Francinete Cabral de Oliveira

Requerido: Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente AÇÃO ORDINÁRIA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração da autora, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário, com juros e correção monetária, valores estes a serem calculados em liquidação de sentença, e, assim, declaro extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido, in albis, o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00231 - 001007155498-3

Requerente: Robervania Santiago Barreto

Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos  
02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

00232 - 001007156020-4

Requerente: Galdino Pinho Cavalcante

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical)

condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00233 - 001007156023-8

Requerente: Seli Mafrá Lima Farias

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente AÇÃO ORDINÁRIA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração da autora, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário, com juros e correção monetária, valores estes a serem calculados em liquidação de sentença, e, assim, declaro extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido, in albis, o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00234 - 001007156985-8

Requerente: Raimundo Nonato dos Santos

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente AÇÃO ORDINÁRIA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração da autora, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário, com juros e correção monetária, valores estes a serem calculados em liquidação de sentença, e, assim, declaro extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido, in albis, o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00235 - 001007157782-8

Requerente: Ana Ilza de Sousa Silva

Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente AÇÃO ORDINÁRIA, condenando o Estado de Roraima ao pagamento referente ao índice de reajuste anual previsto no art. 1º da Lei nº 331/02, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração da autora, nos anos de 2002 e 2003, inclusive os reflexos sobre férias, 13º salário, com juros e correção monetária, valores estes a serem calculados em liquidação de sentença, e, assim, declaro extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I, CPC, condeno ainda, o requerido no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no valor de R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Sem custas. Transcorrido, in albis, o prazo para recurso voluntário das partes, encaminhem-se ao TJ/RR para reexame necessário. P.R.I.C. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00236 - 001007159893-1

Requerente: Maria do Perpétuo Socorro de Lima Guerra Azevedo

Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Mivanildo da Silva Matos.

00237 - 001007159944-2

Requerente: Rauldulse Costa do Nascimento Lima

Requerido: O Estado de Roraima => Manifeste-se a parte autora acerca da contestação, em especial a preliminar. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00238 - 001007159945-9

Requerente: Raidulce Costa do Nascimento Lima  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00239 - 001007159952-5

Requerente: Lindomar Mendes Veras  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00240 - 001007160212-1

Requerente: Sarah Cruz de Souza Oliveira  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00241 - 001007160298-0

Requerente: Francimar Fernandes da Silva  
Requerido: O Estado de Roraima => Manifeste-se a parte autora acerca da contestação, em especial a preliminar. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Giselma Salete Tonelli P. de Souza, Mivanildo da Silva Matos.

00242 - 001007160718-7

Requerente: Patrícia Régia da Silva Corrêa  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Maria Emília Brito Silva Leite, Mivanildo da Silva Matos.

00243 - 001007160785-6

Requerente: Kairlane Michelly Silva do Nascimento  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Maria Emília Brito Silva Leite, Mivanildo da Silva Matos.

#### DECLARATÓRIA

00244 - 001005101119-4

Autor: Marcelo da Silva Pereira  
Réu: O Estado de Roraima => 1. Indefero o pedido de fls. 1090, tendo em vista intimação às fls. 1080  
2. Aguarde-se prazo recursal. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Almir Rocha de Castro Júnior, Diógenes Baleeiro Neto.

00245 - 001007159885-7

Autor: Adeilton da Silva Régis e outros  
Réu: O Estado de Roraima => As partes não pretendem a produção de outras provas que não as constantes dos autos. Desta forma, não havendo necessidade de produção de provas em audiência, trata-se de julgamento antecipado da lide. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Orlando Guedes Rodrigues, Mivanildo da Silva Matos.

00246 - 001007160216-2

Autor: Daniel Fernandes de Souza Filho e outros  
Réu: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Orlando Guedes Rodrigues, Mivanildo da Silva Matos.

#### DEMOLITÓRIA

00247 - 001007160732-8

Autor: O Município de Boa Vista  
Réu: Delzimar Galdino da Silva => Defiro a suspensão pelo prazo requerido. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Marco Antônio Salviato Fernandes Neves.

#### EMBARGOS DEVEDOR

00248 - 001006140403-3

Embargante: O Município de Boa Vista  
Embargado: José Carlos Barbosa Cavalcante => Defiro fls. 18. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Gil Vianna Simões Batista, José Carlos Barbosa Cavalcante, Marco Antônio Salviato Fernandes Neves.

00249 - 001007154309-3

Embargante: O Estado de Roraima  
Embargado: Lara Mendes Mafra => Manifestem-se as partes acerca dos cálculos. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Fernanda Miranda Ferreira de Mattos, José Carlos Barbosa Cavalcante, Mivanildo da Silva Matos.

#### EXECUÇÃO

00250 - 001004096301-8

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Jose Geraldo Rodrigues da Conceição => 1. Desentranhem-se fls. 103/104  
2. Expeça-se novo edital. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Antônio Pereira da Costa.

00251 - 001005104836-0

Exeqüente: Serviço Social do Comércio Sesc  
Executado: O Estado de Roraima => Defiro fls. 67. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - João Fernandes de Carvalho, João Barroso de Souza.

#### EXECUÇÃO FISCAL

00252 - 001001009298-8

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Itautinga Agro Industrial S/A e outros => Defiro a suspensão pelo prazo requerido. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Valdeci Laurentino da Silva, Alexandre Machado de Oliveira, Waldir Gomes Ferreira.

00253 - 001001009346-5

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Itautinga Agro Industrial S/A e outros => Defiro a suspensão pelo prazo requerido. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Valdeci Laurentino da Silva, Alexandre Machado de Oliveira, Waldir Gomes Ferreira.

00254 - 001001009559-3

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Yoxis Comércio Importação e Exportação Ltda e outros => Expeça-se mandado de liberação (fls. 98). Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00255 - 001002038810-3

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: José Antonio dos Santos Guedes => Manifestem-se as partes acerca do retorno dos autos. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Sileno Kleber da Silva Guedes, Alexandre Machado de Oliveira, Alexandre Machado de Oliveira.

#### EXECUÇÃO PROVISÓRIA

00256 - 001004089327-2

Exeqüente: Alexandre Cesar Dantas Socorro e outros  
Executado: O Estado de Roraima => Digam os exequentes. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Francisco das Chagas Batista, Antonio Perrira da Costa.

#### INDENIZAÇÃO

00257 - 001004091046-4

Autor: Ana Cleide da Silva e outros  
Réu: O Estado de Roraima => Encaminhem-se os autos ao Eg. TJ/RR, com nossas homenagens. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Antônio Pereira da Costa, Vinícius Aurélio Oliveira de Araújo, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho, Thiago Queiroz Carneiro.

00258 - 001004097616-8

Autor: Eldvânio Feitosa Zanelato  
Réu: O Estado de Roraima => 1. Nomeio como perito o Dr. Nazareno Bertino Vasconcelos Barreto  
2  
Intime-se para apresentação de proposta de honorários (endereços às fls. 195). Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Diógenes Baleeiro Neto, Mário José Rodrigues de Moura.

00259 - 001005123594-2

Autor: Ezequiel de Sousa Lavor

Réu: O Município de Boa Vista =&gt; 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - José Gervásio da Cunha, Jucie Ferreira de Medeiros, Gil Vianna Simões Batista, Winston Regis Valois Júnior.

00260 - 001006140338-1

Autor: Davi Alves do Nascimento e outros

Réu: O Estado de Roraima => A advogada deverá observar o disposto no art. 45 do CPP. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Mivanildo da Silva Matos.

00261 - 001006141564-1

Autor: Ailton Araujo da Silva

Réu: Emhur Empresa Municipal de Habitação e Urbanismo =&gt; 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos

02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Mamede Abrão Netto, Gerson da Costa Moreno Júnior, Luis Gustavo Marçal da Costa.

00262 - 001006146821-0

Autor: Rosicleide Menezes Bezerra e outros

Réu: O Estado de Roraima =&gt; 01- Designe-se data para audiência de instrução e julgamento

02- Intimações necessárias. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Enéias dos Santos Coelho, Mivanildo da Silva Matos.

00263 - 001006149763-1

Autor: Antonio Rigoberto de Lima Rocha

Réu: Detran Departamento Estadual de Trânsito de Roraima e outros => A preliminar argüida pelo réu se confunde com o próprio mérito da causa. Sendo assim, deixo de analisá-la neste momento. As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Mário José Rodrigues de Moura.

00264 - 001007158677-9

Autor: Jamilson Antonio de Oliveira

Réu: O Estado de Roraima => Manifeste-se o autor. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Luiz Eduardo Silva de Castilho, Mivanildo da Silva Matos.

00265 - 001007160459-8

Autor: Claudio de Oliveira Ferreira

Réu: O Estado de Roraima => Manifeste-se a parte autora acerca da contestação, em especial a preliminar. Boa Vista, 2 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Silas Cabral de Araújo Franco, Mivanildo da Silva Matos.

00266 - 001007165478-3

Autor: Idinaldo Cardoso da Silva

Réu: O Estado de Roraima => Emende o autor a inicial adequando o pólo passivo. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Leydijane Vieira E. Silva.

## MANDADO DE SEGURANÇA

00267 - 001004089659-8

Impetrante: Manoel Rodrigues Nolvaz

Autor. Coatora: Companhia de Desenvolvimento de Roraima- Codesaima => Manifestem-se as partes acerca do retorno dos autos. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Samuel Weber Braz.

00268 - 001006142042-7

Impetrante: Silvana Rodrigues de Lima

Autor. Coatora: Boa Vista Energia S/A => SENTENÇA: Diante do exposto, hei por bem em julgar improcedente o presente mandamus, denegando-se a segurança pretendida e, cassando-se os efeitos da liminar anteriormente deferida. Sem custas e sem honorários. Transitada em julgado, sem que tenha havido interposição de recurso voluntário, arquivem-se os autos. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Roberto Guedes Amorim, Alexandre Cesar Dantas Socorro.

00269 - 001006148069-4

Impetrante: Thais Isabel de Oliveira

Autor. Coatora: Boa Vista Energia S/A => SENTENÇA: Diante do exposto, hei por bem em julgar improcedente o presente mandamus, denegando-se a segurança pretendida. Sem custas e sem honorários. Transitada em julgado, sem que tenha havido interposição de recurso voluntário, arquivem-se os autos. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Stélio Dener de Souza Cruz, Alexandre Cesar Dantas Socorro.

00270 - 001007165268-8

Impetrante: Darlene Ferreira de Paula

Autor. Coatora: Aniceto Campanha Wanderley Neto => Vistas ao Ministério Público. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Deusdedit Ferreira de Paula Neto, Mauro Silva de Castro, Camila Araújo Guerra.

00271 - 001007166380-0

Impetrante: Thaiti Industria Alimentícia Ltda

Autor. Coatora: Maria Nazaré de Lacerda-pregoeira da Com de Lic-sesau/rr => SENTENÇA: Thaiti Indústria Alimentícia Ltda., qualificada na vestibular, pretende o deferimento de liminar para a Autoridade Coatora "...admita a Impetrante na licitação, reabrindo a rodada de preços e permitindo que dela participe a Autora Mandamental, seguindo-se as fases seguintes com a participação da Requerente, ou, evitando que pereça o objeto desta impetração, diante da ilegalidade flagrantemente praticada, suspenda o curso do certame até decisão meritória deste mandamus...". fls. 08 dos autos. Fundamenta o fúmus boni juris em razão de entender que o item 2.3.1 exige somente do licitante vencedor a apresentação de cardápios e o periculum in mora, em suma, na circunstância de, em não sendo deferida a liminar, impossibilitar a impetrante de participar, segundo afirma, em igualdade de condições do certame licitatório. Para análise liminar, é o necessário relatório. Decido. A primeira vista, em análise perfunctória, entendo não assistir à impetrante, pois, a impetrante não se insurge quanto à avaliação propriamente dita do cardápio apresentado, mas, sim, quanto ao momento em que esta avaliação se deu, dizendo que o cardápio somente seria exigido do licitante vencedor. A leitura do edital não ampara a tese da impetrante, senão vejamos. O item 7 do edital, que trata da proposta comercial, em sua letra c/c estabelece que deverá constar na proposta c às especificações dos itens ofertados de forma clara, conforme PROJETO BÁSICO, Anexo IV deste Edital, e a letra h/c do mesmo item determina que o licitante deverá apresentar planejamento de cardápios para trinta dias para atender as Unidades Hospitalares e semanalmente aos doadores de sangue do Hemocentro, conforme o Anexo IV-A do PROJETO BÁSICO deste Edital. O item 8.1 do Edital de Licitação estabelece que: "...o Pregoeiro procederá, preliminarmente, ao exame de conformidade das Propostas apresentadas com os requisitos do Edital, levando-se em consideração a qualidade, quantidade e as características do objeto licitado. Somente dessa preliminar, será aberta a fase dos lances verbais, na qual competirão apenas os licitantes aprovados no certame, os demais estarão desclassificados para as fases posteriores...". Cumprido esclarecer que o Anexo IV-A, conforme fls. 70/82 se refere a elaboração de cardápio. Por fim, é importante anotar, o item 7.11 do Edital diz que o pregoeiro poderá se socorrer de auxílio técnico para efetuar a análise da proposta com o projeto básico. Assim, repita-se, a insurgência do impetrante se dá em relação ao momento da análise do cardápio e não quanto ao mérito da avaliação propriamente dito. De acordo com as linhas acima anotadas, a pregoeira seguiu o descrito no edital (que, diga-se de passagem, não é impugnado ou contestado nesta via mandamental), assim não há como reconhecer direito líquido e certo da impetrante. Diante do exposto, hei por bem em indeferir liminarmente a segurança, julgando extinto o presente processo, sem análise de mérito, determinado que, após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Custas, em ainda havendo, pelo impetrante. Sem honorários. Boa Vista, 03 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro.

## ORDINÁRIA

00272 - 001004083888-9

Requerente: Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Boa Vista  
Requerido: Comissão de Implatação Enquadramento e Desenv. Funcional e outros => Defiro fls. 562. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Josué dos Santos Filho, Silas Cabral de Araújo Franco, Severino do Ramo Benício, Gil Vianna Simões Batista, Silas Cabral de Araújo Franco, Marco Antônio Salviato Fernandes Neves.

00273 - 001005103970-8

Requerente: Ingrid Cardoso Caldas e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => Manifestem-se as partes acerca do retorno dos autos. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Josimar Santos Batista, Diógenes Baleeiro Neto, Mivanildo da Silva Matos.

00274 - 001006142568-1

Requerente: Alexandre Claudino de Albuquerque  
Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos  
02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Mauro Silva de Castro, Mivanildo da Silva Matos, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

00275 - 001006142872-7

Requerente: Félix Cândido da Silva Neto  
Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos  
02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mário José Rodrigues de Moura.

00276 - 001006144813-9

Requerente: Wanderson Kleber Silva de Melo  
Requerido: O Estado de Roraima => DECISÃO: ...A preliminar de carência da ação também não merece acolhimento. Dispõem o art. 5º XXXV da CF: ¸a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;¸ Em outras palavras não é necessário o esgotamento da via administrativa para propositura de Ação Judicial. Sendo assim, as partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Orlando Guedes Rodrigues, Mivanildo da Silva Matos.

00277 - 001006144900-4

Requerente: Alexander Hoshihara Castro  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes não pretendem a produção de outras provas que não as constantes dos autos. Desta forma, não havendo necessidade de produção de provas em audiência, trata-se de julgamento antecipado da lide. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mauro Silva de Castro, Mivanildo da Silva Matos.

00278 - 001006147530-6

Requerente: Maria Vera Lúcia Rodrigues Soares  
Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos  
02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00279 - 001006147582-7

Requerente: Antônia Ribeiro Araújo  
Requerido: O Estado de Roraima => Intime-se a autora/agravada para querendo apresentar contra-razões ao agravo retido. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante.

00280 - 001006147998-5

Requerente: José Edvar Menezes Fernandes  
Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos  
02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00281 - 001006148287-2

Requerente: Teresa Teixeira Lima  
Requerido: O Estado de Roraima => 01- Recebo a apelação em ambos os efeitos  
02- Intime-se o apelado para querendo apresentar contra-razões. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos, Enéias dos Santos Coelho.

00282 - 001007154434-9

Requerente: Gilmaio Ramos de Santana  
Requerido: O Estado de Roraima => Manifeste-se a parte autora acerca da contestação, em especial a preliminar. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Julian Cuadal Soares, Mivanildo da Silva Matos.

00283 - 001007154593-2

Requerente: Jorge Peres Pereira  
Requerido: O Município de Boa Vista => Trata-se de matéria unicamente de direito, não havendo necessidade de provas em audiência. Desta forma, indefiro o pedido de fls. 87. Anuncio o julgamento antecipado da lide. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - José Gervásio da Cunha, Gianne Gomes Ferreira, Winston Regis Valois Júnior, Marco Antônio Salviato Fernandes Neves, Gianne Gomes Ferreira.

00284 - 001007154594-0

Requerente: Katia Maria Albuquerque da Silva  
Requerido: Instituto de Previdência do Estado de Roraima - Iper => DECISÃO: ... Dispõem o art. 5º XXXV da CF: ¸a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;¸ Em outras palavras não é necessário o esgotamento da via administrativa para propositura de Ação Judicial. Sendo assim, as partes especifiquem as provas que pretendem produzir. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - José Gervásio da Cunha, Gianne Gomes Ferreira, Winston Regis Valois Júnior, Maria da Glória de Souza Lima.

00285 - 001007155502-2

Requerente: Luzinete de Souza Mota Dias  
Requerido: O Estado de Roraima => A preliminar se confunde com o próprio mérito da causa. Desta forma, deixo de analisá-la neste momento. As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00286 - 001007156022-0

Requerente: Seli Mafra Lima Farias  
Requerido: O Estado de Roraima => SENTENÇA: ...Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de obrigação de fazer, determinando que o Estado de Roraima proceda às progressões funcionais da autora (horizontal e vertical) condeno-o, ainda, ao pagamento dos reflexos financeiros destas progressões funcionais a partir de janeiro/2001, com reflexos de férias, 13º salário, anuênios e GID com juros e correção, valores que deverão ser apurados em liquidação de sentença. Sem custas, tendo em vista a natureza jurídica da ré, fixo honorários em R 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Transitada em julgado, sem manifestação das partes, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para reexame de matéria. P.R.I. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00287 - 001007157363-7

Requerente: Andre Luiz Severiano da Silva e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => Defiro a prova testemunhal. Por ora, indefiro a prova pericial e documental, quanto a esta se for documento novo do qual o requerente não tinha conhecimento, deveria ter sido juntado na inicial, pelo que indefiro. Intime-se o peticionante para que informe o tipo de perícia a ser realizada e para que traga o rol de testemunhas que deverão ser ouvidas em audiência. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Mivanildo da Silva Matos.

00288 - 001007158209-1

Requerente: Franckle de Aguiar Barroso e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Marcos Antônio C de Souza, Mivanildo da Silva Matos.

00289 - 001007158213-3

Requerente: Antonio Adriano Lopes Silva e outros  
Requerido: Adail Maduro Neto e outros => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Marcos Antônio C de Souza, Mivanildo da Silva Matos.

00290 - 001007158356-0

Requerente: Jefferson Sérgio Souza Soares e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Marcos Antônio C de Souza, Mivanildo da Silva Matos.

00291 - 001007158457-6



Requerente: Edvaldo Oliveira Silva e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Johnson Araújo Pereira, Mivanildo da Silva Matos.

00292 - 001007159622-4

Requerente: Odete Ferreira de Paula  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00293 - 001007159624-0

Requerente: Karina Paula de Brito  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00294 - 001007159743-8

Requerente: Lenizes Pimentel Campos  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Anderson Cavalcante de Moraes, Mivanildo da Silva Matos.

00295 - 001007159824-6

Requerente: Fertilice Dantas e Silva  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Anderson Cavalcante de Moraes, Mivanildo da Silva Matos.

00296 - 001007159830-3

Requerente: Livia Soares Camêlo  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Anderson Cavalcante de Moraes, Mivanildo da Silva Matos.

00297 - 001007159897-2

Requerente: Adler da Costa Lima  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Mivanildo da Silva Matos.

00298 - 001007159907-9

Requerente: Sádira Peixoto de Caldas  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Almir Rocha de Castro Júnior, Mivanildo da Silva Matos.

00299 - 001007159927-7

Requerente: Raimundo Muniz Mendonça  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00300 - 001007160056-2

Requerente: Aldecira Pereira Favela  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00301 - 001007160132-1

Requerente: Oscarino Anthero Filho e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Maria Eliane Marques de Oliveira, Mivanildo da Silva Matos.

00302 - 001007160164-4

Requerente: Tatiana Lira da Costa e outros

Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00303 - 001007160165-1

Requerente: Wilciane Chaves de Souza Albarado  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00304 - 001007160178-4

Requerente: Mateus Freitas Ferreira da Silva  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00305 - 001007160186-7

Requerente: Adailton da Silva Sobrinho  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00306 - 001007160285-7

Requerente: Dídia Carneiro Medeiros e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Mivanildo da Silva Matos.

00307 - 001007160286-5

Requerente: Mário de Carvalho Barbosa  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Ana Beatriz Oliveira Rêgo, Mivanildo da Silva Matos.

00308 - 001007160287-3

Requerente: Gedson Gomes Vieira  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Ana Beatriz Oliveira Rêgo, Mivanildo da Silva Matos.

00309 - 001007160293-1

Requerente: Raimundo Nonato de Sousa  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Ana Beatriz Oliveira Rêgo, Mivanildo da Silva Matos.

00310 - 001007160310-3

Requerente: Maria Francimary do Nascimento Cordeiro  
Requerido: O Estado de Roraima => Manifeste-se a parte autora acerca da contestação, em especial a preliminar. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito. Adv - Dircinha Carreira Duarte, Mivanildo da Silva Matos.

00311 - 001007160348-3

Requerente: Josilene Pinheiro do Nascimento e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Maria Eliane Marques de Oliveira, Mivanildo da Silva Matos.

00312 - 001007160350-9

Requerente: Khallida Lucena de Barros e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Maria Eliane Marques de Oliveira, Mivanildo da Silva Matos.

00313 - 001007160507-4

Requerente: Adryana Almeida da Silva  
Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de



agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00314 - 001007160510-8

Requerente: Eliude Souza Barros

Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00315 - 001007160516-5

Requerente: Anderson Rômulo Garcia Braz

Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00316 - 001007160519-9

Requerente: Lidiane Lima de Almeida

Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00317 - 001007160522-3

Requerente: Maria do Socorro Sales do Nascimento

Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00318 - 001007160784-9

Requerente: Sheila Maria da Costa Epifânio

Requerido: O Estado de Roraima => 1. Mantenho a decisão pelos seus próprios fundamentos  
2. Aguarde-se prazo de contestação. Após, conclusos. Boa Vista, 30 de julho de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - José Luciano Henriques de Menezes Melo.

00319 - 001007161324-3

Requerente: Paulo Marcos Leitão Costa

Requerido: O Estado de Roraima => As partes especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 1 de agosto de 2007. César Henrique Alves-Juiz de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos.

00320 - 001007163915-6

Requerente: Vilanusa dos Reis Ribeiro

Requerido: O Estado de Roraima => Mantenho a decisão pelos seus próprios fundamentos. Aguarde-se prazo de contestação. Boa Vista, 01 de agosto de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito Adv - Alexander Ladislau Menezes , Mivanildo da Silva Matos.

00321 - 001007166529-2

Requerente: Ana Cássia Ferreira Cruz e outros

Requerido: O Estado de Roraima => DECISÃO: ...Diante do exposto, hei por bem em deferir a antecipação de tutela pretendida para o fim de determinar ao Estado para que os requerentes sejam mantidos nos cargos que exercem na Secretaria de Segurança Pública, em razão do psicotécnico. Intime-se, com urgência o requerido para dar cumprimento, citando-o, em seguida, para, querendo contestar o feito no prazo legal. Boa Vista, 31 de julho de 2007. César Henrique Alves- Juiz de Direito. Adv - Francisco Alves Noronha.

00322 - 001007166573-0

Requerente: Robervando Magalhães e Silva

Requerido: O Estado de Roraima => DECISÃO: ...Isto posto, vislumbrando a verossimilhança da alegação, diante do já exposto, e entendendo que a antecipação de tutela pretendida, visa tão somente a dar efetividade a texto constitucional estadual, defiro a antecipação de tutela requerida para determinar que o requerido aplique a regra remuneratória prevista no artigo 20-E da Constituição Estadual o autor. Intime-se do deferimento da presente antecipação o requerido. Dê-se ciência, ainda, da presente decisão, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Cite-se o Estado de Roraima, para, querendo contestar o feito no prazo legal. Boa Vista, 31 de julho de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Maria Eliane Marques de Oliveira.

#### 1A VARA CRIMINAL

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Marcelo Mazur**

**JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:**

**Lana Leitão Martins**

**PROMOTOR(A):**

**Ademir Teles Menezes**

**Carlos Paixão de Oliveira**

**Erika Lima Gomes Michetti**

**Henrique Lacerda de Vasconcelos**

**Ilaine Aparecida Paglianni**

**Ulisses Moroni Junior**

**ESCRIVÃO(Ã):**

**Reginaldo Antônio Csiszer**

#### CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00359 - 001001010657-2

Réu: Mário Fátimo da Silva Cesário => SENTENÇA: Réu Condenado. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior, Michael Ruiz Quara.

00360 - 001004092247-7

Réu: Ailton Ernesto Malheiro => EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS O MM. JUIZ DE DIREITO JARBAS LACERDA DE MIRANDA, EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL NA 1A VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER A TODOS QUANTO O PRESENTE EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO VIREM OU DELE TIVEREM CONHECIMENTO QUE TRAMITA NESTE JUÍZO CRIMINAL OS AUTOS N.º 0010 04 092247-7, QUE TEM COMO ACUSADO AILTON ERNESTO MALHEIRO, VULGO "JAIRZINHO", BRASILEIRO, NASCIDO AOS 27.09.1982, FILHO DE MARIA ERNESTA MALHEIRO, NATURAL DE BOA VISTA/RR, ENCONTRANDO-SE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, DENUNCIADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO COM INCURSO NAS SANÇÕES DO ARTIGO 121, §2º, INCISOS I E IV, DO CPB. COMO NÃO FOI POSSÍVEL CITA-LO PESSOALMENTE, FICA CITADO PELO PRESENTE EDITAL, BEM COMO INTIMADO A COMPARECER NO CARTÓRIO DA 1A VARA CRIMINAL, NO FÓRUM ADV. SOBRAL PINTO, PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, 666 - CENTRO - BOA VISTA/RR, A FIM DE PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA DE INTERROGATÓRIO DESIGNADA PARA O DIA 03 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 8 DIGO, ÀS 8H00MIN, SENDO-LHE FACULTADO, APÓS O MESMO, NO PRAZO LEGAL, APRESENTAR DEFESA PRÉVIA E O ROL DE TESTEMUNHAS, SOB PENA DE REVELIA. PARA CONHECIMENTO DE TODOS É PASSADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME E PUBLICADO NO DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE BOA VISTA/RR, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E SETE. REGINALDO ANTÔNIO CSISZER-ESCRIVÃO SUBSTITUTO. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00361 - 001007166511-0

Réu: John Wellington Castro de Souza => DECISÃO: Denúncia Recebida. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### 2A VARA CRIMINAL

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Jarbas Lacerda de Miranda**

**PROMOTOR(A):**

**Ilaine Aparecida Paglianni**

**ESCRIVÃO(Ã):**

**Djacir Raimundo de Sousa**

#### CRIME C/ COSTUMES

00362 - 001002029716-3

Réu: Sebastião Alves da Silva => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 10/08/2007. às 11h00 Adv - Silvino Lopes da Silva.

00363 - 001007155376-1

Réu: Evertonis Souza dos Santos => FINALIDADE: Intimar a Defesa para se manifestar nos autos nos termos e prazo do art. 405 do Código de Processo Penal. Adv - Antônio Cláudio Carvalho Theotônio, Francisco Salismar Oliveira de Souza, Alysson Batalha Franco.

### CRIME DE TÓXICOS

00364 - 001001011113-5

Réu: Genivaldo Coelho de Barros => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 10/08/2007. 10h00. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

00365 - 001005112287-6

Réu: Jorge do Espírito Santo Silva e outros => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 11/04/2008. às 09:00 horas Adv - Gerson Coelho Guimarães, Antônio Cláudio de Almeida.

### RESTITUIÇÃO COISA APREEND

00366 - 001004083652-9

Autor: Genivaldo Coelho de Barros  
Réu: Genivaldo Coelho de Barros => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 10/08/2007. às 10h10. Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 10/08/2007. às 10:10 horas Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

### 3A VARA CRIMINAL

**Expediente de 03/08/2007**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Euclydes Calil Filho**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Ricardo Fontanella**  
**ESCRIVÃO(A) :**  
**Raimunda Maroly Silva Oliveira**

### EXECUÇÃO PENAL

00367 - 001007163016-3

Sentenciado: Francisco de Souza Cruz => “PELO EXPOSTO, julgo IMPROCEDENTE o pedido de SAÍDA TEMPORÁRIA formulado pelo(a) reeducando(a) acima indicado(a). Certifique-se o trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Boa Vista/RR, 20/07/2007. (a) Jarbas Lacerda de Miranda, Juiz de Direito respondendo pela 3A Vara Criminal/RR.” Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

### PRECATÓRIA CRIME

00368 - 001005122874-9

Réu: José Anselmo Alves de Almeida Silva => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00369 - 001006150533-4

Réu: Beniram Gama Gonzales e outros => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00370 - 001007160496-0

Réu: Jeremias Oldemar Jesus Alcantara Junior e outros => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00371 - 001007160984-5

Réu: Francisco Lucio Batalha => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Francisco José Pinto de Mécêdo.

00372 - 001007161306-0

Réu: Marcelo da Silva Nerys e outros => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### 5A VARA CRIMINAL

**Expediente de 03/08/2007**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Leonardo Pache de Faria Cupello**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Janaina Carneiro Costa Menezes**  
**ESCRIVÃO(A) :**  
**Moisés Duarte da Silva**  
**Ronaldo Barroso Nogueira**

### ABUSO DE AUTORIDADE

00373 - 001001014942-4

FINAL DE SENTENÇA:”(...) Desta forma, reconheço consumada, na espécie, a prescrição penal, pois constato, diante do quantum penalógico máximo abstratamente imposto ao acusado e da data do fato, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado. Ocorrendo o trânsito em julgado desta SENTENÇA, archive-se com as anotações e baixas de praxe. P.R.I.C. Boa Vista/RR, 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00374 - 001003063941-2

Indiciado: J.L.F. => FINAL DE SENTENÇA:”(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de JAIME LOPES FERREIRA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações.” Boa Vista(RR), em 31 de julho de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00375 - 001005104696-8

Indiciado: J.A.L.S. e outros => FINAL DE SENTENÇA:”(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de JOÃO ALBERTO LEAL, FRANCISCO MACIEL DA SILVA, RONIERY ARAÚJO DA SILVA, JUAREZ CARDOSO OLIVEIRA, ANTONIO AURELIANO DA COSTA e FRANCISCO BARBOSA LEITE, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações.” Boa Vista(RR), em 31 de julho de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### BUSCA E APREENSÃO-CRIME

00376 - 001007166591-2

Requerente: Alexandre Henrique de Matos Lima - Delegado de Polícia => DECISÃO: “Vistos etc. 1. Adoto como fundamentação o r. parecer do ilustre representante do Ministério Público de fls. 15, no sentido da incompetência deste Juízo para o processamento do feito. 2. Remetam-se os autos imediatamente para a Comarca de Caracará. 3. Procedam-se com as anotações e baixas necessárias. 4. Intimem-se. P.R.I. Boa Vista/RR, 1º de agosto de 2007. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### CONTRAVENÇÃO PENAL

00377 - 001005099391-3

Indiciado: J.A.S. => FINAL DE SENTENÇA:”(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de JOSÉ AILSON DA SILVA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações.” Boa Vista(RR), em 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00378 - 001005110913-9

Indiciado: D.A.C. => FINAL DE SENTENÇA:”(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de DELCIDE ANDRÉ CALIXTO, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações.” Boa Vista(RR), em 02 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00379 - 001005106659-4

Indiciado: D.P.B. => FINAL DE SENTENÇA:“(…) Sendo assim, acolho a judiciosa manifestação do Ministério Público, e pugno pela extinção de punibilidade do réu ALBERTO ALENCAR, com fulcro no art. 107, IV, do CP. Sem custas. P.R.I. Após trânsito em julgado, archive-se com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações. Boa Vista/RR, 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00380 - 001005107041-4

Indiciado: F.D.R.N. => DECISÃO: Vistos, etc. 1. Adoto como fundamentação o r. parecer do ilustre representante do Ministério Público de fls. 38, no sentido da incompetência deste Juízo para o processamento do feito. 2. Remetam-se os autos imediatamente para a JUSTIÇA FEDERAL. 3. Procedam-se com as anotações e baixas necessárias. 4. Intimem-se. P.R.I. Boa Vista/RR, 31 de julho de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## CRIME C/ PATRIMÔNIO

00381 - 001001014839-2

Indiciado: J.E.F.S. => FINAL DE SENTENÇA: “... Acolho, IN TOTUM a promoção ministerial, determino o arquivamento do feito, com as cautelas legais, ressaltando a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal. Ocorrendo o trânsito em julgado desta SENTENÇA, archive-se com as anotações e baixas de praxe. P.R.I.C. Boa Vista - RR, 31 de julho de 2007. Doutor Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00382 - 001002025525-2

Réu: Wendel Keliton Santos => FINAL DE SENTENÇA:“(…) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE DE WENDEL KELYTON SANTOS, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações.” Boa Vista(RR), em 02 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00383 - 001002025617-7

Réu: Mário Alves de Oliveira => FINAL DE SENTENÇA: (...) Em face do exposto, tendo em vista o artigo 107, V do CP, valho-me do artigo 3º do Código de Processo Penal PARA AQUI APLICAR O ARTIGO 267, INCISO VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E EXTINGUIR O PRESENTE FEITO, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, POR ENTENDER QUE A PRESENTE AÇÃO É CARECEDORA POR AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO, QUAL SEJA, O INTERESSE PROCESSUAL/JUSTA CAUSA. P.R.I.C. Sem condenação em despesas processuais (artigo 804/Código de Processo Penal). Havendo o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos. Boa Vista, RR, 01 de agosto de 2007”. JUIZ DE DIREITO DA 5A VARA CRIMINAL - Dr. LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00384 - 001002033189-7

Réu: Glaudmar Barbosa de Melo e outros => FINALIDADE: Intimar os advogados dos réus para tomarem ciência da audiência de oitiva de testemunha de Defesa designada para a data de 27.09.2007 às 08h45min. Adv - Luiz Augusto Moreira, Walterlon Azevedo Tertulino.

00385 - 001002035890-8

Indiciado: S.S.M. e outros => FINAL DE SENTENÇA:“(…) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de CLEILSON TEIXEIRA DE SOUZA, SÉRGIO SILVEIRA MOTA e NIXON DE LUCENA CAMPOS, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações.” Boa Vista(RR), em 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00386 - 001002036029-2

Indiciado: A.C.C. => FINAL DE SENTENÇA: “... Acolho, pois, a promoção ministerial, para determinar o arquivamento do feito, com as cautelas legais, ressaltada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal. Ocorrendo o trânsito em julgado desta SENTENÇA, archive-se com as anotações e baixas de praxe. P.R.I.C. Boa Vista - RR, 31 de julho de 2007. Doutor Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00387 - 001002038267-6

Indiciado: M.C.C.A. => FINAL DE SENTENÇA: “... Acolho, pois, a promoção ministerial, para determinar o arquivamento do feito, com as cautelas legais, ressaltada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal. Ocorrendo o trânsito em julgado desta SENTENÇA, archive-se com as anotações e baixas de praxe. P.R.I.C. Boa Vista - RR, 31 de julho de 2007. Doutor Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00388 - 001003065345-4

Réu: Valdecir Quadros Neves e outros => FINAL DE SENTENÇA:“(…) Diante do exposto, decreto a extinção da punibilidade do Réu VALDECIR QUADROS NEVES, em relação ao fato noticiado nestes Autos, face à comprovação de seu falecimento, com base no artigo 107, I, do Código Penal. Sem custas. P. R. I. Havendo trânsito, cumpra-se a segunda parte da cota de fl. 137, após dê-se vista ao MP, para se manifestar acerca do pedido de fl. 132. Façam-se as necessárias comunicações.” Boa Vista(RR), em 02 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00389 - 001003072333-1

Réu: Claudionor Santana Lima e outros => FINAL DE DECISÃO: “(...) O denunciado Claudionor Santana Lima, apesar de regularmente citado e intimado por edital (fl.72), não compareceu para o interrogatório judicial e nem constituiu advogado. Requeiru o MP a suspensão do processo, às fls.102. É o sucinto relatório. DECIDO. Incide, na espécie a aplicação do artigo 366/CPP aos crimes praticados a partir de 17/06/96 (data de edição da lei que alterou o referido artigo)...Assim sendo, a suspensão da prescrição será de 12(doze) anos, a partir desta decisão, nos termos dos artigos 366/CPP c/c 109, inciso III, do CP. Comparecendo o acusado, ter-se-á por citado pessoalmente, prosseguindo o processo em seus ulteriores atos (art. 366, §2º, CPP). Por conseguinte, extingo o processo em relação ao acusado Ailson dos Santos, diante da comprovação de sua morte (Certidão de óbito, às fls. 100, com arrimo no art.107, inciso I, do Código Penal. Atenda-se o item 3 e 4, requerido pelo Ministério Público, às 102. P.R.I.C Boa Vista, 02 agosto de 2007. Leonardo Pache de farias Cupello - Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00390 - 001005112310-6

Réu: Ivan Valdivino dos Santos => FINAL DE SENTENÇA “...Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, o pedido formulado na denúncia, PARA CONDENAR o réu IVAN VALDIVINO DOS SANTOS nas sanções previstas no artigo 155, § 4º, inciso II, c/c o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, passando a dosar a pena a ser-lhe aplicada em estrita observância ao disposto no artigo 68, “CAPUT”, do já citado Diploma Normativo. (...) Concorrem na espécie as circunstâncias atenuantes previstas no artigo 65, I, 1A parte, qual seja, agente menor de 21 anos na data do fato, e a circunstância prevista no artigo 65, III, “d”(confissão espontânea perante autoridade) do Código Penal, motivo pelo qual atenuo a pena acima aplicada em 01(um) ano, passando assim a dosá-la em 03(TRÊS) ANOS E RECLUSÃO E MULTA. (...) Estando presente a causa de diminuição da pena prevista no artigo 14, II do Código Penal, diminuo a pena anteriormente fixada em 1/3(um terço), passando a dosá-la em 02(DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E MULTA, que frente a ausência de qualquer outra causa de diminuição. Fica esclarecido que a redução se deu no patamar mínimo em razão do ITER CRIMINIS percorrido pelo agente, que se aproximou muito da consumação do crime. (...) Assim frente à ausência de qualquer causa de aumento torno definitiva a pena acima aplicada, qual seja, 02(DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E MULTA. (...) fixo a pena pecuniária em 15(QUINZE) DIAS-MULTA, arbitrando o dia-multa em 1/15(UM QUINZE AVOS) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO FATO. (...) o réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada EM REGIME ABERTO. (...) Considerando o disposto no artigo

393, I, do CPP, e já estando o sentenciado preso, nessa condição deverá permanecer ainda que deseje recorrer. Façam-se as comunicações necessárias, inclusive dando ciência à vítima, se possível. Sem custas(réu beneficiário da justiça gratuita). P.R.Intimem-se. Boa Vista, RR, 30 de julho de 2007". JUIZ DE DIREITO DA 5A VARA CRIMINAL - DOUT OR - LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00391 - 001005118839-8

Réu: Joao Batista França da Silva => DECISÃO: Vistos, etc. 1. Adoto como fundamentação o r. parecer do ilustre representante do Ministério Público de fls. 104, no sentido da incompetência deste Juízo para o processamento do feito. 2. Remetam-se os autos imediatamente para o Juízo da 2A Vara Criminal desta Comarca. 3. Procedam-se com as anotações e baixas necessárias. 4. Intimem-se. P.R.I. Boa Vista/RR, 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - José Fábio Martins da Silva.

00392 - 001005121938-3

Indiciado: C.A.R.C. => FINAL DE SENTENÇA:"(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de CARLOS ALBERTO RODRIGUES DA COSTA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações." Boa Vista(RR), em 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00393 - 001006130847-3

Réu: Cristiano de Lima Barbosa => FINAL DE DECISÃO:"(...) O MP, em cota de fls. 53, requereu a revogação do benefício da suspensão do processo...Assim sendo, revogo a suspensão anteriormente concedida. P.R.I.C. Boa Vista/RR, 31 de junho de 2007. LEONARDO PACHE DE FARIAS CUPELLO-Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal." Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00394 - 001007160601-5

Réu: Priscila Costa Fiuza => FINALIDADE: Intimar a Defesa para tomar ciência da carta precatória expedida às folhas 76 dos autos. Adv - Faic Ibraim Abdel Aziz.

00395 - 001007165594-7

Réu: Celson da Silva => DECISÃO: Considerando que o acusado preenche os requisitos do artigo 89 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO a proposta acima e SUSPENDO O CURSO DO PROCESSO, submetendo o Acusado a um período de prova de dois anos, nas condições acima verificadas. Fica o acusado ciente do disposto nos §3º e 4º do Art. 89 da Lei 9.099/95. Saem as partes intimadas. Mantenham-se os autos em arquivo específico para o acompanhamento do "sursis processual". Requisite-se FAC do acusado semestralmente. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA, SE POR OUTRO MOTIVO NÃO ESTIVER PRESO. Boa Vista-RR, 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00396 - 001001010652-3

Réu: Francisco Abraão da Silva Dias => FINAL DE SENTENÇA:"(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de FRANCISCO ABRAÃO DA SILVA DIAS, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações." Boa Vista(RR), em 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00397 - 001001010980-8

Réu: Chagas Pereira Lima => FINAL DE SENTENÇA:"(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de CHAGAS PEREIRA LIMA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações." Boa Vista(RR), em 01 de agosto de 2007. Dr.

Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00398 - 001001014211-4

Réu: Carlos Alberto Alves da Silva => FINAL DE SENTENÇA:"(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de CARLOS ALBERTO ALVES DA SILVA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações." Boa Vista(RR), em 02 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00399 - 001001014269-2

Indiciado: A.L.C.S. => FINAL DE SENTENÇA:"(...) Desta forma, reconheço consumada, na espécie, a prescrição penal, pois constato, diante do quantum penalógico máximo abstratamente imposto ao acusado e da data do fato, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado. Ocorrendo o trânsito em julgado desta SENTENÇA, archive-se com as anotações e baixas de praxe. P.R.I.C. Boa Vista/RR, 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00400 - 001002025371-1

Réu: Roberval Clinger de Oliveira => FINAL DE SENTENÇA:"(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de ROBERVAL CLINGER DE OLIVEIRA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações." Boa Vista(RR), em 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Wagner Nazareth de Albuquerque.

00401 - 001003066607-6

FINAL DE DECISÃO: "...Isto posto, acolho o requerimento do Ministério Público, determinando o ARQUIVAMENTO do presente INQUÉRITO POLICIAL, com fulcro no artigo 41 do CPP. P.R.I.C. Sem custas. Ocorrendo o trânsito em julgado, certifique-se, baixe-se e archive-se. Boa Vista - RR, 02 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00402 - 001004084305-3

Indiciado: A.C.F.N. => FINAL DE SENTENÇA:"(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de ANTÔNIO CARLOS FUNCK NARESSI, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações." Boa Vista(RR), em 31 de julho de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00403 - 001005107806-0

Indiciado: P.J.M.F. => FINAL DE SENTENÇA:"(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de PAULO JAMES MERCEDES FERREIRA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Quanto aos delitos previstos nos artigos 147 e 129 do CP (ameaça e lesão corporal leve), verifica-se que houve a decadência do direito de queixa, haja vista que já transcorreram mais de 06 (seis) meses. No que tange ao crime previsto no art. 329 do CP, por se tratar de crime de menor potencial ofensivo declino da competência para um dos Juizados Especiais Criminais. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, encaminhem-se os autos a um dos Juizados Especiais, com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações." Boa Vista(RR), em 02 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00404 - 001007164555-9

Indiciado: D.A.N. => DECISÃO: Vistos, etc. 1. Adoto como fundamentação o r. parecer do ilustre representante do Ministério Público de fls. 21v, no sentido da incompetência deste Juízo para o processamento do feito. 2. Remetam-se os autos imediatamente para a um dos JUIZADOS ESPECIAIS. 3. Procedam-se com as anotações e baixas necessárias. 4. Intimem-se. P.R.I. Boa Vista/RR,

31 de julho de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00405 - 001005105142-2

Indiciado: P.B.D. => FINAL DE SENTENÇA: "(...) Sendo assim, acolho a judiciosa manifestação do Ministério Público, e pugno pela extinção de punibilidade do réu PAULO BATISTA DIAS, com fulcro no artigo 107, IV, do CP. Dê-se vista ao MP, para se manifestar em relação ao prosseguimento do feito. Sem custas. P. R. I. Após trânsito em julgado, cumpram-se as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações." Boa Vista(RR), em 01 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00406 - 001006131300-2

Indiciado: F.G.P.M. => FINAL DE SENTENÇA: "... Acolho, IN TOTUM, a promoção ministerial, determino o arquivamento do feito, com as cautelas legais, ressaltando a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal. Ocorrendo o trânsito em julgado desta SENTENÇA, archive-se com as anotações e baixas de praxe. P.R.I.C. Boa Vista - RR, 01 de agosto de 2007. Doutor Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00407 - 001007156525-2

Indiciado: O.S.V. => FINAL DE SENTENÇA: "... Acolho, IN TOTUM a promoção ministerial, determino o arquivamento do feito, com as cautelas legais, ressaltando a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal. Ocorrendo o trânsito em julgado desta SENTENÇA, archive-se com as anotações e baixas de praxe. P.R.I.C. Boa Vista - RR, 02 de agosto de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME PORTE ILEGAL ARMA

00408 - 001002028685-1

Réu: Nicodemo Cavalcante Resende => EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO 60 DIAS. O Dr. LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO, MM. Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal, da Comarca de Boa Vista Estado de Roraima. INTIMAÇÃO DE: NICODEMO CAVALCANTE RESENDE, brasileiro, autônomo, convivente, comerciante, filho de Francisco Cavalcante Resende e de Sesalina Maria de Resende, Carteira de Identidade n.º 219.268 SSP/RR e CPF n.º 244.275.353-72, estando o mesmo em local incerto e não sabido. FAZ saber a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre em trâmites legais os autos de processo de n.º 02 028685-1, Ação Penal movida pela Justiça Publica em face de NICODEMO CAVALCANTE RESENDE, incurso nas penas do artigo 10, § 3º, inciso I, da Lei n.º 9.437/1997. Como não foi possível a intimação pessoal do mesmo, com este intimo-o para tomar ciência dos termos da sentença a seguir transcrita. FINAL DE SENTENÇA: "(...) Destarte, o delito em perquirição tem pena máxima in abstrato de 02(dois) anos de detenção, prescrevendo em 04(quatro) anos, nos termos do artigo 109, V, do CP. Assim, o fato jurídico, prescrição se deu em 14 de maio de 2006. Desta forma, reconheço consumada, na espécie, a prescrição penal, pois constato, diante do quantum penalógico máximo abstratamente imposto ao acusado e da data do fato, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado. Ocorrendo o trânsito em julgado desta SENTENÇA, archive-se com as anotações e baixas de praxe. P.R.I.C." Boa Vista/RR, 26 de junho de 2007. Dr. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular. Ficando ciente do prazo de 05 (cinco) dias, para dela, recorrer, querendo. Para o conhecimento de todos e passado o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário do Poder Judiciário. Dado e passado na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, aos 30 do mês de julho do ano dois mil e sete. Eu, Marcos Paulo Pereira de Carvalho (Assistente Judiciário), digitei e Moisés Duarte da Silva, Escrivão Judicial Substituto, de ordem do MM. Juiz o assinou. RONALDO BARROSO NOGUEIRA, Escrivão Judicial da 5A V.Cr/RR. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### LIBERDADE PROVISÓRIA

00409 - 001007166153-1

Requerente: Mauro Sergio Pires Romao => FINAL DE DECISÃO: "(...) CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA ao acusado MAURO SÉRGIO PIRES ROMÃO, com fulcro no art. 310, parágrafo único do Código de processo Penal, mediante compromisso legal de comparecer mensalmente neste juízo, a fim de comprovar a sua permanência no distrito da culpa, bem como venha estar presente a todos os atos do processo, além de não se ausentar do distrito da culpa sem a prévia autorização deste juízo. Espeça-se o Alvará de Soltura em favor de MAURO SÉRGIO PIRES ROMÃO, mediante compromisso legal, se por outro motivo não estiver preso. P.R.I.C. Boa vista, 01 de agosto de 2007. LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO - Juiz de Direito Titular da 5A Vara Criminal." Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

#### QUEIXA CRIME

00410 - 001006133345-5

Querelado: Mauro da Silva Castro => DESPACHO: 1) Cumpra-se a V. Decisão noticiada às fls. 111/112  
02) Assim, arquivem-se o presente processo  
03) Expeçam-se ofícios comunicando o arquivamento aos órgãos de praxe  
04) Intimem-se as partes desse arquivamento  
BVB/RR, 01/08/2007. Lana Leitão-Juiza Substituta da 5A Vara Criminal. Adv - Ednaldo Gomes Vidal, Francisco das Chagas Batista.

### COMARCA DE BOA VISTA JUIZADOS ESPECIAIS

#### ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 03/08/2007

013827BA =>00042  
000042RR-B =>00020, 00041  
000048RR-B =>00021, 00023  
000079RR-A =>00018  
000087RR-B =>00015  
000087RR-E =>00042  
000099RR-E =>00029  
000114RR-B =>00017  
000117RR-B =>00019  
000120RR-B =>00038  
000124RR-B =>00034  
000130RR-E =>00015  
000151RR-B =>00019  
000156RR =>00018  
000172RR-B =>00040  
000177RR =>00025  
000189RR =>00026  
000192RR-A =>00039  
000199RR-B =>00030  
000203RR =>00016, 00038  
000205RR-B =>00034, 00035  
000218RR-B =>00031  
000223RR-A =>00019, 00021  
000223RR =>00023  
000231RR =>00019, 00037  
000233RR-B =>00042  
000238RR-B =>00016  
000240RR-B =>00029  
000242RR-B =>00022  
000247RR-B =>00014, 00036  
000262RR =>00025, 00030  
000264RR =>00015  
000272RR-B =>00014  
000278RR-A =>00028  
000282RR =>00033  
000284RR =>00015  
000293RR-A =>00024  
000327RR =>00032  
000350RR =>00020  
000382RR =>00020  
000385RR =>00026  
000408RR =>00039  
000413RR =>00031

### CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

#### 1º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Alexandre Magno Magalhaes Vieira

#### CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00001 - 001007163697-0

Indiciado: S.C. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME C/ PESSOA

00002 - 001007163689-7

Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Elvo Pigari Júnior

#### CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00003 - 001007163696-2

Indiciado: F.G.P. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001007163698-8

Indiciado: M.R.M.S. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME C/ PESSOA

00005 - 001007163680-6

Indiciado: F.S.S. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00006 - 001007163708-5

Indiciado: C.R.L. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### 2º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

#### CONTRAVENÇÃO PENAL

00007 - 001007163695-4

Indiciado: M.B.A. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00008 - 001007163694-7

Indiciado: V.J.S. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME C/ PESSOA

00009 - 001007163679-8

Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 001007163693-9

Indiciado: J.R.A.R. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DE TÓXICOS

00011 - 001007163692-1

Indiciado: L.Q.S. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00012 - 001007163690-5

Indiciado: E.M.C. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### 4º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Antônio Augusto Martins Neto

#### CRIME C/ PESSOA

00013 - 001007163691-3

Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

## PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

### 1º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

**Alexandre Magno Magalhaes Vieira**

**PROMOTOR(A):**

**Cláudia Parente Cavalcanti**

**Elba Crhistine Amarante de Moraes**

**Stella Maris Kawano Dávila**

**Zedequias de Oliveira Junior**

**ESCRIVÃO(Á):**

**Adnan Assad Youssef Neto**

### EXECUÇÃO

00014 - 001005117773-0

Exequente: J.a. de Albuquerque-me

Executado: Luciana Fernandes de Melo Arruda => Intimação expedido(a). DESIGNAÇÃO: 1º Leilão designado para o dia 20/08/2007, às 10:00 horas. 2º Leilão designado para o dia 05/09/2007, às 10:00 horas. (a) Escrivão Adv - Alexander Sena de Oliveira, Wellington Sena de Oliveira.

### 3º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

**Rodrigo Cardoso Furlan**

**PROMOTOR(A):**

**Cláudia Parente Cavalcanti**

**Elba Crhistine Amarante de Moraes**

**Janaina Carneiro Costa Menezes**

**Stella Maris Kawano Dávila**

**Ulisses Moroni Junior**

**Zedequias de Oliveira Junior**

**ESCRIVÃO(Á):**

**Hudson Luis Viana Bezerra**

### INDENIZAÇÃO

00015 - 001003075168-8

Autor: Jeanderson de Souza Luciano

Réu: Rosa Maria Soares de Souza => DESPACHO: Cumpra-se o despacho de fls.156. BV/RR 27/07/2007 - RODRIGO CARDOSO FURLAN Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Liliana Regina Alves, Maria Emília Brito Silva Leite, Alan Johnnes Lira Feitosa.

00016 - 001005112743-8

Autor: Jose Reinaldo Nascimento da Silva

Réu: Varig S/A Viação Aérea Rio-grandense => DESPACHO:

1.Cumpra-se o item "3" do despacho de fls.94

2.Transcorrido o prazo, voltem conclusos. BV/RR 27/07/2007 - RODRIGO CARDOSO FURLAN Juiz de Direito. Adv - Francisco Alves Noronha, José Reinaldo Nascimento da Silva.

00017 - 001005113129-9

Autor: Arao Duarte Amorim

Réu: Ana Gete Dias Santos => Aguarda Preparo do Cartório: .. Adv - Antônio O.f.cid.

00018 - 001005122726-1

Autor: Andre Paraguassu de Oliveira Chaves

Réu: Ivo Felipe da Silva => DESPACHO: Defiro o pedido de fls.68

2.Cumpra-se. BV/RR 27/07/2007 - RODRIGO CARDOSO

FURLAN Juiz de Direito. Adv - Azilmar Paraguassu Chaves,

Messias Gonçalves Garcia.

00019 - 001005124049-6

Autor: George da Costa Dias

Réu: Gol Transportes Aereos S.a => DESPACHO: 1.Defiro o pedido de fls.124

2.Cumpra-se

3. Após, conclusos. BV/RR 02/08/2007 - RODRIGO CARDOSO FURLAN Juiz de Direito. Adv - Gerson da Costa Moreno Júnior, Mamede Abrão Netto, Samara Cristina Carvalho Monteiro, Angela Di Manso.

00020 - 001006140420-7

Autor: Jose Santana Filho

Réu: Cap - Saúde de Roraima => AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O DIA 18 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 15 HORAS. Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 18/09/2007. Adv - Karina Ligia de Menezes Batista, José Jerônimo Figueiredo da Silva, Helder Gonçalves de Almeida.

00021 - 001006143398-2

Autor: Lucia da Rosa Chrusciak

Réu: Tim Celular => AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 12 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 15 HORAS. Adv - Jaildo Peixoto da Silva, Mamede Abrão Netto.

00022 - 001006145859-1

Autor: Ivan Bentes Bulcao Cromwell

Réu: Amatur Amazonia Turismo => AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 12 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 15:30 HORAS. Adv - Ordalino do Nascimento Soares.

00023 - 001006145974-8

Autor: Suzanne Sarmento da Silva

Réu: Tim Celular S/A => DESPACHO: Raquive-se. BV/RR 27/07/2007 - RODRIGO CARDOSO FURLAN Juiz de Direito. Adv - Jaeder Natal Ribeiro, Jaildo Peixoto da Silva.

00024 - 001006149004-0

Autor: Marcio Willen Dantas da Silva

Réu: Laiane Guivara da Silva => AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 12 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 16:30 HORAS. Adv - Michael Ruiz Quara.

00025 - 001007153286-4

Autor: Paulo Roberto Ribeiro de Sousa

Réu: Norte Brasil Telecom S/A => Despacho: Intime-se a requerida para informar em 48 horas, se já efetuou o pagamento conforme acordo de fls. 32. Dr. Rodrigo Furlan - Juiz de Direito. Adv - Luiz Augusto Moreira, Helaine Maise de Moraes França.

#### MONITÓRIA

00026 - 001006132136-9

Autor: Jose Alves de Moraes

Réu: Andre de Souza Pereira => AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 12 DE SETEMBRO DE 2007, ÀS 17 HORAS. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Almir Rocha de Castro Júnior.

00027 - 001006141103-8

Autor: Ja de Albuquerque

Réu: Valdirene Oliveira Pires => DESPACHO: 1. Defiro o pedido de fls. 40

2. Designo o dia 05/09/2007 para AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, nos termos do enunciado 71, do FONAJE

3. Intime-se. BV/RR 02/08/2007 - RODRIGO CARDOSO FURLAN Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### POSSESSÓRIA/CAUTELAR

00028 - 001006148561-0

Requerente: Olival de Sousa Oliveira

Requerido: Adelina Antonia da Silva => AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 12 DE SETEMBRO DE 2007 ÀS 14:30 HORAS. Adv - Hélio Furtado Ladeira.

#### 4º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**  
**Antônio Augusto Martins Neto**  
**PROMOTOR(A):**  
**Elba Crhistine Amarante de Moraes**  
**Jeanne Christhine Fonseca Sampaio**  
**Stella Maris Kawano Dávila**  
**Ulisses Moroni Junior**

**Valdir Aparecido de Oliveira**  
**Zedequias de Oliveira Junior**  
**ESCRIVÃO(A):**  
**Walter Menezes**

#### AÇÃO DE COBRANÇA

00029 - 001006131985-0

Autor: Arleamar Silva Teles

Réu: Sul América Cia Nacional de Seguros => Aguarda Preparo do Cartório: jesp cível. I. Segue solicitação de bloqueio junto ao BACEN. II. Aguarde-se por 10 (dez) dias. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Silvana Borghi Gandur Pigari, Carlos Philippe Sousa Gomes da Silva.

00030 - 001006136199-3

Autor: Francisca Viera Cabral

Réu: Companhia Lider Dpvt Sul America Cia Nacional de Seguros => DECISÃO: Pedido Indeferido. A despeito dos ponderáveis argumentos expendidos na petição de fls. 78/81, entendo não ser possível o atendimento do pleito, ao menos no âmbito desta 1ª instância, considerando que a questão das custas e honorários também foi objeto de pronunciamento da Turma Recursal (f. 73). Isto posto, indefiro o pedido. Intime-se a requerente. Após, aguarde-se por 10 dias. Ao final do prazo, voltem conclusos. Boa Vista, 03 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Fernando O'grady Cabral Júnior, Helaine Maise de Moraes França.

00031 - 001006145918-5

Autor: Maurícia Mendes de Souza

Réu: Ivo Souza Pereira => Intimação efetivado(a). À parte autora para contra-razões. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Silas Cabral de Araújo Franco, Gerson Coelho Guimarães.

#### COMINATÓRIA OBRIG. FAZER

00032 - 001006133955-1

Requerente: Antonia Silva dos Santos

Requerido: Imobiliária Santa Cecilia => Aguarda Preparo do Cartório: jesp cível. I. Segue solicitação de bloqueio junto ao BACEN. II. Aguarde-se por 10 (dez) dias. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito \*\*AVERBADO\*\* Adv - Lúcio Mauro Tonelli Pereira.

#### EXECUÇÃO

00033 - 001005117839-9

Exequente: Edileuza Sousa e Sousa

Executado: Paula Patrícia Carvalho Gama => Despacho: I. Defiro o pedido, conforme fls. 54; II. Renove-se a diligência, advertindo o sr. Meirinho que entre em contato com a parte exequente, para que a mesma acompanhe a diligência; III. Fica autorizado ainda que a diligência seja cumprida com os benefícios do art. 172, § 2º do CPC, e caso se faça necessário, fica autorizado o arrombamento e uso de força policial; IV. Advirto ainda o Sr. Meirinho que a diligência deverá ser cumprida da forma determinada por este Juízo, sendo ônus da parte a comprovação da propriedade de bens a serem penhorados. Boa Vista, 27 de julho de 2007. Antônio Augusto Martins Neto - Juiz de Direito. Adv - Valter Mariano de Moura.

#### INDENIZAÇÃO

00034 - 001006137833-6

Autor: Eliana Sampaio Alves

Réu: Hsbc Bank Brasil S/A => Aguarda Preparo do Cartório: jesp cível. I. Segue solicitação de bloqueio junto ao BACEN. II. Aguarde-se por 10 (dez) dias. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Antônio Cláudio de Almeida, Marco Antônio Salviato Fernandes Neves.

00035 - 001006145842-7

Autor: Djanira de Jesus Brito Gonçalves

Réu: Avon Cosméticos Ltda => Aguarda Preparo do Cartório: jesp cível. I. Segue solicitação de bloqueio junto ao BACEN. II. Aguarde-se por 10 (dez) dias. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Marco Antônio Salviato Fernandes Neves.

00036 - 001006148632-9

Autor: Humberto Tenison Bantim

Réu: Estancia Bahia => Aguarda Preparo do Cartório: jesp cível. I. Segue solicitação de bloqueio junto ao BACEN. II. Aguarde-se por 10 (dez) dias. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Alexander Sena de Oliveira.

**INDENIZAÇÃO/CAUTELAR**

00037 - 001006138914-3

Requerente: Kleber Antonio Pinho Pinto

Requerido: Gol Transportes Aereos S.a => Intimação ordenado(a). À parte autora para contra-razões. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Angela Di Manso.

00038 - 001006143158-0

Requerente: Orlando Guedes Rodrigues

Requerido: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A => Intimação efetivado(a). À parte autora para contra-razões. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Orlando Guedes Rodrigues, Francisco Alves Noronha.

**MONITÓRIA**

00039 - 001006137799-9

Autor: Margareth Siqueira de Oliveira

Réu: Rosiene Oliveira Justino => Aguarda Preparo do Cartório: jesp cível. I. Impossível a citação por edital em ações do Juizado Especial. II. Por ora, indefiro a citação nos termos do art. 227, CPC. III. Renove-se a diligência, devendo a mesma ser cumprida pelo mesmo Oficial de f. 34, podendo o mesmo proceder nos termos do Enunciado 5 do FONAJE. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Scyla Maria de Paiva Oliveira, Geisla Gonçalves Ferreira.

**REPETIÇÃO INDÉBITO**

00040 - 001006144324-7

Autor: Fabio Brandao

Réu: Sabemi Previdência Privada => Aguarda Preparo do Cartório: jesp cível. Arquivem-se. Boa Vista, 02 de agosto de 2007. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

**3º JUIZADO CRIMINAL**

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

**Rodrigo Cardoso Furlan**

**PROMOTOR(A):**

**Cláudia Parente Cavalcanti**

**Elba Crhistine Amarante de Moraes**

**Janaína Carneiro Costa Menezes**

**Stella Maris Kawano Dávila**

**Ulisses Moroni Junior**

**Zedequias de Oliveira Junior**

**ESCRIVÃO(A):**

**Hudson Luis Viana Bezerra**

**QUEIXA CRIME**

00041 - 001007154171-7

Querelante: RAIMUNDO MAIA FILHO

Indiciado: N.D.S. => Aguarda Preparo do Cartório: remeter ao mp. Adv - José Jerônimo Figueiredo da Silva.

**4º JUIZADO CRIMINAL**

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

**Antônio Augusto Martins Neto**

**PROMOTOR(A):**

**Elba Crhistine Amarante de Moraes**

**Jeanne Christhine Fonseca Sampaio**

**Stella Maris Kawano Dávila**

**Ulisses Moroni Junior**

**Valdir Aparecido de Oliveira**

**Zedequias de Oliveira Junior**

**ESCRIVÃO(A):**

**Walter Menezes**

**CRIME C/ MEIO AMBIENTE**

00042 - 001005121810-4

Indiciado: A.M.N. => Audiência de INSTRUÇÃO E

JULGAMENTO designada para o dia 10/09/2007 às 11:05 horas.

Adv - André Luís Villória Brandão, Leandro Leitão Lima, Allan

Kardec Lopes Mendonça Filho.

**COMARCA DE BOA VISTA  
TURMA RECURSAL****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/08/2007

000278RR-A =>00001;

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****TURMA RECURSAL**

Relator(a): Cristovão José Suter Correia da Silva

**MANDADO DE SEGURANÇA**

00001 - 001007160896-1

Impetrante: Olival de Sousa Oliveira

Autor. Coatora: Juiz de Direito do 3º Juizado Especial Cível de Boa Vista/rr => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Hélio Furtado Ladeira.

**COMARCA DE CARACARAÍ**

O Departamento Informática do TJRR informa que por problemas de acesso ao Link da EMBRATEL, não foi possível enviar para a publicação os despachos e as distribuições dos processos da Comarca de Caracaraí-RR, referente ao dia 03/08/2007cações referentes a este dia, se houverem, serão enviadas na próxima edição.

**COMARCA DE MUCAJAÍ  
JUSTIÇACOMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/08/2007

Não existem advogados para compor o índice.

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**ALVARÁ JUDICIAL**

00001 - 003007009672-9

Requerente: A.G. => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Maria Aparecida Cury

**ALVARÁ JUDICIAL**

00002 - 003007009673-7

Requerente: E.S.C. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****VARACRIMINAL**

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) TITULAR:**



**Breno Jorge Portela S. Coutinho**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Adriano ávila Pereira**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**Anedilson Nunes Moreira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Felipe Arza Garcia**  
**Francivaldo Galvão Soares**

**CRIME C/ COSTUMES**

00003 - 003006006743-3

Réu: Antônio Conceição Araújo => Audiência para OITIVA DE  
TESTEMUNHA DO JUÍZO designada para o dia 20/08/2007 às  
09:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**INFÂNCIA E JUVENTUDE****Expediente de 03/08/2007**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Breno Jorge Portela S. Coutinho**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Adriano ávila Pereira**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**Anedilson Nunes Moreira**  
**José Rocha Neto**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Felipe Arza Garcia**  
**Francivaldo Galvão Soares**

**GUARDA C/C PEDIDO LIMINAR**

00004 - 003006006972-8

Requerente: M.P.  
Requerido: A.S.C. => Audiência para OITIVA MENOR  
DESIGNADA para o dia 07/08/2007 às 12:30 horas. Adv - Não há  
advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE MUCAJÁ**

---

**JUIZADOS ESPECIAIS**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/08/2007

Não existem advogados para compor o índice.

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**JUIZADO CRIMINAL****Expediente de 03/08/2007**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**  
**Breno Jorge Portela S. Coutinho**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Adriano ávila Pereira**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**Anedilson Nunes Moreira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Felipe Arza Garcia**  
**Francivaldo Galvão Soares**

**CRIME C/ PESSOA**

00001 - 003007009786-7

Indiciado: M.L.A. => Despacho: Abra-se vista ao MP. Adv - Não  
há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**

---

**JUSTIÇA COMUM**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/08/2007

000149RR-A =&gt;00011

000246RR-B =&gt;00010

---

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

---

**VARACÍVEL**

Juiz(iza): Luiz Alberto de Moraes Junior

**HABILITAÇÃO DE PARTE**

00002 - 004707006939-9

Requerente: Edivan Silva e outros => Distribuição por Sorteio em  
03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 004707007010-8

Requerente: Dorval Lins Junior e outros => Distribuição por Sorteio  
em 13/07/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PRECATÓRIA CÍVEL**

00004 - 004707006940-7

Requerente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama  
Requerido: Luiz Margarido da Silva => Distribuição por Sorteio em  
03/08/2007. Valor da Causa: R 1.267,17. Adv - Não há advogado(s)  
cadastrado(s).

00005 - 004707007187-4

Requerente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama  
Requerido: F L Reginato Me => Distribuição por Sorteio em 03/08/  
2007. Valor da Causa: R 2.417,32. Adv - Não há advogado(s)  
cadastrado(s).

Juiz(iza): Maria Aparecida Cury

**HABILITAÇÃO DE PARTE**

00006 - 004707006936-5

Requerente: Ivon de Sousa Barroso e outros => Distribuição por  
Sorteio em 02/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PRECATÓRIA CÍVEL**

00007 - 004707006941-5

Requerente: Execução Fiscal/outras, Uniao (fazenda Nacional)  
Requerido: K.L.m Rodrigues => Distribuição por Sorteio em 03/08/  
2007. Valor da Causa: R 15.993,65. Adv - Não há advogado(s)  
cadastrado(s).

00008 - 004707007204-7

Requerente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama  
Requerido: Antonio da Silva Quincor => Distribuição por Sorteio  
em 03/08/2007. Valor da Causa: R 1.219,45. Adv - Não há  
advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 004707007206-2

Requerente: Ana Beatriz Vieira Ferraz  
Requerido: Laudenor de Souza Ferraz => Distribuição por Sorteio  
em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Luiz Alberto de Moraes Junior

**PRECATÓRIA CRIME**

00001 - 004707007005-8

Autor: Pedro Rodrigues da Conceição => Distribuição por Sorteio  
em 03/08/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**VARACÍVEL****Expediente de 03/08/2007**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Luiz Alberto de Moraes Junior**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Ademir Teles Menezes**  
**Adriano ávila Pereira**

**Erika Lima Gomes Michetti**  
**Henrique Lacerda de Vasconcelos**  
**Hevandro Cerutti**  
**José Rocha Neto**  
**Luiz Antônio Araújo de Souza**  
**Marco Antônio Bordin de Azeredo**  
**ESCRIVÃO(Â):**  
**Pablo Raphael dos Santos Igreja**

**BUSCA E APREENSÃO**

00010 - 004706005154-8

Requerente: Maria Zildene da Silva  
 Requerido: Larissa Munique da Silva e outros => Final de sentença:  
 Diante do exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA e, por via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art.267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intime-se as autoras tão somente pela Defensoria Pública. Cientifique-se o trânsito em julgado, após a devolução da deprecata (fl.50) dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C. Rorainópolis, 31 de julho de 2007, DR. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR, JUIZ DE DIREITO. Adv - Vera Lúcia Pereira Silva.

**EMBARGOS DEVEDOR**

00011 - 004705005043-5

Embargante: Maria de Fátima Paiva Silva  
 Embargado: União => Expedição efetivada de ofício. Adv - Maria Eliane Marques de Oliveira.

**HABILITAÇÃO DE PARTE**

00012 - 004707007208-8

Requerente: Abdias Pereira da Silva e outros => Final de sentença:  
 Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art.267, VI do Código de Processo Civil. P.R.I.C. Rorainópolis-RR, 03 de agosto de 2007. DR. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR, JUIZ DE DIREITO. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 004707007209-6

Requerente: Fernando Dias Soares e outros => Final de sentença: Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art.267, VI do Código de Processo Civil. P.R.I.C. Rorainópolis-RR, 03 de agosto de 2007. DR. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR, JUIZ DE DIREITO. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**MANDADO DE SEGURANÇA**

00014 - 004707006869-8

Impetrante: Adao da Conceição Abreu  
 Autor: Coatora: Vilma Lopes do Nascimento => Final da sentença: Em face do exposto, e tudo o mais que dos autos consta, acatando integralmente o parecer do Ministério Público, indefiro o pedido do impetrante e, por consequência, denego a concessão da segurança. Extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art.269, I, do CPC. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se. Sem custas. P.R.I. Rls 02 de agosto de 2007. DR. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR, JUIZ DE DIREITO. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## COMARCA DE RORAINÓPOLIS

### JUIZADOS ESPECIAIS

**ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/08/2007

004337AM =>00006, 00007  
 004339AM =>00006, 00007  
 004399AM =>00006, 00007;

## PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

**JUIZADO CÍVEL****Expediente de 03/08/2007****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

**Luiz Alberto de Moraes Junior**  
**PROMOTOR(A):**  
**Ademir Teles Menezes**  
**Adriano Ávila Pereira**  
**Erika Lima Gomes Michetti**  
**Henrique Lacerda de Vasconcelos**  
**Hevandro Cerutti**  
**José Rocha Neto**  
**Luiz Antônio Araújo de Souza**  
**Marco Antônio Bordin de Azeredo**  
**ESCRIVÃO(Â):**  
**Pablo Raphael dos Santos Igreja**

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00001 - 004705004403-2

Autor: Francisco das Chagas Silva  
 Réu: Carlos Wagner de Oliveira Lobo => “Ex-positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art.267, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas. No trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos, após as formalidades necessárias. P.R.I.C. Rorainópolis, 30 de julho de 2007. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR. Juiz de Direito”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 004707006593-4

Autor: Liomaene Pereira Rodrigues  
 Réu: Eldo Rone Ribeiro Costa => “HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes, para surta seus jurídicos e legais efeitos. Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art.269, I, do CPC. Sem custas. Após o cumprimento do acordo arquivem-se. nada mais havendo deu-se por encerrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme, foi assinado por todos. Eu Julie Ane, escrevente o digitei. Dr. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR. Juiz de Direito Titular”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 004707006911-8

Autor: Macelo Laian de Andrade  
 Réu: Francimar Lopes da Cunha => “Diante do exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA e, por via de consequência JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. P.R.I.C. Rorainópolis/RR, 25 de julho de 2007. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR. Juiz de Direito”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 004707007197-3

Autor: Ivaneide da Silva Oliveira  
 Réu: Ismeire Ferreira => “Diante do exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA e, por via de consequência JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. P.R.I.C. Rorainópolis/RR, 25 de julho de 2007. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR. Juiz de Direito”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 004707007207-0

Autor: Maria do Amparo Sousa da Silva  
 Réu: Ismeire Ferreira => “Diante do exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA e, por via de consequência JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. P.R.I.C. Rorainópolis/RR, 25 de julho de 2007. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR. Juiz de Direito”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**EXECUÇÃO**

00006 - 004705004174-9

Exeqüente: Jean Cristiam Guimarães de Souza  
 Executado: Deusimar Rufino Rodrigues => “Ex-positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART.267, INCISO iii, DO Código de processo Civil.. Sem custas. No trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos, após as formalidades necessárias. P.R.I.C. Rorainópolis/RR, 31 de julho de 2007. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR.. Juiz de Direito”. Adv - Cintia Martins de Souza, Augusto Costa Junior, Wilna Elizabeth S Cavalcante.

00007 - 004705004175-6

Exeqüente: Jean Cristiam Guimarães de Souza

Executado: Deusimar Rufino Rodrigues => “Ex”Ex-positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART.267, INCISO iii, DO Código de processo Civil.. Sem custas. No trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos, após as formalidades necessárias. P.R.I.C. Rorainópolis/RR, 31 de julho de 2007. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR.. Juiz de Direito”. Adv - Cintia Martins de Souza, Augusto Costa Junior, Wilna Elizabeth S Cavalcante.

**INDENIZAÇÃO**

00008 - 004707006913-4

Autor: Marcio Almeida Guimarães

Réu: Banco do Brasil S/A => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 16/08/2007 às 16:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 004707006914-2

Autor: Francisco Tavares de Melo

Réu: Paulo Alvedeviro Iank => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO ADIADA para o dia 11/09/2007 às 16:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE SÃO LUIZ  
JUSTIÇA COMUM**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/07/2007

Não existem advogados para compor o índice.

---

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

---

**VARACÍVEL**

Juiz(iza): Luiz Alberto de Moraes Junior

**CURATELA/INTERDIÇÃO**

00003 - 006007020778-6

Requerente: O.C.C.

Interditado: I.L.S. => Distribuição por Sorteio em 03/07/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Luiz Alberto de Moraes Junior

**PEDIDO / PROVIDÊNCIA**

00001 - 006007020777-8

Requerente: Delegado de Polícia de São João da Baliza =>

Distribuição por Sorteio em 03/07/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**SOLICITAÇÃO - CRIMINAL**

00002 - 006007020776-0

Réu: José Ribeiro da Silva => Distribuição por Sorteio em 03/07/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**VARACRIMINAL**

Expediente de 03/07/2007

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Luiz Alberto de Moraes Junior**

**PROMOTOR(A) :**

**Ademir Teles de Menezes**

**Alexandre Moreira Tavares dos Santos**

**Hevandro Cerutti**

**José Rocha Neto**

**ESCRIVÃO(Ã) :**

**César Barbosa Correa**

**CRIME C/ PESSOA**

00004 - 006007020504-6

Réu: Fernandes Pereira da Silva => FINAL DE DECISÃO:

“...Ademais, vislumbro que o crime de ameaça foi uma consequência do delito de lesão e se a vítima não pretende ver processado o autor do fato no crime de lesão, obviamente que também não deseja o ver no crime de ameaça. Assim, conheço dos embargos e dou provimento para suprir a omissão apontada, fazendo a presente decisão parte integrante da sentença de fls. 54/54v, de modo que a contradição apontada por ser consequência da omissão, resta também sanada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luiz do Anauá, segunda-feira, 02 de julho de 2007. (a) Luiz Alberto Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE ALTO ALEGRE  
JUSTIÇA COMUM**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/08/2007

Não existem advogados para compor o índice.

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**JUIZADO CÍVEL**

Expediente de 03/08/2007

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

**Maria Aparecida Cury**

**PROMOTOR(A) :**

**André Paulo**

**Anedilson Nunes Moreira**

**Carla Cristiane Pipa**

**Cláudia Parente Cavalcanti**

**Ilaine Aparecida Paglianni**

**José Rocha Neto**

**Luiz Antonio Araújo de Souza**

**Luiz Carlos Leitão Lima**

**Marco Antonio Bordin de Azeredo**

**Ulisses Moroni Junior**

**Valdir Aparecido de Oliveira**

**ESCRIVÃO(Ã) :**

**Gianfranco Leskewsz Nunes de Castro**

**HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO**

00001 - 000507003079-5

Requerente: Marinalva Pereira da Silva e outros =>

Sentença:“(…)Isto posto, homologo o acordo de vonatdes firmado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 269, inciso III,do CPC.(…)Alto Alegre, 1º de agosto de 2007.Parima Dias VerasJuiz de Direito em Substituição Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**VARA DA JUSTIÇA ITINERANTE**

---

**PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**

Processo nº 2902/04

Ação: Execução de Alimentos

Exeqüente: N. dos S. e outros

Adv.: Emira Latife Lago Salomão

Executado: G. F. A. dos S.

Adv.: Neusa Silva Oliveira

Sentença: “Vistos, etc. Em consonância com o douto parecer ministerial de fl. 69, com fulcro no que disciplina o art. 267, III do CPC, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito. Registre-se. Sem custas, nos termos do § 1º do art. 42-b do COJERR. Com transito em julgado, archive-se. P.R.I e C. Boa Vista/RR, 24.04.07”. Tânia Maria Vasconcelos Dias. Juíza de Direito.

**Processo nº 3122/06**

Ação: Cobrança – Execução

Exeqüente: Raimundo Nonato Barros de Sousa

Adv.: não há advogado cadastrado

Executado: Antonieldo de Oliveira Farias

Adv.: Não há advogado cadastrado

Sentença: “Vistos, etc. I. O silêncio do exequente desde 13.06.07, faz presumir que, até hoje, não localizou o paradeiro da parte executada e/ou de seus bens. II. Estabelece o Enunciado 45 do Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados Especiais do Brasil que *a hipótese do § 4º, do art. 53, da Lei nº 9.099/95, também se aplica às execuções de título judicial entregando-se ao exequente, no caso, certidão de seu crédito*. III. Dessa Forma, a teor do art. 53, § 4º, da Lei nº 9.099/95, EXTINGO O PROCESSO de execução e determino o arquivamento dos autos, após a expedição da certidão de crédito do exequente, observada as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista, 01.08.07”. Tânia Maria Vasconcelos Dias. Juíza de Direito.

**Processo nº 1883/06**

Ação: Cobrança – Execução

Exequente: Jair Neves da Silva

Adv.: não há advogado cadastrado

Executado: Idelfonso de Matos

Adv.: Não há advogado cadastrado

Sentença: “Vistos, etc. I. O silêncio do exequente desde 13/07/07, faz presumir que, até hoje, não localizou o paradeiro da parte executada e/ou de seus bens. II. Estabelece o Enunciado 45 do Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados Especiais do Brasil que *a hipótese do § 4º, do art. 53, da Lei nº 9.099/95, também se aplica às execuções de título judicial entregando-se ao exequente, no caso, certidão de seu crédito*. II. Dessa Forma, a teor do art. 53, § 4º, da Lei nº 9.099/95, EXTINGO O PROCESSO de execução e determino o arquivamento dos autos, após a expedição da certidão de crédito do exequente, observada as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista, 01.08.07”. Tânia Maria Vasconcelos Dias. Juíza de Direito.

**3ª VARA CÍVEL**

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

**JUIZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA**

Fórum Adv. Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro – CEP: 69.301-970, Fone/Fax: (0XX95) 3621-2734, Boa Vista/RR

**EDITAL DE INTIMAÇÃO  
(PRAZO DE 20 DIAS)**

MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, Dr. Jefferson Fernandes da

Silva.

Ação: **Retificação de Registro Civil** - Proc. nº **1006 136674-5**  
Requerente: **Romário de Souza, rep. P/ Maria da Paz Romana de Souza**

**Finalidade:** Proceder a INTIMAÇÃO do requerente ROMÁRIO DE SOUZA, para dar andamento ao feito com prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267, III, e § 1º, CPC). Boa Vista/RR, 30/07/2007, Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito.

**SEDE DO JUÍZO:** Fórum Adv. Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro – CEP: 69.301-970, Fone/Fax: (0XX95) 3621-2734, Boa Vista/RR.

Boa Vista - RR, 06 de agosto de 2007

**Josefa C. de Abreu**  
Escrivã Judicial

(OSP)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO  
(PRAZO DE 20 DIAS)**

MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, Dr. Jefferson Fernandes da Silva.

Ação: **Retificação de Registro Civil** - Proc. nº **1006 135644-9**  
Requerente: **Anita Sabino de Oliveira**

**Finalidade:** Proceder a INTIMAÇÃO da requerente ANITA SABINO DE OLIVEIRA, para dar andamento ao feito com prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267, III, e § 1º, CPC). Boa Vista/RR, 30/07/2007, Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito.

**SEDE DO JUÍZO:** Fórum Adv. Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro – CEP: 69.301-970, Fone/Fax: (0XX95) 3621-2734, Boa Vista/RR.

Boa Vista - RR, 06 de agosto de 2007

**Josefa C. de Abreu**  
Escrivã Judicial

(OSP)

**1º JUIZADO ESPECIAL**

**EDITAL DE LEILÃO**

O Dr. **ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS NETO**, Juiz de Direito Substituto do 1º Juizado Especial, da comarca de Boa Vista-RR, Estado de Roraima, na forma da lei etc.

Pelo presente faz saber a todos quanto virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que será levado a arrematação em primeiro leilão, os bens penhorados nos autos de n.º **0010 05 110509-5 – EXECUÇÃO** tendo como exequente **HELOÍNA ALVES DOS SANTOS** e executado **ROSINEI PEREIRA DE SOUZA**, na seguinte forma:

OBJETO DO LEILÃO:

Descrição	Estado/Caract.	Aval/R\$
01(um) televisor de 20” LG, modelo Cinemaster, sem controle remoto	Bom estado de conservação	<b>500,00</b>
01(um) televisor de 14”, modelo Cinemaster, com controle remoto	Bom estado de conservação	<b>250,00</b>
01(uma) mesa tubular com tampo de granito (pedra), cor cinza, com 06 cadeiras tubular cor branca	Bom estado de conservação	<b>450,00</b>
TOTAL		<b>1.200,00</b>

**PRIMEIRO LEILÃO: DIA 05/09/07 às 11:00 HORAS**, para venda e arrematação por preço não inferior ao da avaliação.

**LOCAL: 1º JUIZADO ESPECIAL**, Praça do Centro Cívico, Fórum Advogado Sobral Pinto, Térreo, Centro - Nesta Capital. CEP: 69301-970

**Adnan Assad Y. Neto**  
Escrivão do 1º Juizado Especial

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE  
RORAIMA – TRE/RR****SECRETARIA JUDICIÁRIA**

Expediente do dia **06 de agosto de 2007**, para ciência e intimação das partes.

**DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS**

Em conformidade com o art. 20 do RI deste Tribunal, o seguinte feito foi distribuídos no expediente do dia **03/08/2007**:

**MANDADO DE SEGURANÇA N.º 111 – CLASSE I**

ASSUNTO: MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR EM FACE DA VIOLAÇÃO NO SALÁRIO DOS SERVIDORES, NO CONTRACHEQUE DO MÊS DE JULHO/2007.

IMPETRANTES: CARLOS JORGE DO ESPÍRITO SANTO E OUTROS.

ADVOGADA: PAULA BITTENCOURT LEAL

IMPETRADOS: PRESIDENTE E DIRETOR-GERAL DO TRE/RR

RELATOR: JUIZ MOZARILDO CAVALCANTI

**REDISTRIBUIÇÃO DE FEITOS**

Em conformidade com o art. 20 do RI deste Tribunal, os seguintes feitos foram redistribuídos no expediente do dia **03/08/2007**:

MATÉRIA ADMINISTRATIVA N.º 303 – CLASSE XII  
ASSUNTO: BASE DE CÁLCULO DA VPNI – TRANSITÓRIA

– ANTIGA GEL (INFORMAÇÃO COCIN N.º 345/2005)

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – COCIN

RELATOR: JUIZ MOZARILDO CAVALCANTI

**MANDADO DE SEGURANÇA N.º 110 – CLASSE I**

ASSUNTO: MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR EM FACE DA VIOLAÇÃO NO SALÁRIO DOS SERVIDORES NO CONTRACHEQUE DO MÊS DE JULHO/2007.

IMPETRANTES: LAIRTO SANTOS DA SILVA E OUTROS.

ADVOGADA: PAULA BITTENCOURT LEAL

IMPETRADOS: PRESIDENTE DO TRE/RR

RELATOR: JUIZ MOZARILDO CAVALCANTI

**REDISTRIBUIÇÃO DE FEITOS**

Em conformidade com o art. 20 do RI deste Tribunal, os seguintes feitos foram redistribuídos no expediente do dia **06/08/2007**:

PROCESSO N.º 1263 – CLASSE XI

ASSUNTO: APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA ACERCA DA NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS DE FANOR ALVES DOS REIS, REFERENTE À SUA CANDIDATURA AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PRB - ELEIÇÕES 2006.

AUTOR: FANOR ALVES DOS REIS

RELATOR: JUIZ MOZARILDO CAVALCANTI

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS**

NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FORAM PROFERIDOS OS SEGUINTE DESPACHOS:

INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL N.º 39

AUTOR: COLIGAÇÃO RORAIMA TEM SOLUÇÃO E PMDB

ADVOGADOS: MARYVALDO BASSAL DE FREIERE E

FERNANDO LIMA

RÉU: MÁRCIO HENRIQUE JUNQUEIRA PEREIRA

ADVOGADO: PEDRO DE ALCÂNTARA DUQUE

CAVALCANTI

RELATOR: JUIZ RICARDO OLIVEIRA

Defiro o pedido de fl. 121.

Após, mantenha-se sobrestado o processo nessa Secretaria.

Boa Vista, 01/08/2007

Juiz **ALMIRO PADILHA**  
Presidente do TRE/RR

**PROCESSO N.º 57 – CLASSE XV**

ASSUNTO: NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB), RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2004.

INTERESSADO: PSDB

ADVOGADO: HENRIQUE KEISUQUE SADAMATSU

INTERESSADA: JUSTIÇA PÚBLICA ELEITORAL

**Despacho**

1. Defiro o pedido de fl. 547-578

2. Remeta-se à Secretaria Judiciária, para providenciar.

Boa Vista, 26 de julho de 2007.

Juiz **ALMIRO PADILHA**  
Presidente do TRE/RR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR  
2ª ZONA ELEITORAL

EXPEDIENTE DO DIA 06/08/2007.

AUTOS:

Processo n.º 762/2004

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS

Procedência: MUCAJÁI

Requerente: PHS

Juiz Eleitoral: ÂNGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES

**Decisão**

1. Preenchidas todas as condições exigidas pela Resolução 21.841/2004 para a prestação das constas.

2. Isto posto, com base no art. 27, I da Resolução acima referida, julgo aprovadas as contas da candidata ao cargo de Prefeita do PHS do Município de Mucajaí, referente ao pleito de 2004.

3. Registre-se. Publique-se. Intime-se

Caracarái – RR, 19 de janeiro de 2006.

**Angelo Augusto Graça Mendes**  
Juiz Eleitoral – 2.ª ZE/RR

Processo n.º 542/2004

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS

Procedência: MUCAJÁI

Requerente: PL

Juiz Eleitoral: BRENO COUTINHO

**Decisão**

1. Preenchidas todas as condições exigidas pela Resolução 21.841/2004 para a prestação das constas.

2. Isto posto, com base no art. 27, I da Resolução acima referida, julgo aprovadas as contas da candidata ao cargo de Prefeita do PHS do Município de Mucajaí, referente ao pleito de 2004.

3. Registre-se. Publique-se. Intime-se

Caracarái – RR, 31 de maio de 2007.

**Breno Coutinho**  
Juiz Eleitoral – 2.ª ZE/RR

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE  
RORAIMA  
5ª ZONA ELEITORAL**

Prestação de Contas

Processo n.º 074/2006

Requerente: Comissão Executiva Municipal do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B.

**SENTENÇA**

Face ao exposto, com fundamento no inciso I do art. 27 da Resolução TSE n.º 21.841/2004, **APROVO** as Contas da Comissão Executiva Municipal do **Partido Trabalhista do Brasil – PT do B**, relativas ao exercício 2005.  
PRI

Boa Vista, 31 de 2007.

**PAULO CÉZAR DIAS MENEZES**  
JUIZ DA 5ª ZONA ELEITORAL

**Prestação de Contas**  
**Processo n.º 008/2005**  
**Requerente: Comissão Executiva Municipal do**  
**Partido Trabalhista Cristão – PTC.**

#### SENTENÇA

Face ao exposto, com fundamento no inciso I do art. 27 da Resolução TSE n.º 21.841/2004, **APROVO** as Contas da COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL DO **Partido Trabalhista Cristão - PTC**, relativas ao exercício 2004.  
PRI  
Boa Vista, 31 de 2007.

**PAULO CÉZAR DIAS MENEZES**  
JUIZ DA 5ª ZONA ELEITORAL

**Prestação de Contas**  
**Processo n.º 074/2006**  
**Requerente: Comissão Executiva Municipal do**  
**Partido Trabalhista do Brasil – PT do B.**

#### SENTENÇA

Face ao exposto, com fundamento no inciso I do art. 27 da Resolução TSE n.º 21.841/2004, **APROVO** as Contas da COMISSÃO EXECUTIVA MUNICIPAL DO **Partido Trabalhista do Brasil – PT do B**, relativas ao exercício 2005.  
PRI  
Boa Vista, 31 de 2007.

**PAULO CÉZAR DIAS MENEZES**  
JUIZ DA 5ª ZONA ELEITORAL

### **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

#### **PORTARIA Nº 664, DE 06 DE AGOSTO DE 2007**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,**

#### **R E S O L V E :**

Designar o servidor **JOSÉ CEZA ARAUJO**, para responder pela Chefia da Divisão de Material e Patrimônio, a partir de 06AGO07, durante as férias do titular.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD**  
Procurador-Geral de Justiça

#### **DIRETORIA GERAL**

#### **PORTARIA Nº 665, DE 06 DE AGOSTO DE 2007**

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 05 de 24 de maio de 2007,

#### **R E S O L V E :**

Conceder à servidora **ANA PAULA VASCONCELOS SOUSA**, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, com efeitos a partir de 18JUL07.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**CARLOS RENATO MARQUES DE CASTRO**  
Diretor-Geral

#### **PORTARIA Nº 666, DE 06 DE AGOSTO DE 2007**

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 05 de 24 de maio de 2007,

#### **R E S O L V E :**

Conceder à servidora **JOSELANY NEVES GIRAO BARRETO**, 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, com efeitos a partir de 03AGO07.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**CARLOS RENATO MARQUES DE CASTRO**  
Diretor-Geral

#### **PORTARIA Nº 667, DE 06 DE AGOSTO DE 2007**

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 05 de 24 de maio de 2007,

#### **R E S O L V E :**

Conceder à servidora, **REGINA CELI DE MIRANDA SOARES MATTOS**, 08 (oito) dias de férias, a serem usufruídas a partir de 08AGO07.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**CARLOS RENATO MARQUES DE CASTRO**  
Diretor-Geral

#### **PORTARIA Nº 668, DE 06 DE AGOSTO DE 2007**

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 05 de 24 de maio de 2007,

#### **R E S O L V E :**

Conceder ao servidor **RÔMULO DA SILVA AMORIM**, o gozo de 16 (dezesesseis) dias de férias, anteriormente interrompidas pela Portaria nº 48/07, publicada no Diário do Poder Judiciário nº 3531 de 23JAN07, a serem usufruídas a partir de 13AGO07.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**CARLOS RENATO MARQUES DE CASTRO**  
Diretor-Geral



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE 1.ª INSTÂNCIA**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA**

**ATA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZADA EM: 02/08/2007**

#### **PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO COMUM**

I-DISTRIBUIÇÃO  
1) AUTOMÁTICA

PROCESSO: 2007.42.00.001859-9 PROT.: 02/08/2007  
CLASSE: 1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS  
AUTOR: ADENAUER MORAES FERNANDES E OUTROS  
ADVOGADO: PAULA BITTENCOURT  
REU: UNIAO  
VARA: 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO: 2007.42.00.001860-9 PROT.: 02/08/2007  
CLASSE: 15205-PRISÃO EM FLAGRANTE / COMUNICAÇÃO  
REQTE: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL/RR  
REQDO: GODSON MICHAEL NWADIKE E OUTROS  
VARA: 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO: 2007.42.00.001861-2 PROT.: 02/08/2007  
CLASSE: 6104-CARTA PRECATÓRIA / CÍVEL  
REQTE: RODOLFO DE OLIVEIRA ANDRADE  
REQDO: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA  
J. Dpcte: JUÍZO FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ  
VARA: 1ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.001863-0 PROT.:02/08/2007  
CLASSE:1300-AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS  
AUTOR:FABIO VINICIUS GOMES CARAVELLI  
ADVOGADO:BERNARDINO DIAS DE SOUZA CRUZ NETO  
REU:UNIAO  
VARA:1ª VARA FEDERAL

## 2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO:2007.42.00.001862-6 PROT.:01/08/2007  
CLASSE:11101-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL  
EMBT:ESTADO DE RORAIMA  
ADVOGADO:MARIO JOSE RODRIGUES DE MOURA  
EMBD:INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E  
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA  
VARA:2ª VARA FEDERAL

## III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

## IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :4  
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :1  
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0  
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0  
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0  
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0  
TOTAL DOS PROCESSOS :5

## PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)

## III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

## IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0  
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0  
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0  
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0  
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0  
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0  
TOTAL DOS PROCESSOS :0

## ÍNDICE POR ADVOGADOS

RR 248-B => 001  
RR 263 => 002, 022  
RR 155-B => 003, 013  
RR 226 => 003  
RR 394 => 003  
DF 14753 => 003  
RR 262 => 004  
RR 144-B => 005  
RR 368 => 006, 007, 008, 012, 021  
RR 179 => 009  
RR 010 => 010, 011  
RR 191 => 013  
RR 72-B => 014  
RR 271-A => 015, 045  
RR 190 => 017  
SP 87561 => 018  
CE 9092 => 019, 020  
CE 18239 => 019, 020  
RR 162-A => 023  
RR 155 => 024, 026, 028  
RR 180-A => 024  
RR 413 => 025  
RR 147-B => 027  
RR 079-A => 029, 032  
AM 426-A => 029, 032  
RR 149 => 030  
RR 105-B => 031  
RR 078 => 034  
RR 441 => 035, 036  
RR 113-B => 037  
RR 264-A => 039  
RR 151-B => 043  
RR 406 => 045

## 1.ª VARA FEDERAL

Juiz Federal  
**HELDER GIRÃO BARRETO**  
Diretor de Secretaria  
**FLÁVIO DIAS DE S. C. JÚNIOR**

EXPEDIENTE DO DIA 02 DE AGOSTO DE 2007.

## AUTOS COM DESPACHO

001 - 2005.42.002176-4  
CLASSE : 5.190 – PETIÇÃO DIVERSA CÍVEL  
AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E  
REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
PROCURADOR : OSMAR PEREIRA DE MATOS  
RÉU : HELENRITA PORTELA DE LIMA E OUTROS  
ADVOGADO : RR 248 B – FRANCICO J. P. MACEDO  
DEFENSOR PÚBLICO : GERSON PAQUER DE SOUZA  
**DESPACHO:** Digam as partes e o terceiro se têm provas a  
produzir, desde logo especificando suas finalidades.

002 - 2006.42.001794-6  
CLASSE : 9.200 – MEDIDA CAUTELAR INOMINADA  
REQTE : DORLEI PAULINHO HENCHEN E OUTRO  
ADVOGADO : RR 263 – RARISON TATAIRA  
RÉU : UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)  
**DESPACHO:** Matéria de direito a desafiar julgamento antecipado  
da lide. Registre-se em conclusão para sentença.

003 - 2004.42.000796-5  
CLASSE : 7.300 – AÇÃO DE IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA  
REQTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADOR : JOSÉ MILTON NOGUEIRA JÚNIOR  
REQDO : JALSER RENIER PADILHA E OUTROS  
ADVOGADOS : RR 155 B – EDNALDO GOMES VIDAL  
RR 226 ALEXANDER LADISLAU MENEZES  
RR 394 – LUCIANA ROSA DA SILVA  
DF 14.753 – LUCIANA CRISTINA BRIGLIA FERREIRA  
**DESPACHO:** Tendo em vista que este processo foi suspenso na  
fluência do prazo para defesa preliminar (fls 1279/1281), **devolvo o  
prazo comum** para CARLOS EDUARDO LEVISCHI, DIVA DA  
SILVA BRIGLIA, ITELVINA DA COSTA PADILHA, MARIA  
NEZA LEAL COSTA E JALSER RENIER PADILHA. Tratando-se  
de prazo em comum, **indefiro** o pedido de vista formulado por  
NEUDO RIBEIRO CAMOS (fls 1299), **salvo** petição conjunta.

004 - 2006.42.001757-6  
CLASSE : 10.100 - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA  
AUTOR : UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)  
PROCURADOR : ADAUTO CRUZ SCHETINE JUNIOR  
RÉU : NIRLIA DE FÁTIMA PIMENTEL FILGUEIRAS  
ADVOGADO : RR 262 – HELAINE MAISE FRANÇA  
**DESPACHO:** Registrem-se ambos os autos conclusos para  
sentença

005 - 2006.42.000411-7  
CLASSE : 7.300 – AÇÃO CIVIL PUBLICA/IMPROBIDADE  
REQTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADOR : ANDREI MATTIUZI BALVEDI  
REQDO : ROBERTO BEZERRA DE ARAUJO  
ADVOGADO : RR 144 B – ANASTASE VAPTISTIS  
PAPOORTZIS  
**DESPACHO:** Homologo o pedido de desistência da testemunha  
Edvan Barbosa de Oliveira. Está encerrada a instrução processual.  
Vista às partes para alegações finais.

006 - 2006.42.000050-7  
CLASSE : 1.900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS  
AUTOR : ANTONIO MARTINHO BARROS FILHO  
ADVOGADO : RR 368 – JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA  
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E  
REFORMA AGRÁRIA – INCRA E OUTRO  
PROCURADORES : OSMAR PEREIRA DE MATOS  
ALEXANDRE COELHO NETO  
**DESPACHO:** Recebo os recursos de apelação em ambos os efeitos.  
Faculto ao apelado apresentar contra-razões no prazo legal.  
Decorrido o prazo, com ou sem as contra-razões, remetam-se os  
autos ao Egrégio TRF-1ª Região.

007 - 2006.42.000053-8  
CLASSE : 1.900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS  
AUTOR : EDSON LÚCIO SILVA  
ADVOGADO : RR 368 – JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA  
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E  
REFORMA AGRÁRIA – INCRA E OUTRO  
PROCURADORES : OSMAR PEREIRA DE MATOS  
ALEXANDRE COELHO NETO  
**DESPACHO:** Recebo os recursos de apelação em ambos os efeitos.

Faculto ao apelado apresentar contra-razões no prazo legal.  
Decorrido o prazo, com ou sem as contra-razões, remetam-se os autos ao Egrégio TRF-1ª Região.

008 - 2005.42.002132-9

CLASSE : 1.900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS  
AUTOR : PEDRO CONCEIÇÃO BARROS  
ADVOGADO : RR 368 – JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA  
RÉU : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA E OUTRO  
PROCURADORES : OSMAR PEREIRA DE MATOS  
ALEXANDRE COELHO NETO

**DESPACHO:** Recebo os recursos de apelação em ambos os efeitos.  
Faculto ao apelado apresentar contra-razões no prazo legal.  
Decorrido o prazo, com ou sem as contra-razões, remetam-se os autos ao Egrégio TRF-1ª Região.

009 - 2006.42.001174-0

CLASSE : 1.900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS  
AUTOR : ARAKEN CARDOSO DE SÁ BARRETO  
ADVOGADO : RR 179 – JOSÉ RIBAMAR ABREU DOS SANTOS  
RÉU : UNIÃO

PROCURADOR : MARCELO MÉDIS MARANHÃO  
**DESPACHO:** Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos.  
Faculto ao apelado apresentar contra-razões no prazo legal.  
Decorrido o prazo, com ou sem as contra-razões, remetam-se os autos ao Egrégio TRF-1ª Região.

010 - 2005.42.002597-0

CLASSE : 1300 – AÇÃO ORDINÁRIA  
AUTOR : SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE RORAIMA – SINDSEP/RR  
ADVOGADO : RR 155 – ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
RÉU : UNIÃO

**DESPACHO:** Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos.  
Faculto ao apelado apresentar contra-razões no prazo legal.  
Decorrido o prazo, com ou sem as contra-razões, remetam-se os autos ao Egrégio TRF-1ª Região

011 - 2005.42.001418-0

CLASSE : 1900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS  
AUTOR : WALDIR SANTANA  
ADVOGADO : RR 155 – ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
RÉU : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FNS  
PROCURADOR : MARCELO MÉDIS MARANHÃO

**DESPACHO:** Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos.  
Faculto ao apelado apresentar contra-razões no prazo legal.  
Decorrido o prazo, com ou sem as contra-razões, remetam-se os autos ao Egrégio TRF-1ª Região.

012 - 2005.42.000956-1

CLASSE : 1900 – AÇÃO ORDINÁRIA  
AUTOR : VALDO RODRIGUES  
ADVOGADO : RR 368 – JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA E OUTRO

RÉU : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS – IBAMA E OUTRO  
PROCURADORES : ALEXANDRE COELHO NETTO  
OSMAR PEREIRA DE MATOS  
**DESPACHO:** Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos.  
Faculto ao apelado apresentar contra-razões no prazo legal.  
Decorrido o prazo, com ou sem as contra-razões, remetam-se os autos ao Egrégio TRF-1ª Região.

013 - 2003.42.000516-6

CLASSE : 5.121 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE  
AUTOR : UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR  
PROCURADORA : ANA LÚCIA AGUIAR BIBIANO  
RÉU : MARIA DE LOURDES HOLANDA E OUTROS  
ADVOGADOS : RR 191 – JOSY KEYLA B. DE CARVALHO  
RR 155-B – EDNALDO GOMES VIDAL

**DESPACHO:** Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos.  
Faculto ao apelado apresentar contra-razões no prazo legal.  
Decorrido o prazo, com ou sem as contra-razões, remetam-se os autos ao Egrégio TRF-1ª Região.

014 - 2004.42.000273-0

CLASSE : 2.100 – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL  
IMPETRANTE : CARLOS PHILIPPE SOUSA GOMES DA SILVA  
ADVOGADO : RR 72 B – JOSIMAR SANTOS BATISTA

IMPETRADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
**DECISÃO:...** Nada mais a prover nos presentes autos arquivem com baixa na distribuição.

#### AUTOS COM DECISÃO

015 - 2007.42.001449-9

CLASSE : 1.100 – AÇÃO ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA  
AUTOR : IVALCIR CENTENARO  
ADVOGADO : RR 271 A – LUIZ VALDEMAR ALBRECHT  
RÉU : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
**DECISÃO:...** Diante do exposto, **defiro liminar...**

#### AUTOS COM SENTENÇA

016 - 2007.42.000938-0

CLASSE : 9105 – MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO  
REQTE : UNIÃO  
PROCURADORA : CLEUSA LÚCIA DE S. LIMA  
REQDA : BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A - BRADESCO  
**SENTENÇA:** ... Diante do exposto, **julgo procedente** a presente ação...

017 - 2005.42.002508-0

CLASSE : 7.300 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA  
REQTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORES : ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA E OUTROS  
REQDO : FRANCISCO ALBERTO SANTIAGO  
ADVOGADO : RR 190 – MOACIR JOSÉ BEZERRA MOTA  
**SENTENÇA:** ... Diante do exposto, em sintonia com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do constante do parágrafo único do art. 12, da Lei nº 8.429/92, **julgo parcialmente procedente** a presente ação para **condenar** FRANCISCO ALBERTO SANTIAGO pela prática de atos de improbidade administrativa, aplicando-lhe **suspensão dos direitos políticos** por **05 (cinco) anos, multa civil** equivalente a **15 (quinze) vezes** a maior remuneração que recebeu da Prefeitura Municipal de Amajari, além da **proibição de contratar** com o Poder Público Federal e **receber**, direta ou indiretamente benefícios e incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de **5 (cinco) anos....**

018 - 2003.42.000119-0

CLASSE : 7.100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA  
REQTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADOR : MAURÍCIO FABRETTI  
REQDO : EMPRESA GAÚCHA DE PROMOÇÕES E DIVERSÕES LTDA  
ADVOGADO : SP 87.561 – HELDER JOSÉ FALCI FERREIRA E OUTRO  
**SENTENÇA:** ... Diante do exposto, **julgo procedente** a ação nos termos do pedido na inicial...

019 - 2005.42.002410-1

CLASSE : 9.200 – MEDIDA CAUTELAR INOMINADA  
REQTE : FRANCISCA AURELIANA DE MEDEIROS LIMA  
ADVOGADO : CE 9.092 – JOSÉ ARIMÁ ROCHA BRITO  
CE 18239 – FILLYPE GURGEL DE SOUZA  
REQDO : UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)  
**SENTENÇA:** ... Diante do exposto, **julgo improcedente** a presente ação...

020 - 2005.42.002380-9

CLASSE : 9.200 – MEDIDA CAUTELAR INOMINADA  
REQTE : FRANCISCA AURELIANA DE MEDEIROS LIMA  
ADVOGADO : CE 9.092 – JOSÉ ARIMÁ ROCHA BRITO  
CE 18239 – FILLYPE GURGEL DE SOUZA  
REQDO : UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)  
**SENTENÇA:** ... Diante do exposto, **julgo improcedente** a presente ação...

021 - 2007.42.001427-6

CLASSE : 9.110 – MEDIDA CAUTELAR/ALIMENTOS PROVISIONAIS  
REQTE : VÂNIA FIGUEIREDO DA PAIXÃO  
ADVOGADO : RR 368 – JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA  
REQDO : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA E OUTRO  
**SENTENÇA:** ... Diante do exposto, **indefiro** a inicial e extingo o presente processo sem exame do mérito.



022 - 2006.42.000821-7

CLASSE : 5108 – AÇÃO DE DEMARCAÇÃO

AUTOR : LUIZ NUNES AVELINO

ADVOGADO : RR 263 – RARSON TATAIRA DA SILVA

RÉU : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E

REFORMA AGRÁRIA – INCRA

PROCURADOR : FRANCISCO ALBERTO SANTIAGO

**SENTENÇA:** ... Diante do exposto, com a ressalva, **julgo** LUIZ NUNES AVELINO **carecedor de ação** contra o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/ INCRA em relação aos imóveis denominados “Fazenda Peleve” e “Fazenda São Joaquim”...

023 - 2004.42.000471-6

CLASSE : 1900- AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

AUTOR : OZEMAR JOSÉ VARELA DA COSTA

ADVOGADO : RR 162 A – HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRA FILHO

RÉU : ESTADO DE RORAIMA E UNIÃO

PROCURADORES : ENÉIAS DOS SANTOS COELHO

MARCELO MÉDICIS MARANHÃO

**SENTENÇA:** ... Diante do exposto, **conheço e nego acolhimento** aos embargos declaratórios de fls. 273/278.

024 - 1995.42.000134-9

CLASSE : 1900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

AUTOR : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERAÇÃO DE MESAS TELEFONICAS/RR

ADVOGADO : RR 155 – ANTONIO ONEILDO FERREIRA

RÉU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTRO

ADVOGADO : RR 280 A – MÁRIO PEIXOTO DA COSTA

NETO

**SENTENÇA:** ... Homologo e/ou ratifico a homologação dos acordos/pagamentos extrajudiciais mencionados na certidão de fl 902...

025 - 2006.42.00. 002001-9

CLASSE : 1300 – AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : ADEMIR JUNES DOS SANTOS

ADVOGADO : RR 413 – SILAS CABRAL DE ARAÚJO

FRANCO

RÉU : UNIÃO

**SENTENÇA:** ... Diante do exposto, declaro prescritas as parcelas pleiteadas e anteriores a 16/10/2001; e, no mérito, **julgo parcialmente procedente** o pedido para condenar a UNIÃO a pagar ao servidor ADEMIR JUNES DOS SANTOS os valores retroativos decorrentes da incorporação de 2/5 do valor relativo a retribuição...

026 - 2006.42.00. 001351-7

CLASSE : 1.300 – AÇÃO ORDINÁRIA/SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

FEDERAIS NO ESTADO DE RORAIMA – SINDSEP/RR

ADVOGADO : RR 155 – ANTONIO ONEILDO FERREIRA

RÉU : UNIÃO

**SENTENÇA:** ... Diante do exposto: I – acolho a preliminar e **declaro prescritas** as parcelas anteriores a 23/06/2006; II – **Julgo parcialmente procedente** a presente ação em relação aos substituídos: a) EMILIA COELY LEAL LEITE, que faz jus às diferenças remuneratórias entre o cargo de Agente Administrativo e Técnico da Receita Federal ...b) GIOVANI DE SOUZA BEZERRA, que faz jus às diferenças remuneratórias entre o cargo de Agente Administrativo e Técnico da Receita Federal no período ....c) PAULO FERNANDES PAULINO DA SILVA, que faz jus às diferenças remuneratórias entre o cargo de Agente Administrativo e Auditor Fiscal da Receita Federal no período....d) VITÓRIA MARIA DE SOUSA, que faz jus às diferenças remuneratórias entre o cargo de Agente Administrativo e Técnico do Tesouro Nacional no período...III – **Julgo improcedente** a presente em relação aos substituídos LANA DE LIS AYRES PINTO, MARIA DE LOURDES DE SOUZA E MARIA JACILIA DE SOUZA CRUZ AMADOR....

**AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO**

027 - 2007.42.001310-6

CLASSE : 1900 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

AUTOR : ROZA SILVA DE MELO

ADVOGADO : RR 147 B – CARINA NOBREGA FEY SOUZA

RÉU : UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

PROCURADOR : FABIOLA MANENTE LAZERIS

**ATO ORDINATÓRIO:** De ordem do MM. Juiz Federal na

Titularidade da 1ª Vara, e em conformidade com a Portaria nº 002, de 20.06.2003/1ª Vara/JF, fica a parte autora devidamente intimada para apresentar réplica à contestação, no prazo de 10 (dez) dias.

028 - 2007.42.001047-4

CLASSE : 1.300 – AÇÃO ORDINÁRIA/OUTRAS

AUTOR : ELIZABETE FERREIRA DA SILVA

ADVOGADO : RR 155 – ANTONIO ONEILDO FERREIRA

RÉU : UNIÃO

**ATO ORDINATÓRIO:** De ordem do MM. Juiz Federal na Titularidade da 1ª Vara, e em conformidade com a Portaria nº 002, de 20.06.2003/1ª Vara/JF, fica a parte autora devidamente intimada para apresentar réplica à contestação, no prazo de 10 (dez) dias.

029 - 2005.42.002037-5

CLASSE : 5101 –AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM

PAGAMENTO

AUTOR : NITA NIMBUS TAXI AEREO LTDA

ADVOGADO : RR 079 A – MESSIAS GONÇALVES GARCIA

RÉU : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA –

INFRAERO

ADVOGADO : AM 426 A – EURICO ENES LEBRE

**ATO ORDINATÓRIO:** De ordem do MM. Juiz Federal na Titularidade da 1ª Vara, e em conformidade com a Portaria nº 002, de 20.06.2003/1ª Vara/JF, fica a parte autora devidamente intimada para se manifestar acerca da petição juntada nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.

030 - 1997.42.000599-2

CLASSE : 5121 – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR : UNIÃO

PROCURADOR : MARCELO MÉDIS MARANHÃO

RÉU : FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO : RR 149 – MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA

**ATO ORDINATÓRIO:** De ordem do MM. Juiz Federal na Titularidade da 1ª Vara, e em conformidade com a Portaria nº 002, de 20.06.2003/1ª Vara/JF, fica intimada a parte requerida para se manifestar sobre o retorno dos autos do TRF 1ª Região para requerer o que entender de direito, em 15 (quinze) dias.

031 - 2004.42.000316-6

CLASSE : 2.100 – MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE : RAMODNIL DE MOURA SANTOS

ADVOGADO : RR 105 B – JOHNSON ARAÚJO PEREIRA

IMPETRADO : PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE VESTIBULAR - UFRR

**ATO ORDINATÓRIO:** De ordem do MM. Juiz Federal na Titularidade da 1ª Vara, e em conformidade com a Portaria nº 002, de 20.06.2003/1ª Vara/JF, fica intimada a parte requerida para se manifestar sobre o retorno dos autos do TRF 1ª Região para requerer o que entender de direito, em 15 (quinze) dias.

032 - 2005.42.001168-8

CLASSE : 5121 – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

AUTOR : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA

AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ADVOGADO : AM 426 A – EURICO ENES LEBRE

RÉU : NITA NIMBUS TAXI AÉREO LTDA

ADVOGADO : RR 079 A – MESSIAS GONÇALVES GARCIA

**ATO ORDINATÓRIO:** De ordem do MM. Juiz Federal na Titularidade da 1ª Vara, e em conformidade com a Portaria nº 002, de 20.06.2003/1ª Vara/JF, ficam intimadas as partes para se manifestarem sobre o laudo pericial.

---

**2ª VARA FEDERAL**

---

Juiz Federal

**ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES**

Diretor de Secretaria em Exercício

**ALANO PEREIRA NEVES**

EXPEDIENTE DO DIA 03 DE AGOSTO DE 2007

**AUTOS COM DESPACHO****No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):**

033 - 2007.42.00.001633-8

CLASSE: 15301 – INCID. RESTIT. COISA APREENDIDA

REQTE: CHRIS STEPHEN ADRIAN VENTER

DEFENSOR: **GERSON PAQUER DE SOUZA**

RÉU: JUSTIÇA PÚBLICA

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou o **DESPACHO**: Intime-se o defensor para instruir os autos, nos termos da manifestação do Ministério Público Federal à fl. 15/17.

034 - 2003.42.00.002833-8

CLASSE: 13101 – PROCESSO COMUM

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÊU: MURILO CIDADE JUNIOR

ADV: **JORGE DA SILVA FRAXE – OAB/RR 078**

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou o **DESPACHO**: Tendo em vista a apresentação do Laudo Pericial de fls. 216/218, a Secretaria deverá proceder a liberação dos honorários do perito SÉRGIO R. STELLA, conforme guia de depósito acostada à fl. 204. Vista às partes sobre o laudo pericial pelo prazo sucessivo de 05 (cinco) dias (...)

#### AUTOS COM DECISÃO

##### No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

035 - 2007.42.00.001552-8

CLASSE: 15800 – LIBERDADE PROVISÓRIA

REQTE: JULIO PINTO DA SILVA

ADVG: **LIZANDRO ICASSATTI MENDES – OAB/RR 441**

REQDO: JUSTIÇA PÚBLICA

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou a **DECISÃO**: (...) Posto isso, considero procedente o parecer da ilustrada representante do Ministério Público Federal, e atento ao disposto no art. 326 do CPP, arbitro o valor da fiança para o requerente JULIO PINTO DA COSTA em R\$ 1.000,00 (um mil reais), devendo o requerente assumir os compromissos dispostos nos arts. 327 e 328 do mesmo Código, sob pena de quebraamento da fiança e expedição imediata de mandado de prisão. Colha-se o valor da fiança, tome-se o termo de compromisso e expeça-se o ALVARÁ DE SOLTURA. Registre-se. Intime(m)-se. Após, arquivem-se.

036 - 2007.42.00.001552-8

CLASSE: 15800 – LIBERDADE PROVISÓRIA

REQTE: JULIO PINTO DA SILVA

ADVG: **LIZANDRO ICASSATTI MENDES – OAB/RR 441**

REQDO: JUSTIÇA PÚBLICA

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou a **DECISÃO**: (...) Posto isso, e com ressalva do douto parecer ministerial, **indefiro** o pedido. Intime-se. Após, dê-se ciência ao Ministério Público Federal. Nada requerido, arquivem-se.

037 - 2006.42.00.001566-1

CLASSE: 15301 – INCID. RESTIT. COISA APREENDIDA

REQTE: EDSON HISPAGNOL

ADVG: **LUCAS NOBERTO FERNANDES DE QUEIROZ – OAB/RR 113-B**

REQDO: JUIZO FEDERAL DA 2ª VARA DE RORAIMA

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou a **DECISÃO**: (...) Posto isso, **defiro parcialmente o pedido** e, em consequência, determino a restituição dos itens do Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 06/08 (excetuando-se o veículo VW/Saveiro, placas JWP 2361, bem como as armas de fogo e munição). Publique-se. Intime-se. Notifique-se. Após, arquivem-se.

038 - 2007.42.00.001552-8

CLASSE: 15601 – INQUERITO POLICIAL

REQTE: DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL EM RORAIMA

REQDO: IGNORADO

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou a **DECISÃO**: (...) Ante o exposto, com base no art. 28 do CPP, determino a remessa dos autos ao ilustrado Procurador-Geral da República. Registre-se. Intime(m)-se.

#### AUTOS COM SENTENÇA

##### No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

039 - 2006.42.00.000302-6

CLASSE: 13101 – PROC. COMUM/JUIZ SINGULAR

REQTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REQDO: OLIVIA PAIVA DE MOURA

ADV: **JORGE BARROSO – OAB/RR 264-A**

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou a **SENTENÇA**: (...) Ante o exposto, acolho a denúncia para **condenar OLIVIA PAIVA DE MOURA à pena privativa de**

**liberdade, prevista no art. 1º, inciso I, c/c art. 12, inciso II, da Lei 8.137/90, de 3 (três) anos de reclusão em regime aberto e 40 (quarenta) dias-multa, fixados cada um em 40 (quarenta) Bônus do Tesouro Nacional – BTN, com as devidas conversões e atualizações desde a data do fato. (...), substituo exclusivamente a pena privativa de liberdade, permanecendo a de multa, por duas restritivas de direitos consistentes em prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade, (...). Estando a acusada em liberdade, reconheço o direito de recorrer na mesma condição. Transitada em julgado, proceda-se ao lançamento do nome da condenada no rol dos culpados, oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal e intime-se a mesma ao cumprimento da condenação. Custas pela condenada. Publique-se. Registre-se. Intime(m)**

040 - 2005.42.00.001446-0

CLASSE: 13101 – PROC. COMUM/JUIZ SINGULAR

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÊU: JOSÉ PEREIRA DE MELO FILHO

DEFENSOR: **AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO**

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou a **SENTENÇA**: (...) Desse modo, sopesadas as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal Brasileiro, fixo-lhe a pena-base pelo crime de tentativa de furto qualificado (art. 155, § 4º, II c/c o artigo 14 do CPB) em 02 (dois) anos de reclusão e pagamento de 60 (sessenta) dias-multa, sendo cada um, correspondente a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos. (...) Concedo o réu o direito de apelar em liberdade, eis que permaneceu em liberdade durante todo o trâmite do processo sem causar prejuízo à instrução do feito (...). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

#### AUTOS COM DESPACHO

##### No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

041 - 2006.42.00.002242-7

CLASSE: 16101 – CARTA DE GUIA PRISIONAL

RQTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

RQDO: CHRIS STEPHEN ADRIAN VENTER

DEF.PUBL.DA UNIÃO: GERSON PAQUER DE SOUZA

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou o **DESPACHO**: Intime-se o réu para pagamento das custas judiciais, conforme cálculos de fls. 221/222, no prazo de 3 (três) dias. Publique-se.

042 - 2005.42.00.002595-3

CLASSE: 16101 – CARTA DE GUIA PRISIONAL

RQTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RQDO: DAVIES KHUMALO E OUTRO

DEF.PUBL.DA UNIÃO: AFONSO CARLOS ROBERTO DO PRADO

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou o **DESPACHO**: Intimem-se os réus para pagamento das custas judiciais, conforme cálculos de fls. 361/362, no prazo de 3 (três) dias. Publique-se.

043 - 2006.42.00.000029-1

CLASSE: 16101 – CARTA DE GUIA PRISIONAL

RQTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RQDO: PATRICE LENO

ADV: SAMARA CRISTINA CARVALHO MONTEIRO – OAB/RR 151-B

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou o **DESPACHO**: Intime-se o réu para pagamento das custas judiciais, conforme cálculos de fls. 357/358, no prazo de 3 (três) dias. Publique-se.

044 - 2005.42.00.000930-4

CLASSE: 13101 – PROC. COMUM

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REU: ADRIANA RODRIGUES DA SILVA E OUTROS

ADV: JOSE OTAVIO BRITO – OAB/RR 406; LUIZ VALDEMAR ALBRECHT – OAB/RR 271-A

O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou o **DESPACHO**: Considerando as informações apresentadas pela defesa às fls. 284/285, Expeça-se nova Carta Precatória para a Comarca de Pacaraima/RR, a fim de inquirir a testemunha de defesa MARIA JOSÉ DA SILVA, mãe de MACIEL DA SILVA, prazo de (40) quarenta dias. Intimem-se as partes da expedição da Carta Precatória. Publique-se.

**AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO**

045 - 2005.42.00.000930-4

CLASSE: 13101 – PROC COMUM

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REU: ADRIANA RODRIGUES DA SILVA E OUTROS

ADV: JOSE OTAVIO BRITO – OAB/RR 406; LUIZ VALDEMAR ALBRECHT – OAB/RR 271-A

**Ato Ordinatório:** Intimação, em conformidade com a Portaria GABJU nº 002, de 1º.07.2003/2ª Vara/JF-RR, de ordem do MM. Juiz Federal Atanair Nasser Ribeiro Lopes, das partes, para ciência da expedição da Carta Precatória para MARIA JOSÉ DA SILVA, a fim de inquiri-la como testemunha de defesa de MACIEL DA SILVA.

**EDITAIS****TABELIONATO DE 1º OFICIO**

Tabelionato Deusdete Coelho - 1º Ofício  
Av. Ville Roy, 5623-E, Boa Vista-RR  
EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, neste Registro Civil das Pessoas Naturais - 1º Ofício da Capital de Boa Vista-RR:

1) MARIEL DA SILVA e WANUZA ELIANE GOMES SANTIAGO

ELA: nascida em Manaus-AM, em 22/04/1969, de profissão vendedor, estado civil divorciado, domiciliado e residente na Rua Pedro Praça, n.º 2674, Bairro: Cambará, Boa Vista-RR, filho de e MARIA ANA DA SILVA.

ELA: nascida em Aveiro-PA, em 10/10/1978, de profissão autônoma, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Pedro Praça, n.º 2674, Bairro: Cambará, Boa Vista-RR, filha de SEBASTIÃO LOPES SANTIAGO e LAURIZIA GOMES SANTIAGO.

2) MANOEL MARIA SILVA CARVALHO e SALMA ALVES DE SOUSA

ELE: nascido em Pinheiro-MA, em 01/05/1980, de profissão agricultor, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Vila Félix Pinto, Município do Cantá, -RR, filho de ANACLETO BISPO LOPES CARVALHO e JULIANA SILVA CARVALHO.

ELA: nascida em Imperatriz-MA, em 19/09/1977, de profissão agricultora, estado civil divorciada, domiciliada e residente na Vila Félix Pinto, Município do Cantá, -RR, filha de MARIA DA PAZ ALVES DE SOUSA.

3) MARCIO DE MAGALHÃES NUNES e FRANCINEIDE ROCHA BARBOSA

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 20/07/1975, de profissão funcionário público, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Homero Cruz, n.º 530, Bairro: São Francisco, Boa Vista-RR, filho de MIRAMAR NUNES e SILVIA DE MAGALHÃES NUNES.

ELA: nascida em Caraúbas-RN, em 12/05/1972, de profissão química, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua da Jaqueira, n.º 726, Bairro: Caçari II, Boa Vista-RR, filha de FRANCISCO ALVES ROCHA e MARIA ODETINA.

4) JOÃO BATISTA BRITO OLIVEIRA e RITA DINAR DE SOUZA RIBEIRO

ELE: nascido em Imperatriz-MA, em 12/05/1957, de profissão pintor, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Estrela do Norte, n.º 207, Bairro Bela Vista, Boa Vista-RR, filho de JORGEANO LOPES OLIVEIRA e ANTONIA BRITO OLIVEIRA.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 22/05/1964, de profissão costureira, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Estrela do Norte, n.º 207, Bairro Bela Vista, Boa Vista-RR, filha de OSMÁRIO SOUZA RIBEIRO e MARGARIDA DE SOUZA OLIVEIRA.

5) LUCIANO CUNHA DE ABREU RODRIGUES e CLAUDIANE OLIVEIRA ARAÚJO

ELE: nascido em Manaus-AM, em 11/02/1975, de profissão jornalista, estado civil divorciado, domiciliado e residente na Rua: Adolfo Brasil, n.º 128, casa 06, São Francisco, Boa Vista-RR, filho de LUIZ SÉRGIO DE CARVALHO RODRIGUES e CACILDA CUNHA RODRIGUES.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 09/12/1982, de profissão supervisora, estado civil solteira, domiciliada e residente na Av.: Princesa Izabel, n.º 967, Bairro Liberdade, Boa Vista-RR, filha de MIGUEL DA SILVA ARAÚJO e HILDA OLIVEIRA.

Se alguém souber de algum impedimento queira acusá-lo na forma da Lei. Boa Vista-RR, 03 de agosto de 2007. DEUSDETE COELHO FILHO, Oficial, subscrevo e assino.

**TABELIONATO DE 2º OFICIO****EDITAL DE PROCLAMAS**

Faço saber que pretendem casar-se **ELIAS FRANÇA DE OLIVEIRA FILHO e DEUSALINA DA SILVA NASCIMENTO**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, n.º. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Barra do Corda, Estado do Maranhão, nascido a 25 de agosto de 1978, de profissão: agricultor, residente a Rua: Piraíba, n.º 548, Bairro – Santa Tereza I, filho de **ELIAS FRANÇA DE OLIVEIRA e de JOSEFA GONÇALVES DE OLIVEIRA**.

**ELA** é natural de União, Estado do Piauí, nascida a 08 de agosto de 1984, de profissão: do lar, residente a Rua: Piraíba, n.º 548, Bairro – Santa Tereza I, filha de \*\*\*\* e de **MARIA ANTÔNIA DA SILVA NASCIMENTO**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de Agosto de 2007.  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

**EDITAL DE PROCLAMAS**

Faço saber que pretendem casar-se **ONIAS MENDES DE SOUSA FILHO e VERÔNICA CECÍLIA DRESCH**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, n.º. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascido a 31 de março de 1977, de profissão: funcionário público, residente a Rua: TV. OP. XXVIII, n.º 815, Bairro – Operário, filho de **ONIAS MENDES DE SOUSA e de MARINA BIAS DE SOUSA**.

**ELA** é natural de Itaituba, Estado do Pará, nascida a 04 de março de 1977, de profissão: servidora pública, residente a Rua: TV. OP. XXVIII, n.º 815, Bairro – Operário, filha de **ERNESTO EUGÊNIO DRESH e de NELSI TEREZINHA MARIA DRESCH**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de Agosto de 2007.  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

**EDITAL DE PROCLAMAS**

Faço saber que pretendem casar-se **ANDERLON SOARES BRASIL e ADILENE BELARMINO HENRIQUE**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, n.º. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascido a 09 de Setembro de 1979, de profissão: agricultor, residente a Rua: Mestre Albano, n.º 2815, Bairro – Asa Branca, filho de **SEVERINO OLIVEIRA BRASIL e de DARCILIA SOARES BRASIL**.

**ELA** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 08 de setembro de 1984, de profissão: agricultor, residente a Rua: Mestre Albano, n.º 2815, Bairro – Asa Branca, filha de **ALEXANDRE DA SILVA HENRIQUE e de INÊS BELARMINO**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de Agosto de 2007.  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

#### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se **ANTÔNIO DE JESUS LOPES PEREIRA e JOCELI GUIMARÃES LIMA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Santa Helena, Estado do Maranhão, nascido a 22 de dezembro de 1977, de profissão: serviços gerais, residente a Rua: Mestre Albano, nº 2815, Bairro – Asa Branca, filho de **EXPEDITO RODRIGUES PEREIRA e de MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES PEREIRA**.

**ELA** é natural de Santarém, Estado do Pará, nascida a 27 de setembro de 1982, de profissão: do lar, residente a Rua: Mestre Albano, nº 2815, Bairro – Asa Branca, filha de **JOSÉ GERALDO LIMA e de MARLENE GUIMARÃES LIMA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de Agosto de 2007.  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

#### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se **ERIVELDO DA CONCEIÇÃO CARVALHO e LILIANE DOS SANTOS ÁVILA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Itupiranga, Estado do Pará, nascido a 16 de abril de 1989, de profissão: Estudante, residente a Rua: S-28, nº 1387, Bairro – Senador Hélio Campos, filho de **EDMILSON CARVALHO e de IONETE MARCIANA DA CONCEIÇÃO**.

**ELA** é natural de Maracanaú, Estado do Ceará, nascida a 08 de junho de 1989, de profissão: estudante, residente a Rua: S-28, nº 1387, Bairro – Senador Hélio Campos, filha de **FRANCISCO DE ASSIS ÁVILA e de MARIA IRANI DOS SANTOS ÁVILA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de Agosto de 2007.  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião



**Justiça Especial Volante**

**JUSTIÇA NO TRANSITO**

Acidentes de trânsito no perímetro urbano de Boa Vista em que tenham ocorrido somente danos materiais, sem vítimas

- Atendimento 24h, todos os dias da semana
- (95) 9971-6700 – 3621 2657 Justiça no Trânsito
- 190 – Central de Operações da Polícia Militar – COPOM
- 194 – Central de Operações da Polícia Civil
- A equipe se deslocará ao local do acidente e um conciliador tentará promover a conciliação dos envolvidos para solução imediata da questão

**Diário do Poder Judiciário**  
**Provimento Nº 001/1992**

**Des. Robério Nunes dos Anjos**  
*Presidente*

**Des. Carlos Henriques Rodrigues**  
*Vice-Presidente*

**Des. Lupercino de Sá Nogueira Filho**  
*Corregedor Geral de Justiça*

**Des. José Pedro Fernandes**  
**Des. Mauro José do Nascimento Campello**  
**Des. Ricardo de Aguiar Oliveira**  
**Des. Almiro José Mello Padilha**  
*Membros*

**João Augusto Barbosa Monteiro**  
*Diretor-Geral*

**Palácio da Justiça**  
Praça do Centro Cívico, s/n, Centro  
Cep: 69301-380, Boa Vista, RR  
(95) 3621-2675

**JUSTIÇA MÓVEL**  
**0800 280 8580**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima  
Departamento de Informática

**Em caso de problemas com:**

- SISCOM
- Equipamentos de Informática
- Softwares/Aplicativos
- Acesso ao Serviço de Redes
- Dúvidas e/ou solicitações na área de informática

Entre em contato com:

**Central de Atendimento**

**Ramal: 2670**  
(Palácio da Justiça e Fórum)

**Externo: 3621-2670**  
(Juizado da Infância e Juventude e Comarcas)

**e-mail: suporte@tj.rr.gov.br**

**Acesse a intranet: <http://intranet/>**

**Horário: 08:00 às 18:00**

**SAU Seção de Atendimento ao Usuário - DI**

*Serviço exclusivo ao Poder Judiciário do Estado de Roraima*

**Corregedoria  
Geral de Justiça**

***Ouvidoria-Geral***

**Telefone**

**0800 2809551**

e-mail:

**ouvidoria@tj.rr.gov.br**



**Telefones Úteis**

**Plantão Judicial 1ª Instância**

**9971 5002**

**Plantão Judicial 2ª Instância**

**9959 8745**

**Ouvidoria**

**0800 280 9551**

**3623 3352**

**Vara da Justiça Itinerante**

**0800 280 8580**

**3624 2769**

**9971 4910**

**Justiça no Trânsito**

**9971 6700**



**Assine o**

**DIÁRIO  
DO PODER  
JUDICIÁRIO**

**3623-6108**



**Assine o**

**DIÁRIO  
DO PODER  
JUDICIÁRIO**

**3623-6108**



**Assine o**

**DIÁRIO  
DO PODER  
JUDICIÁRIO**

**3623-6108**



**Assine o Diário do  
Poder Judiciário**

**Telefone: 3623-6108**



**Assine o Diário do  
Poder Judiciário**

**Telefone: 3623-6108**